

Contrato nº 7000.0000327.10.2

**Programa de Educação Ambiental
Gasoduto Campinas-Rio (PEA-GASCAR)**

TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS – TAG
PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

RELATÓRIO ANUAL 01

Março de 2012

Contratante:

TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS - TAG
EM ATENDIMENTO À CONDICIONANTE 2.9ª DA LICENÇA DE OPERAÇÃO 762/2008
DO GASODUTO CAMPINAS-RIO (GASCAR)

Empresa Responsável:

KATU GENTE & AMBIENTE CONSULTORIA E PESQUISAS LTDA ME
CNPJ: 09.677.310/0001-10
www.katu.srv.br
Registro CTF IBAMA nº 4387931
Consultoria Técnica Especializada classe 6.0.

Carlos Artur Felipe

Registro CTF Ibama nº4387801

Elaine Moscoso Gomes

Cr-BIO nº 65886/04
Registro CTF Ibama nº 4387798

André Luis Chauvet de Andrade

Registro CTF Ibama nº 660848

Sônia Lopes Rezende de Mello

Registro CTF IBAMA nº 275216

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA:

Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro

Registro CTF Ibama nº 196173

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. OBJETIVOS DO RELATÓRIO.....	4
3. ANÁLISE DO PRIMEIRO ANO DO PEA-GASCAR.....	4
4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	17
5. METODOLOGIA UTILIZADA.....	34
6. RESULTADOS OBTIDOS.....	35
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
ANEXO I - SISTEMA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO.....	46
ANEXO II - RELATÓRIO DO SUPLEMENTO AO DIAGNÓSTICO.....	67
ANEXO III - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATIVIDADES INTEGRADAS.....	160

*PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
DO GASODUTO CAMPINAS-RIO (PEA-GASCAR)*

RELATÓRIO ANUAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: 24/11/10 A 26/11/11
DATA DE ENTREGA: 01 DE MARÇO DE 2012

1. INTRODUÇÃO

O relatório anual, correspondente aos primeiros doze meses de atividades do Programa de Educação Ambiental do Gasoduto Campinas-Rio (PEA-GASCAR), ou seja, de novembro de 2010 a novembro de 2011, tem um teor eminentemente analítico, tal como previsto em contrato. Lembramos que os relatórios mensais e quadrimestrais, distintos desse, cumprem a função básica de documentos descritivos e comprobatórios, que possibilitam o acompanhamento do que vem sendo feito e a avaliação do andamento do programa e seus resultados, conforme Plano de Trabalho e Sistema de Avaliação aprovados. No presente relatório, apresentamos, portanto, a estrutura dos demais relatórios, aglutinando e sintetizando as atividades executadas, resultados e metodologia aplicada nos três quadrimestres contemplados, e acrescentamos um item (o terceiro) de análise propriamente dita dos resultados alcançados.

Desse modo, os três anexos selecionados para constar do relatório anual são apenas os que apresentam conteúdo relevante e orientador das práticas, permitindo a contextualização da análise e a compreensão das decisões tomadas na condução do programa.

2. OBJETIVOS DO RELATÓRIO

São objetivos do relatório anual:

- Analisar os resultados obtidos, considerando o próprio sistema de avaliação criado e o conjunto do que foi feito e observado pela equipe técnica;
- Descrever sucintamente o conjunto de atividades desenvolvidas no primeiro ano de execução do PEA-GASCAR;
- Indicar as modificações nas atividades feitas pela coordenação do programa para garantir o bom andamento do programa, sem alterar, com isso, os objetivos e o escopo geral do PEA-GASCAR.

3. ANÁLISE DO PRIMEIRO ANO DO PEA-GASCAR

A análise feita segue a mesma organização e sequencia dos acontecimentos significativos ocorridos ao longo do primeiro ano. Assim, não poderia ser diferente: começamos discorrendo sobre o feito pioneiro, no caso de uma condicionante de licença ambiental da Transpetro, que é realizar um PEA rigorosamente dentro das premissas historicamente produzidas pela extinta CGEAM/IBAMA, que definiram em grande medida diretrizes para o conjunto das condicionantes de educação ambiental no licenciamento ambiental executadas pelo IBAMA e por inúmeros órgãos ambientais estaduais.

Esta é uma área nova, consolidada nacionalmente há cerca de uma década, e de enorme complexidade, dada sua finalidade de assegurar processos educativos de reversão de assimetrias no uso e apropriação dos recursos naturais, por meio da participação social e da mobilização na atuação cotidiana e em espaços públicos. Além disso, apesar do grande interesse que desperta entre especialistas e do crescente número de pesquisas acadêmicas

sobre o tema, conta com poucos técnicos de órgãos governamentais e profissionais no mercado de consultoria preparados para enfrentar os desafios e realizar um programa com resultados efetivos. Ou seja, há pouco acúmulo de experiência profissional e cultura institucional que contemple de forma mais imediata seus pressupostos. Logo, a boa execução de projetos em diálogo com pesquisadores da área e entre as instituições responsáveis é condição estratégica para a consolidação de uma proposta de valor histórico indiscutível na política ambiental brasileira.

Cientes desses desafios e contexto, o modo como o PEA-GASCAR foi concebido e está sendo executado evidenciam a efetividade da proposta e sua importância em um momento de forte estímulo ao desenvolvimento nacional (que exige condicionantes justas e suficientemente rígidas para evitar maiores danos socioambientais), tal como também se tem observado em outras experiências no licenciamento de petróleo e gás e na ótima aceitação do público.

Evidencia também a capacidade de entendimento, compromisso e adequação da equipe técnica e da Transpetro às diretrizes e finalidades da educação no processo de gestão ambiental pública. A prova disso está na rápida assimilação dos pressupostos desse tipo de educação ambiental crítica pelos executores, bem como sua aplicação e demonstração de domínio de seu conteúdo quando da necessidade de ajustes e reorganização das atividades, visando exatamente o pleno cumprimento dos objetivos do PEA-GASCAR.

Assim posto, não somente o programa está atingindo seus indicadores de processo, resultado e impacto, mas igualmente está trazendo acúmulo prático e teórico-metodológico para o desenvolvimento da educação ambiental no licenciamento junto aos órgãos governamentais, empresas e setores organizados da sociedade civil que se mobilizaram para participar e dar materialidade ao PEA-GASCAR (e que estão visivelmente motivados – algo que será comprovado no próximo relatório quadrimestral). Esse é um fato decisivo para assegurar que o programa seja verdadeiramente uma ação contínua e transformadora da realidade de vida dos grupos sociais existentes em sua área de abrangência, em

conformidade com a Lei n. 9597/99 – PNEA e demais diretrizes da educação no processo de gestão ambiental pública, que determinam a existência de práticas educativas promovidas pelos atores sociais responsáveis por um empreendimento, enquanto este estiver em operação.

Em termos estritamente operacionais, o primeiro movimento da equipe, dentro do previsto e estabelecido contratualmente, foi a elaboração do Plano de Trabalho, que contou com detalhada análise do diagnóstico prévio realizado pela Transpetro e que compõe o EIA/RIMA do gasoduto. Além desta análise, foram considerados aspectos geográficos, demográficos, logísticos e sociais da região onde os trabalhos estão sendo desenvolvidos, cujas informações foram obtidas em outras fontes documentais (Internet, pesquisas acadêmicas, documentos de prefeituras). Para o planejamento de ações durante um período de 30 meses foram também considerados aspectos técnicos, de disponibilidade de pessoal, fluxo de informações, possibilidade real de alcance de resultados e fluxo de caixa, a partir de informações recebidas da fiscalização da Transpetro. Todavia, é preciso adiantar que, mesmo diante de todos os cuidados e estudos minuciosos feitos à época, a prática e as condições objetivas evidenciaram necessidades de ajustes no último quadrimestre do primeiro ano, tal como será explicado e analisado adiante.

Isso, no entendimento da equipe, não significou qualquer tipo de insucesso na condução dos trabalhos. Pelo contrário, demonstrou maturidade para se redefinir o desenho diante dos novos resultados obtidos com o suplemento ao diagnóstico, das demandas surgidas e da premissa de se potencializar ações e ampliar o efeito sinérgico destas. Demonstrou ainda a boa estratégia de confecção do Plano de Trabalho dentro de preceitos de rigor e flexibilidade de modo a fazer com que o processo educativo fosse preservado de quaisquer alterações externas e cenários não previstos.

Em seguida à definição do Plano de Trabalho, as ações se concentraram na oficina de nivelamento e na elaboração do sistema de monitoramento e avaliação (anexo I).

A oficina foi um momento importante, por oportunizar a troca entre Transpetro e equipe técnica executora e para que alguns aspectos centrais da educação ambiental no licenciamento ficassem claros para todos. Cabe dizer que é de praxe em uma condicionante de educação ambiental que se inclua nos Planos de Trabalho um momento inicial de formação e se garanta a formação continuada. Após um ano de execução, e diante da dinâmica do processo, com troca na equipe e ajustes nas atividades, verificou-se que a afinidade das pessoas selecionadas com a concepção do PEA-GASCAR e a orientação permanente da coordenação foram fatores preponderantes para a manutenção da qualidade técnica e coerência. A combinação oficina mais formação continuada se mostrou a melhor fórmula para projetos de alta fluidez e de longo prazo.

A confecção do sistema de monitoramento e avaliação serviu de instrumento norteador das ações e constante fator de segurança de que as atividades estão no rumo certo. Outro aspecto positivo foi a inédita elaboração de um sistema logo no início, sendo a base da descrição dos relatórios mensais e trimestrais. Mais do que isso, diante das enormes lacunas existentes na avaliação em educação ambiental, o fundamento conceitual e os indicadores servem de referência para futuros programas da Transpetro e como exemplo para outras empresas.

A análise central do segundo quadrimestre está nos resultados do Suplemento ao Diagnóstico, organizados no relatório finalizado em agosto de 2011 (anexo II). As demais ações foram bem conduzidas e dentro do previsto. De fato, foram as incursões a campo e as reflexões sobre o encontrado que propiciaram algumas definições estratégicas e compreensão mais afinada da realidade existente na área de abrangência do PEA-GASCAR.

Os desafios logísticos para a execução de campo foram enormes em função da extensão do gasoduto (e conseqüente extensão territorial e numérica de municípios) e a heterogeneidade dos núcleos populacionais. De condomínios rurais luxuosos a habitações precarizadas, buscou-se garantir o diálogo com os grupos sociais, considerando as especificidades de cada comunidade e suas vulnerabilidades (no sentido conceituado no

Memorial descritivo do PEA). Constatou-se que alguns dos núcleos populacionais destacados pelo EIA-RIMA não têm qualquer estrutura organizacional, ou representação que demonstre uma liderança significativamente reconhecida. Nesse caso, foram somados alguns deles para que os encontros de grupos focais tivessem representatividade. Outros estão tão distantes, geográfica e politicamente, dos centros de decisão locais que não despertaram nenhum interesse no acompanhamento desse processo por seus representantes públicos. Foi o caso de Campinas, que, além disso, na época da diligência vivia grave crise política, com seu prefeito sob a ameaça de impeachment, com vários assessores diretos, inclusive influentes secretários municipais, sendo presos pela Polícia Federal, acusados de corrupção. Nesse caso, a solução foi organizar o encontro à revelia do poder público local, mantendo-se contato direto com as lideranças comunitárias locais.

Apesar dos desafios oriundos da necessidade de se garantir um formato de diagnóstico participativo em diálogo com outros estudos feitos anteriormente, em uma grande extensão territorial e em curto espaço de tempo, a equipe reconhece que a inclusão dessa etapa foi fundamental para a configuração das práticas coletivas e de intervenção e para a definição dos conteúdos a serem trabalhados.

No presente relatório destacamos a seguir algumas conclusões de grande relevância para o processo educativo que ora está em curso (março de 2012) e para o formato novo das atividades, tal como apresentaremos posteriormente ainda nesse documento.

Antes, no entanto, cabe mencionar em breve comentário que em relação aos instrumentos de coleta de informações, é possível afirmar que os grupos focais ajudaram no refinamento das questões e na caracterização dos locais e seus grupos, mas sem dúvida, a observação direta seguida de visitas orientadas às instituições e as conversas com lideranças foram mais significativas para o entendimento do cenário encontrado em 2011.

Um primeiro aspecto a analisar é relativo às políticas ambientais municipais. Os municípios, no geral, ainda não apresentam estrutura institucional forte e consolidada nessa área,

mesmo considerando que cumprem as determinações legais relativas à existência de instâncias públicas. Os municípios paulistas possuem um quadro um pouco melhor, até por força de políticas estaduais de incentivo a práticas, projetos e à institucionalização municipais. Contudo, o público participante das atividades reconhece que a ação via políticas públicas ambientais ou que com essas dialoguem é crucial para o sucesso do PEA-GASCAR e sua estruturação em longo prazo. O mesmo pode ser dito em relação à dinâmica de funcionamento de espaços públicos vistos como estratégicos para a educação no processo de gestão ambiental (comitês de bacia hidrográfica, conselhos municipais, conselhos gestores de unidades de conservação), uma vez que estão em grande medida constituídas, mas precisando ser mais participativa e ocupada por forças sociais populares.

O interessante a registrar, antecipando uma parte dos resultados de 2012, é que muitos dos que se mobilizaram para participar dos fóruns temáticos atuam em um desses espaços, em uma média percentual bem superior ao que é encontrado em públicos de outros programas similares no licenciamento, indicando o sucesso das ações mobilizadoras da equipe. Esse movimento de pessoas que possuem tradição de participação em espaços públicos tende a viabilizar ações e projetos que fortaleçam os espaços e políticas públicas de interesse para a gestão ambiental e para a melhoria das condições de vida dos grupos sociais vulneráveis.

Temas recorrentes apontados como problemas, e que são comumente tratados nesses espaços, poderão com isso ter encaminhamentos mais adequados e potencializados com a estruturação dos fóruns e com mais atividade e presença popular nos espaços públicos (resíduos sólidos, saneamento, gestão de águas, proteção de mata ciliar, principalmente).

Outro aspecto destacado no diagnóstico e que possui relativa relação com o fortalecimento de políticas e espaços públicos, se refere à mitigação dos efeitos das obras de instalação e manutenção de dutos. É sabido que grande parte dos impactos está no momento de instalação. Evidentemente que não se pode retornar no tempo, mas a estruturação de espaços públicos pode prevenir vários dos problemas identificados em posteriores empreendimentos. Além disso, se a mobilização obtida até o momento consolidar coletivos

formais ou informais, criando redes de articulação e comunicação, e estes construirão canais legítimos e permanentes de comunicação com a Transpetro, a tendência é que os conflitos existentes sejam solucionados, ou melhor, mediados pelas partes, que danos ocorridos no cotidiano possam ser rapidamente encaminhados e futuros conflitos derivados de novas licenças sejam conduzidos em outro patamar de credibilidade e confiança entre as partes.

Assim, passamos ao terceiro ponto: os conflitos identificados entre os agentes sociais, e que dizem respeito ao empreendimento gasoduto, não são de grande intensidade (comunidade-empresa, empresa-poder público, poder público-comunidade). Os dutos apresentam impactos de baixa intensidade local, apesar de serem de larga abrangência territorial. Isso reforça a necessidade de fortalecimento de canais de comunicação e dos espaços públicos. Em sendo este o perfil de conflitos e de impactos, uma institucionalidade pública forte, democrática e ativa e canais que garantam a transparência nas ações e acesso às informações facilitam a mediação de conflitos e a busca de soluções consensuadas.

Não apareceram conflitos relativos ao uso em áreas no interior de unidades de conservação. No entanto, isso não reduz a pertinência de se trabalhar com estas áreas e com o ICMBio e demais órgãos da conservação por alguns motivos. O fato de não serem conflitos ou problemas manifestos pela percepção dos sujeitos não significa que não existam. Podem ter importância relativa e assim devem ser situados no contexto de ação, mas objetivamente há pesquisas que sinalizam para um aumento de pressão sobre tais áreas em decorrência do avanço da industrialização, urbanização no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, e deslocamento de populações tradicionais e pequenos agricultores para o entorno de UCs. Há também pressão sobre áreas de proteção permanente (APP), que exigem medidas de manejo sustentável entre pequenos agricultores. Além disso, há interesse manifesto de gestores públicos municipais vinculados à conservação e do ICMBio no PEA-GASCAR, o que reforça a tese de que este é um eixo a ser considerado pelo programa.

Um aspecto não previsto no PEA-GASCAR, em decorrência dos próprios pressupostos da educação ambiental no licenciamento, remete a mudanças de comportamentos cotidianos. A ênfase não está aí corretamente porque as mudanças pessoais descoladas das mediações com a realidade concreta, com as condições objetivas e com as esferas coletivas da vida social, possuem limitado alcance no cumprimento das finalidades de um processo educativo voltado para mudanças nas relações sociais, na regulação do processo produtivo e nas formas de uso e apropriação da natureza, por mais legítimas e necessárias que sejam do ponto de vista individual e ético. No entanto, entendemos que esse risco de deslocamento e perda da dimensão política não existe dada a configuração institucional e de atuação social dos participantes que se envolveram até o momento.

Além disso, considerando as respostas obtidas nos grupos focais, é preciso contemplar também projetos mais de aplicação imediata em função dos problemas identificados e que permitem ações rápidas, eficientes, capazes de levar a mudanças nos hábitos pessoais e que são motivadoras para intervenções coletivas e em espaços públicos. Assim, se no decorrer dos fóruns estas propostas surgirem de modo consistente poderão ser acatadas dentro do PEA sem incongruências teóricas ou práticas, pelo contrário, como dito, poderão facilitar medidas de maior complexidade e interesse público.

Em relação a temáticas e conteúdos, estes são os aspectos centrais obtidos no diagnóstico.

Todavia, todo o esforço empreendido para a execução das atividades iniciais e de campo na construção do Suplemento ao Diagnóstico evidenciou a necessidade de uma mudança na estrutura das atividades de formação e organização, visando assegurar a articulação local, a mobilização de atores estratégicos e o cumprimento dos objetivos do PEA-GASCAR em seus primeiros 30 meses.

Chegamos a esta conclusão pelos seguintes motivos:

(1) não há conflitos espacialmente referenciados por município, mas conflitos e problemas comuns a regiões;

(2) o grau de organização da sociedade civil é baixo e os atores sociais transitam por regiões segundo interesses específicos, o que implica afirmar que não há caracterização de intervenções profundas e estritas a municípios;

(3) as demandas e perfil estrutural das instituições públicas ambientais municipais são similares e a atuação já se configura de modo regional; e

(4) a fragilidade do tecido organizacional municipal, se mantida a lógica de ação municipalizada, seria reforçada, pulverizando iniciativas e ampliando o risco de desmobilização ao longo do tempo e, na melhor das hipóteses, particularização dos projetos em iniciativas pontuais e de baixo alcance.

Isso posto, foi possível configurar a formação e a organização local por meio de aglutinação em quatro regiões (a princípio cinco, mas mesclaram-se as do Rio de Janeiro por questões logísticas/operacionais e para buscar uma distribuição mais equânime com os demais grupos). O objetivo maior dessa composição foi facilitar o diálogo e a articulação institucional entre os atores sociais estratégicos já contatados, entre outros que poderão se inserir no processo adiante.

Os critérios utilizados para essa divisão foram:

- proximidade geográfica;
- alguma similaridade cultural e ambiental;
- possibilidade de aglutinação de pessoal para as atividades do PEA;
- temas e questões similares levantadas durante o diagnóstico suplementar;
- proximidade quanto ao grau de participação e articulação institucional em espaços públicos como conselhos e comitês de bacia hidrográfica.

As regiões foram assim estabelecidas e denominadas:

1. Complexo Cantareira (Atibaia; Bragança Paulista; Cachoeira Paulista; Campinas; Igaratá; Itatiba; Jaguariúna; Morungaba; Nazaré Paulista; Paulínia e Piracaia).

2. Bacia do Paraíba do Sul (Aparecida; Caçapava; Canas; Guaratinguetá; Lorena; Pindamonhangaba; Roseira; São José dos Campos e Taubaté).
3. Serra da Bocaina (Arapeí; Areias; Bananal; São José do Barreiro e Silveiras).
4. Rio de Janeiro (Barra Mansa; Resende; Volta Redonda; Japeri; Paracambi; Pinheiral; Pirai e Seropédica)

A solução encontrada pode ser sintetizada em uma frase: atividades integradas, em uma perspectiva regional (cuja apresentação detalhada do cronograma consta do relatório quadrimestral III, seguindo em anexo a proposta organizada em power point - anexo III).

A partir desse momento, a lógica de atuação se configurou em:

1. Dar aos fóruns de acompanhamento um caráter de fórum temático, de alcance regional, organizados bimestralmente nas quatro regiões delimitadas pela fase diagnóstica. No período de uma ou duas semanas, essas quatro regiões receberão cada uma seu fórum local, replicando-se todo o processo novamente dois meses depois. Dentro de cada região, as atividades terão caráter itinerante, revezando a sede desses fóruns entre os municípios que se habilitarem;
2. Somar a mobilização para os fóruns temáticos com a mobilização para as Aldeias Ambientais. Por serem oferecidos a públicos distintos, fazer coincidir esses eventos pode trazer grandes benefícios mútuos, no alcance de parceiros e mídia local, potencializando esforços logísticos, de divulgação e de mobilização de mão de obra especializada;
3. Buscar a participação de universidades, órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e mídia, que teriam pouca motivação em se aproximar dos fóruns de acompanhamento em sua versão original;
4. Dar às questões socioambientais de maior destaque no Diagnóstico a relevância que merecem, sob o enfoque regional;

5. Promover espaços de discussão entre a gestão pública e a sociedade civil, destacando políticas públicas, iniciativas associativas ou de universidades e comunidade escolar, além de assegurar um efetivo diálogo com as ações que estarão ocorrendo concomitantemente nas capacitações de sujeitos prioritários.

Em termos cronológicos, em 2012, tal configuração implicou no seguinte planejamento das ações integradas:

- Dezembro/2011 ou janeiro/2012: Capacitação de Sujeitos Prioritários (módulo 1):

Um evento geral, englobando tanto os municípios do estado de São Paulo quanto do Rio de Janeiro, com 24 horas/aula cada (preferencialmente sexta-feira, sábado e domingo). Grupos de Trabalho organizados por segmento (urbano/rural/Unidades de Conservação) e por temas, em dinâmica do tipo *carrossel*. Discussão das principais questões e impactos, dentre os temas identificados, com o registro de recomendações para os Fóruns Temáticos, e envolvimento dos participantes na mobilização para os Fóruns e Aldeias Ambientais.

- Março; Maio; Junho; Agosto/2012: Fóruns Temáticos – Fase 1 (4 ciclos):

Serão quatro fóruns em cada uma das quatro regiões, com quatro horas de duração cada, no mesmo local e data das Aldeias Ambientais. Para a definição deste local, se buscará um revezamento entre os municípios da mesma região, contemplando o maior número possível deles, desde que ofereçam condições satisfatórias de estrutura e apoio. Será apresentada uma mesa-redonda composta por especialista no tema (comum a todas as regiões) e atores sociais atuantes no tema e na região para a discussão de questões específicas, seguida de debate, com mediação. Haverá ampla divulgação, com distribuição de certificados de participação e formulários específicos de consulta/avaliação.

Temas sugeridos a partir do diagnóstico (sujeitos a discussão, detalhamento e rearranjo nas capacitações e no Fórum de Apresentação, onde serão indicados os participantes locais):

Fase 1: Gestão ambiental e relação com o empreendimento

- gasoduto campinas-rio e sua relação com o entorno – março 2012

- gestão ambiental pública: instrumentos e desafios – maio 2012
- educação ambiental, atitudes e comportamentos – junho 2012
- unidades de conservação – agosto 2012

- Março; Maio; Junho; Agosto/2012: Aldeia Ambiental – Fase 1 (4 ciclos):

Serão quatro Aldeia Ambiental em cada uma das quatro regiões, com quatro horas de duração cada, no mesmo local e data dos Fóruns Temáticos. Para a definição deste local, se buscará um revezamento entre os municípios da mesma região, contemplando o maior número possível deles, desde que ofereçam condições satisfatórias de estrutura e apoio. Serão montadas tendas com jogos e oficinas para diferentes públicos (Ed. Infantil, Fundamental I, Fundamental II e Ensino Médio), além de serem oferecidas atividades na Praça Central, por talentos locais e equipe Katu Gente&Ambiente. A divulgação será feita nas escolas e ao público em geral. Haverá ainda a construção coletiva de painéis e a captura de depoimentos em vídeo sobre as questões socioambientais da região, as quais serão objeto de análise e reflexão nas demais etapas do programa.

- Setembro de 2012 – Capacitação de Sujeitos Prioritários – Fase 2:

Será realizado em uma única edição, promovendo uma maior integração entre todos os participantes, em 24 horas/aula (Sexta, Sábado e Domingo, preferencialmente). Serão discutidos e compilados os resultados da Fase 1 dos Fóruns Temáticos, organizando-se os Grupos de Trabalho por Segmento (Urbano/Rural e UCs) e Área Específica (Recursos Hídricos, Gestão de Resíduos e Planejamento&Conservação). Haverá uma capacitação para Elaboração de Projetos e o mapeamento de necessidades e potencialidades para embasar possíveis projetos a serem discutidos na Fase 2 dos Fóruns Temáticos.

- Nov/Dez/2012 e Fev/Abr 2013: Fóruns Temáticos – Fase 2 (4 ciclos):

Replicando a mesma metodologia da Fase 1 dos Fóruns Temáticos, esta continuação tem como objetivo promover uma discussão qualificada sobre políticas e práticas na relação com o ambiente na região, visando a identificação de pontos críticos e potencialidades para a construção coletiva de projetos. Sugestões de componentes locais para as mesas-redondas e questões específicas de cada região serão identificadas no Módulo 2 da Capacitação de Sujeitos Prioritários.

Temas, a partir do Diagnóstico:

1. Recursos hídricos – novembro/12
2. Gestão de resíduos – dezembro/12
3. Planejamento territorial, urbanização e conservação – fevereiro/12
4. Elaboração de projetos integrados – abril/12

- Nov/Dez 2012 e Fev/2013 - Aldeia Ambiental – Fase 2 (3 ciclos):

Serão três eventos em cada uma das 4 regiões, em um total de 12 eventos de 4 horas cada, buscando-se a coincidência com o mesmo local e data dos Fóruns Temáticos, em seus 3 primeiros ciclos. Mantém-se a metodologia e conteúdo da Fase 1, inclusive no rodízio de sede (condicionado a estrutura e apoio), e dando-se prioridade para municípios não contemplados na Fase 1. Eventuais ajustes serão discutidos durante o Módulo 2 da Capacitação de Sujeitos Prioritários.

- Maio/Outubro/ 2012 e Abril/2013 – Eventos de Publicização do PEA-GASCAR:

Cada um desses eventos será único para todo o PEA-GASCAR. Será necessário viabilizar transporte para os participantes, em uma desafiante logística. Serão apresentadas as ações do Programa, nos dois primeiros eventos, e seus resultados e Projetos no último. Haverá a apresentação de talentos locais, identificados na Aldeia Ambiental, nos dois primeiros, sendo dado destaque aos principais atores sociais participantes no programa na última

edição, que terá também uma pesquisa de opinião sobre os projetos apresentados. Buscar-se-á uma ampla participação da imprensa.

Com isso exposto, terminamos o item reforçando a certeza de que a equipe do PEA-GASCAR não só tem cumprido rigorosamente com o previsto, mas também se mostrou suficientemente preparada para fazer os ajustes necessários no processo, sem paradas ou interrupções nocivas ao processo educativo. A análise conclusiva é de indicação do cumprimento do previsto e respeito aos objetivos do programa em seu primeiro ano concluído.

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Para permitir o acompanhamento lógico da análise feita, este item reproduz por quadrimestre as atividades executadas, sintetizando informações que já constam dos relatórios anteriores.

PRIMEIRO QUADRIMESTRE

O primeiro quadrimestre foi marcado por uma divisão interna em duas etapas. A primeira operacional, voltada para a institucionalização do contrato e início da execução, e a segunda para as ações previstas já enquanto PEA-GASCAR propriamente dito.

ETAPA 1 – NOVEMBRO/DEZEMBRO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO

1. Realização de reunião de abertura, considerada início das atividades do contrato.

Reunião realizada em 24/11/2010, com a presença de representantes da Transpetro, TAG e Katu Gente&Ambiente, onde foram tratados assuntos referentes ao escopo do contrato e documentação exigida.

2. Emissão e concordância da Ordem de Serviços (OIS).

A OIS foi emitida em 19/11/2010 e apresentada para assinatura da Katu Gente & Ambiente em 24/11/2010. Como a representante legal pelo contrato não estava presente em reunião, a mesma foi devolvida com o “de acordo” em 26/11/2010.

3. Elaboração e aprovação de Plano de Trabalho.

De acordo com Memorial Descritivo, foi elaborado um Plano de Trabalho pormenorizado.

O Plano de Trabalho foi enviado em 01/12/2010, antes de se esgotar o prazo estabelecido, em versão digital a todos os fiscais relacionados na OIS, e enviadas cópias físicas, via SEDEX, imediatamente ao Terminal de Campos Elíseos SMS/MA/SE, no endereço informado pela fiscalização da Transpetro.

4. Constituição e preparação da equipe.

A equipe gestora e técnica foram constituídas atendendo às principais exigências contratuais, inclusive exames médicos pelos critérios de SMS.

5. Construção do Sistema de Monitoramento e Avaliação.

No início do mês de janeiro foi desenvolvido um Sistema de Avaliação exclusivo para o PEA-GASCAR, tomando por base os objetivos previstos originalmente no Programa, anexo ao contrato, e transcritos em Plano de Trabalho.

A partir dos objetivos, foram definidos indicadores e meios de aferição, bem como instrumentos específicos para coleta e sistematização dos dados.

Para os Indicadores de Processo foi realizada uma relação direta com os Momentos e Ações previstas no PEA-GASCAR. Como meio de aferição, foram definidos instrumentos de coleta de dados em campo.

Para os Indicadores de Resultado os objetivos foram reagrupados, e definidos meios de verificação que constarão de instrumentos de coleta de dados e/ou relatórios. Só serão mensurados e analisados em Relatórios Analíticos Anuais, porém, todas as ações e instrumentos procurarão atender os objetivos, e fornecer meios para sua verificação.

Para os Indicadores de Impacto definimos impactos positivos esperados com a realização do PEA-GASCAR, de cunho mais analítico e subjetivo. Só serão mensurados parcialmente os impactos em Relatórios Analíticos Anuais, porém, todas as ações desenvolvidas terão como horizonte o alcance destes impactos.

ETAPA 2 – JANEIRO/FEVEREIRO E MARÇO – início das ações propriamente ditas

MOMENTO I – AÇÃO I

OFICINA DE ATUALIZAÇÃO DE CONCEITOS E INTEGRAÇÃO DA EQUIPE

PROGRAMAÇÃO, CONTEÚDO E MATERIAL

Foram desenvolvidos ao longo dos últimos dez dias de janeiro e primeira semana de fevereiro, ou seja, durante o período previsto, slides, dinâmicas, exercícios em grupo, apostila específica e instrumentos de avaliação.

Indicadores relacionados com a atividade

TIPO	INDICADOR	Relação com atividade
PROCESSO	P-01.04	Slides e Apostila desenvolvidos no período
	P.01.05	Definição de Instrumento de Avaliação
	P.01.06	Definição de Instrumento de Construção coletiva

IMPACTOS	I-01.01	Elaboração de conteúdo
	I-01.02	Elaboração de Programa e metodologias participativas

OFICINA DE NIVELAMENTO CONCEITUAL

A oficina foi realizada entre os dias 7 e 9 de fevereiro nas dependências da Universidade Petrobras, contando com a presença da equipe e de representantes da Transpetro. Os resultados, bem como o conteúdo programático executado, foram bastante positivos, tal como descrito no relatório quadrimestral I.

MOMENTO I – AÇÃO II

SUPLEMENTO AO DIAGNÓSTICO (PARTE 1 – PESQUISA EXPLORATÓRIA)

PLANEJAMENTO DE CAMPANHAS E TABULAÇÃO DE DADOS

Antes da Campanha 1, foram elaborados instrumentos específicos para coleta de dados e definidos roteiros logísticos para aproveitamento do tempo em campo. Foram feitas uma ampla pesquisa de campo, no percurso entre Japeri-RJ e Campinas -SP, visitando cada um dos 33 municípios envolvidos.

Indicadores relacionados com a atividade

TIPO	INDICADOR	Relação com atividade
PROCESSO	P-02.02	Foi planejada uma visita à sede de cada município
IMPACTOS	I-02.04	Planejamento de ações de diagnóstico

CAMPANHA 1 – RECONHECIMENTO

Durante o período de 05 a 13 de janeiro de 2011 foram realizadas visitas de reconhecimento ao percurso que compreende os 33 municípios na Área de Influência Direta e Indireta do PEA-GASCAR. O objetivo desta primeira campanha foi conhecer

as questões logísticas no entorno do empreendimento, e caracterizar o perfil populacional destes municípios.

Os municípios ao longo da Rodovia D. Pedro I, em São Paulo, não puderam ser visitados durante esta campanha, devido à grande tempestade que atingiu os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, nos dias 12 a 13 de janeiro.

Indicadores relacionados com a atividade

TIPO	INDICADOR	Relação com atividade
PROCESSO	P-02.02	Foram realizadas visitas a todo o percurso e à sede dos municípios
IMPACTOS	I-02.04	Início de ações de diagnóstico
	I-04.01	Identificados aspectos culturais passíveis de resgate/estímulo

MOMENTO I – AÇÃO III

CONSTRUÇÃO DO MODELO DE AVALIAÇÃO DO PEA-GASCAR

Já descrito e posto como anexo I.

Indicadores relacionados com a atividade

TIPO	INDICADOR	Relação com atividade
PROCESSO	P-03.01	Indicador concluído com o Relatório da Ação
IMPACTOS	I-02.01	Etapa finalizada no prazo

MOMENTO II – EIXO I - AÇÃO I

ESCOLA ITINERANTE

PLANEJAMENTO E PREPARAÇÃO DA EQUIPE

Realizado: janeiro e fevereiro de 2011

As bases conceituais e metodológicas do Plano de Ação foram discutidas conjuntamente (equipe da Katu e da Transpetro) na Oficina de Nivelamento.

MOMENTO II – EIXO II - AÇÃO I

CAPACITAÇÃO DE PÚBLICO INTERNO

DEFINIÇÃO DO PERFIL DAS TURMAS

Realizado: janeiro e fevereiro de 2011

Foi discutido o perfil dos participantes, metodologia e conteúdo para o público interno, entre a equipe Katu Gente&Ambiente e representantes da Transpetro, durante a Oficina de Nivelamento em fevereiro. A partir destas definições foi sugerido um agendamento com as lideranças das equipes de “Faixa de Dutos” tanto no RJ quanto em São Paulo.

SEGUNDO QUADRIMESTRE

MOMENTO I – AÇÃO II

SUPLEMENTO AO DIAGNÓSTICO

PLANEJAMENTO DE CAMPANHAS E TABULAÇÃO DE DADOS

Mesmo com a junção das campanhas de campo 2 e 3, iniciamos o processo de levantamento de dados, planejamento e preparação no mês de fevereiro de 2011. Produzimos também uma série de instrumentos que auxiliaram no levantamento de dados de campo, além de iniciar a construção de um banco de dados de contatos e instituições locais.

Este planejamento foi fundamental durante este período de fevereiro e março. Alguns ajustes precisaram ser feitos, a partir das definições dos núcleos populacionais prioritários, de acordo com EIA-RIMA. O foco voltou-se para uma investigação de

políticas públicas, condições socioambientais e expectativas para os 23 núcleos populacionais e os 9 municípios que os comportam.

Indicadores relacionados com a atividade

TIPO	INDICADOR	Relação com atividade
PROCESSO	P-02.02	Planejamento de visitas às Prefeituras Municipais de 16 municípios
	P-02.03	Levantamento de contatos e instituições públicas
	P-02.04	Definição de instrumentos de coleta de dados sobre o perfil dos municípios e políticas públicas
IMPACTOS	I-02.04	Planejamento de ações de diagnóstico

CAMPANHAS 2 E 3 – LEVANTAMENTO DE COMUNIDADES NOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO, VISANDO À APRESENTAÇÃO DO PEA-GASCAR E A REALIZAÇÃO DOS GRUPOS FOCAIS.

Realizado: março a maio de 2011

Após definição dos núcleos prioritários, o foco voltou-se para o levantamento de políticas públicas, iniciativas, principais problemas socioambientais e infraestrutura relacionados aos núcleos prioritários ao longo da faixa de dutos.

Nesta campanha foram realizadas reuniões com equipes de faixa de dutos no Rio de Janeiro e São Paulo, visando conhecer um pouco mais da realidade destas comunidades. Visitamos as prefeituras de todos os municípios em que se encontram núcleos prioritários e comunidades relacionadas.

Nesta campanha foram visitados todos os municípios do Rio de Janeiro.

Indicadores relacionados com a atividade

TIPO	INDICADOR	Relação com atividade
PROCESSO	P-02.01	Organizadas as condições de realização dos Grupos Focais.
	P-02.02	Apresentação do projeto a novos contatos e visita a 13 comunidades, em 6 municípios.

	P-02.03	Coleta de dados sobre as organizações atuantes.
	P-02.04	Coleta de dados sobre o perfil dos municípios e políticas públicas
RESULTADOS	R-01.01	Diálogos entre saberes e conhecimentos distintos
	R-01.02	Identificação de atores estratégicos para a discussão de usos dos recursos ambientais
	R-01.03	Reconhecimento dos riscos relacionados às atividades de petróleo e gás
	R-01.04	Identificação de atores estratégicos para a discussão sobre gestão ambiental e licenciamento.
	R-03.03	Identificação de grupos comunitários participantes nas discussões públicas sobre questões ambientais.
IMPACTOS	I-02.01	Definição de cronograma para os Grupos Focais e visitas às Prefeituras.
	I-02.02	Definição de estratégias de mobilização.
	I-02.04	Identificação de grupos e lideranças comunitárias relevantes, iniciativas e projetos
	I-04.01	Identificação, resgate e valorização de grupos, iniciativas e projetos

ANÁLISE FINAL DE RESULTADOS – PESQUISA EXPLORATÓRIA

Realizado: março a maio de 2011

Após a conclusão das campanhas foram realizadas análises sociopolíticas dos resultados obtidos.

Indicadores relacionados com a atividade

TIPO	INDICADOR	Relação com atividade
PROCESSO	P-02.02	Relatório de pesquisa exploratória identificando municípios visitados Relatório de campanha 3 identificando municípios visitados
	P-02.03	Relatório de pesquisa exploratória com organizações identificadas Relatório de campanha 3 com organizações identificadas
	P-02.04	Relatório de pesquisa exploratória com políticas públicas identificadas Relatório de campanha 3 com políticas públicas identificadas
IMPACTOS	I-02.04	Elaboração de análises e conclusão de relatório da pesquisa exploratória em municípios onde se encontram núcleos prioritários Elaboração de análises e conclusão

	de relatório da campanha 3 em municípios onde se encontram núcleos prioritários
I-04.01	Análise de iniciativas e projetos e espaços de discussão identificados em municípios onde se encontram os núcleos prioritários

MOMENTO II – EIXO I - AÇÃO I ESCOLA ITINERANTE

CONTATOS PARA DEFINIÇÃO DE LOCAIS

Realizado: fevereiro a maio de 2011

Foram feitos levantamentos junto a instituições do Sistema S (SESI, SESC, SENAC, SEST) e contatos com seus representantes regionais. As instituições já contatadas mostraram-se dispostas a receber o evento. Em alguns municípios não há atendimento de instituições do Sistema S e estamos avaliando outras parcerias.

Em abril e maio, foram realizados novos contatos com as prefeituras já visitadas no sentido de buscar a viabilidade dos primeiros eventos da “Aldeia Ambiental”, notadamente em Resende, município onde se esperava a realização de um projeto piloto para junho de 2011. Contudo, indefinições de calendário e conciliação de aspectos operacionais nos afastaram da idéia de realização deste projeto piloto em junho, para que o mesmo não ficasse, diante das circunstâncias, comprometido em termos de conteúdo, ou esvaziado.

Indicadores relacionados com a atividade

TIPO	INDICADOR	Relação com atividade
PROCESSO	P-06.01	Planejamento do número de atividades e municípios atendidos durante o ano de 2011
	P-06.03	Identificação de localidades e municípios com estrutura para receber os eventos da “Escola Itinerante”
	P-06.04	

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS E PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Realizado: maio e junho de 2011

Foram produzidos e experimentados os primeiros materiais que serão utilizados nas atividades lúdicas da “Aldeia Ambiental”. Utilizamos, experimentalmente, em atividades comemorativas à “Semana do Meio Ambiente”, com ótimos resultados.

Indicadores relacionados com a atividade

TIPO	INDICADOR	Relação com atividade
PROCESSO	P-06.01	Aquisição de materiais diversos e produção de material didático

MOMENTO II – EIXO II - AÇÃO I

CAPACITAÇÃO DE PÚBLICO INTERNO

CONTATOS COM SUPERVISORES LOCAIS

Realizado: fevereiro e março de 2011

Foram agendadas reuniões com os supervisores durante os dias 14 e 15 de março, dentro do âmbito da campanha de campo 2. Consideramos a atividade realizada no prazo, devido ao fato das campanhas terem sido fundidas. Contudo, acabou ocorrendo no dia 02 de maio a reunião com o pessoal da Faixa de dutos do Rio de Janeiro, visto que a reunião do dia 14 de março foi considerada comprometida em seus propósitos por conta de dificuldades encontradas com deslocamentos aéreos e rodoviários.

Indicadores relacionados com a atividade

TIPO	INDICADOR	Relação com atividade
PROCESSO	P-08.01 P-08.03	Definição de perfil dos participantes e agendamento de reuniões com supervisores da "faixa de dutos" para apresentação do programa e definição de agenda de ação

DEFINIÇÃO DE INFRAESTRUTURA E LOCAIS

Realizado: março e abril de 2011

Foram agendadas as datas dos treinamentos dos módulos específicos no Terminal de Guarulhos (SP) e Universidade Petrobras (RJ), respectivamente nos dias 15 de julho e 04 de agosto.

Indicadores relacionados com a atividade

TIPO	INDICADOR	Relação com atividade
PROCESSO	P-08.01 P-08.03	Apresentação do Programa, discussão e comprometimento de supervisores do RJ e SP.

DETALHAMENTO DO PROGRAMA DO CURSO – MÓDULO ESPECÍFICO

Realizado: abril de 2011

Após a realização de reuniões no Rio de Janeiro e São Paulo, e posteriores contatos via telefone e e-mail, foram definidos durante este período o Programa do curso do módulo específico, o perfil dos participantes, o local e a infra-estrutura necessária.

Indicadores relacionados com a atividade

TIPO	INDICADOR	Relação com atividade
PROCESSO	P-08.01	Definição de programa, número de participantes, conteúdo, local e infraestrutura do módulo específico (RJ e SP)
	P-08.03	

TERCEIRO QUADRIMESTRE

MOMENTO I – AÇÃO II

SUPLEMENTO AO DIAGNÓSTICO - ANÁLISE FINAL DE RESULTADOS – PESQUISAS EXPLORATÓRIAS/SUPLEMENTO AO DIAGNÓSTICO

Realizado: julho/agosto 2011

Percebeu-se um grande empenho nas estruturas político-administrativas municipais no fortalecimento das políticas ambientais locais, certamente como reflexo de políticas públicas adotadas nas esferas estaduais e federais. Infelizmente, este empenho ainda não se traduz nas estruturas operacionais e institucionais disponíveis nas realidades locais, salvo raras exceções.

Como decorrência do Diagnóstico foi reformulada e reordenada a Planilha de Contatos, instrumento fundamental para o esforço de mobilização.

Indicadores relacionados com a atividade

TIPO	INDICADOR	Relação com atividade
PROCESSO	P-02.03	Levantamento de contatos e instituições públicas
	P-02.04	Coleta de dados sobre o perfil dos municípios e políticas públicas

RESULTADOS	R-01.01	Diálogos entre saberes e conhecimentos distintos
	R-01.02	Identificação de atores estratégicos para a discussão de usos dos recursos ambientais
	R-01.03	Reconhecimento dos riscos relacionados às atividades de petróleo e gás
	R-01.04	Identificação de atores estratégicos para a discussão sobre gestão ambiental e licenciamento.
IMPACTOS	I-02.01	Etapas do PEA realizadas no prazo
	I-02.02	Qualidade das ações de mobilização
	I-02.04	Identificação de grupos e lideranças comunitárias relevantes, iniciativas e projetos
	I-04.01	Identificação, resgate e valorização de grupos, iniciativas e projetos

MOMENTO II – EIXO I - AÇÃO III

ESCOLA ITINERANTE

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS E PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Realizado com atraso

A defasagem com relação ao Plano de Trabalho deveu-se à proposta de Atividades Integradas, que vai desenvolver as Aldeias Ambientais em paralelo com os Fóruns Temáticos regionais. Isso se justifica uma vez que só faz sentido a definição e aquisição total dos materiais após a formatação e estruturação dos fóruns e Aldeias.

Indicadores relacionados com a atividade

TIPO	INDICADOR	Relação com atividade
PROCESSO	P-06.01	Aquisição de materiais diversos e produção de material didático

MOMENTO II – EIXO I - AÇÃO I

CAPACITAÇÃO DE SUJEITOS PRIORITÁRIOS DO PROCESSO EDUCATIVO

DEFINIÇÃO DE LOCAIS DE REALIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Realizado: outubro e novembro de 2011

Foram realizados contatos telefônicos, pesquisas via internet e encaminhados e-mails a Hotéis-Fazenda da região a fim de definir locais para a realização do Módulo 1 de Capacitação de Sujeitos Prioritários que, de acordo com a proposta de atividades integradas, passa a se chamar “Capacitação de Multiplicadores”.

De acordo com as pesquisas realizadas, entre as melhores opções ficaram o Hotel Porto da Bocaina, na Região 3, município de São José do Barreiro e o Hotel Fazenda Estancia Atibainha, na Região 1, no município de Nazaré Paulista.

Para a realização dos próximos módulos serão realizadas consultas nos Fóruns de Apresentação e durante a própria execução do Módulo 1.

Indicadores relacionados com a atividade

TIPO	INDICADOR	Relação com atividade
PROCESSO	P-04.10	Adequação do local para maior satisfação dos participantes
PROCESSO	P-04.11	Adequação do local para garantir maior representatividade e diversidade de membros

MOMENTO II – EIXO I - AÇÃO II

FÓRUNS TEMÁTICOS

ESTABELECEMOS CONTATOS E CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

Realizado: outubro e novembro de 2011

Durante este período foi dada continuidade ao processo de reorganização e ampliação dos contatos, iniciado em outubro de 2011, tendo como ponto de partida as ações realizadas durante o período de Suplemento ao Diagnóstico.

De acordo com a proposta de “Atividades Integradas”, os “Fóruns de Acompanhamento” passam a compor os Ciclos de Atividades Integradas como Fóruns Temáticos e serão assim denominados daqui em diante.

Foram desenvolvidas planilhas de contatos prioritários por Região, facilitando a visualização dos sujeitos prioritários, seu município, área de atuação e segmento de interesse.

Durante este período também intensificou-se a divulgação do PEA-GASCAR por meio eletrônico, através da distribuição de cartazes eletrônicos em redes sociais privadas e públicas, grupos de discussão e produção de matérias em blog da Katu Gente&Ambiente.

Durante o período também foram estabelecidos critérios para seleção de multiplicadores e um estimativo de nº de vagas por região.

Indicadores relacionados com a atividade

TIPO	INDICADOR	Relação com atividade
PROCESSO	P-07.02	Ações de mobilização para garantir diversidade e representatividade dos membros participantes dos Foruns
IMPACTO	I-02.02	Qualidade das ações de mobilização

REUNIÕES DE APRESENTAÇÃO E DETALHAMENTO DA PROPOSTA

Realizado parcialmente no prazo

Durante o período previsto foi dada ênfase às reuniões de apresentação e mobilização para os Fóruns nos municípios compreendidos nas reuniões 1 e 2, além de visitar alguns municípios da região 3.

Além da divulgação dos critérios de participação, foram distribuídos materiais impressos de divulgação, cartazes e folders, a representantes dos 22 municípios visitados. Outro canal de comunicação muito explorado neste momento foi a

internet, com contatos junto às instituições públicas e privadas e circulação de informações pelas redes sociais.

Indicadores relacionados com a atividade

TIPO	INDICADOR	Relação com atividade
PROCESSO	P-07.02	Ações de mobilização para garantir diversidade e representatividade dos membros participantes dos Fóruns
IMPACTO	I-02.02	Qualidade das ações de mobilização

MOMENTO II – EIXO I - AÇÃO IV

ESCOLA ITINERANTE

PLANEJAMENTO DE CONTEÚDO AQUISIÇÃO E PRODUÇÃO DE MATERIAIS

A partir da aprovação da proposta de “Atividades Integradas”, concentramos os eventos relacionados à Aldeia Ambiental (nome fantasia da Escola Itinerante) nos anos de 2012 e 2013.

Serão 7 ciclos, com um evento em cada região, com alternância entre os municípios. Considerando o novo panorama apresentado de 4 regiões, serão realizadas 28 Aldeias Ambientais, podendo ser expandido esse número, caso haja interesse em participação de todos os municípios ou dificuldades de deslocamento. Será dada prioridade aos municípios que possuem comunidades na AID.

Durante este período, estaremos produzindo material e adequando conteúdo, de acordo com necessidades apresentadas pelos participantes dos Fóruns iniciais.

MOMENTO II – EIXO II - AÇÃO I

CAPACITAÇÃO DE PÚBLICO INTERNO

EXECUÇÃO DE MÓDULO ESPECÍFICO

Realizado fora do prazo – Justificativa: Compatibilização de agendas dos participantes

Foi realizada a reunião com o pessoal da Faixa de Dutos do Rio de Janeiro (módulo específico), em 04 de agosto. A defasagem aqui se deve ao fato de que a grande maioria dos participantes do encontro do Rio de Janeiro, por uma série de fatores, não tinha elementos de vivência com a faixa de dutos, e aqueles profissionais que tinham não puderam estar presentes. Ficou combinado, então, que seriam contatados esses profissionais para o envio de informações como a Planilha de Indicação de Sujeitos Prioritários e a Planilha de Impactos, que nos foram enviadas posteriormente.

Com a aceitação da nova proposta de “Atividades Integradas” foi também aprovada proposta de realização de turmas no RJ e SP referentes ao Módulo Geral da Capacitação de Trabalhadores durante o mês de março (ou abril) de 2012 e, caso haja necessidade de novas turmas, as mesmas deverão ocorrer no segundo semestre.

Buscando maior integração entre o público interno e externo também ficou acordado que todos os profissionais da faixa de dutos e fiscais do contrato serão convidados a participar das discussões que ocorrerão durante os Fóruns Temáticos Bimestrais, ampliando seus conhecimentos acerca de gestão ambiental pública, educação ambiental, unidades de conservação, recursos hídricos, resíduos sólidos e planejamento urbano.

Indicadores relacionados com a atividade

TIPO	INDICADOR	Relação com atividade
PROCESSO	P-08.01	Número de técnicos e inspetores de faixa capacitados.
	P-08.03	Cumprimento dos objetivos pedagógicos definidos para cada atividade de curso.
	P-08.04	Conhecimento adquirido durante os cursos.
	P-08.05	- Satisfação com os cursos
RESULTADOS	R-01.01	Diálogos entre saberes e conhecimentos distintos
	R-01.02	Identificação de atores

		estratégicos para a discussão de usos dos recursos ambientais
	R-01.03	Reconhecimento dos riscos relacionados às atividades de petróleo e gás
	R-01.04	Identificação de atores estratégicos para a discussão sobre gestão ambiental e licenciamento.
IMPACTOS	I-02.01	Etapas do PEA realizadas no prazo
	I-02.04	Identificação de grupos e lideranças comunitárias relevantes, iniciativas e projetos

MONITORAMENTO DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	PREVISTA	REALIZADA	JUSTIFICATIVA/OBS
ELABORAÇÃO RELATÓRIO SUPLEMENTO AO DIAGNÓSTICO	agosto/ 2011	agosto/ 2011	
ESCOLA ITINERANTE – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS	24 de maio a 18 de junho/2011	24 de agosto a 23 de setembro/2011 (parcialmente)	Os materiais estão sendo adquiridos sob a definição de conteúdos, adequando-se ao diagnóstico realizado
DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL – PROPOSTA ATIVIDADES INTEGRADAS/REFORMATAÇÃO PLANILHA DE CONTATOS		24 de agosto a 23 de setembro/2011	Facilitar o contato com gestores públicos e demais contatos, para o esforço de mobilização das Atividades Integradas
PÚBLICO INTERNO – REALIZAÇÃO DE MÓDULO ESPECÍFICO	Maió/Junho/2011	Julho/Agosto2011	Compatibilização de agendas e ausência de profissionais importantes no reconhecimento das questões das faixas
FORUM DE ACOMPANHAMENTO – ESTABELECEM CONTATOS E CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO	Outubro de 2011	Outubro de 2011	
ESCOLA ITINERANTE – PLANEJAMENTO DE CONTEUDO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS	Outubro a Dezembro de 2011	Outubro de 2011 (parcial)	De acordo com nova proposta de “Atividades Integradas PEA-GASCAR”
CAPACITAÇÃO DE PÚBLICO INTERNO – REUNIÃO PARA VALIDAÇÃO DA PROPOSTA DE ATIVIDADES INTEGRADAS	03 a 08 de out/2011	28 de outubro de 2011	Disponibilidade de agenda de profissionais Transpetro
CAPACITAÇÃO DE SUJEITOS PRIORITÁRIOS – DEFINIÇÃO DE LOCAIS E INFRAESTRUTURA	31/10 a 02/12/2011	31/10 a 24/11/2011	
FORUM DE ACOMPANHAMENTO – ESTABELECEM CONTATOS E CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO	24/10/2011 a 19/11/2011	24/10/2011 a 19/11/2011	
FORUM DE ACOMPANHAMENTO – REUNIÕES DE APRESENTAÇÃO	21 A 26/11/2011	21 A 26/11/2011	Devido a solicitações e dificuldades de mobilização nas Regiões 3 e 4 (transf. para jan/12), foram realizadas visitas nos municípios das Regiões 1 e 2.
CAPACITAÇÃO DE PÚBLICO INTERNO – APROXIMAÇÃO DE PÚBLICO INTERNO E EXTERNO	Não previsto	Novembro de 2011	De acordo com recomendações apresentadas em relatórios anteriores, todos os técnicos, inspetores e representantes do MA da Transpetro foram convidados a

5. METODOLOGIA UTILIZADA

Para a realização das atividades foram aplicados os seguintes procedimentos metodológicos:

- Pesquisa bibliográfica
- Análise documental
- Reuniões internas
- Elaboração de cronogramas
- Elaboração de fluxogramas
- Contatos telefônicos
- Construção de quadro de indicadores
- Produção de dinâmicas e instrumentos de coleta de dados
- Construção de formulários
- Contatos via Internet
- Visitas de campo
- Reuniões Presenciais
- Preenchimento de Formulários
- Distribuição de Material Impresso
- Entrevistas com representantes do Poder Público e Sociedade Civil
- Análises estatísticas
- Análises sociopolíticas

6. RESULTADOS OBTIDOS

PRIMEIRO QUADRIMESTRE

MOMENTO I – AÇÃO I - OFICINA DE NIVELAMENTO DE CONCEITOS

Ações realizadas:

- ✓ Planejamento de atividades
- ✓ Elaboração de Conteúdo
- ✓ Construção de instrumentos de avaliação e exercícios
- ✓ Realização da Oficina e sua avaliação

Evidências:

- ✓ Slides
- ✓ Apostila
- ✓ Instrumentos de avaliação e dinâmicas
- ✓ Relatório da Oficina com suas evidências

Indicadores de Resultado Relacionados:

Não há indicadores relacionados

MOMENTO I – AÇÃO II - SUPLEMENTO AO DIAGNÓSTICO

Ações realizadas:

- ✓ Planejamento de atividades de campo
- ✓ Realização de Campanha de Reconhecimento
- ✓ Planejamento de visitas e entrevistas em prefeituras e instituições
- ✓ Criação de Banco de Dados de contatos, instituições e iniciativas por município

Evidências:

- ✓ Roteiro do Percurso
- ✓ Fotos da campanha
- ✓ Planilha de contatos e instituições

Indicadores de Resultado Relacionados:

Não há indicadores relacionados

MOMENTO I – AÇÃO III - MODELO DE AVALIAÇÃO DE INDICADORES

Ações realizadas:

- ✓ Construção do Modelo de Avaliação de Indicadores

Evidências:

- ✓ Adoção e destaque de indicadores relacionados ao longo do relatório
- ✓ Relatório com o Sistema de Avaliação

Indicadores de Resultado Relacionados:

Não há indicadores relacionados

SEGUNDO QUADRIMESTRE

MOMENTO I – AÇÃO I - OFICINA DE NIVELAMENTO DE CONCEITOS

Ações realizadas em fevereiro:

- ✓ Realização da Oficina
- ✓ Análise estatística de resultados
- ✓ Construção de agenda e atribuições
- ✓ Elaboração de relatório final da ação

Evidências das ações:

- ✓ Relatório Final da Ação

Indicadores de Resultado Relacionados:

R-01.01

R-01.04

MOMENTO I – AÇÃO II - SUPLEMENTO AO DIAGNÓSTICO

Ações realizadas em fevereiro:

- ✓ Planejamento de atividades de campo

Evidências das ações:

- ✓ Plano de Ação de campanha
- ✓ Instrumentos de coleta de dados
- ✓ Banco de dados de contatos e instituições

Indicadores de Resultado Relacionados:

Não há indicadores relacionados

Ações realizadas em março:

- ✓ Planejamento de atividades de campo
- ✓ Realização de Campanha
- ✓ Elaboração de análises e tabulações para relatório de pesquisa exploratória – núcleos prioritários e municípios relacionados

Evidências das ações:

- ✓ Relatório da Pesquisa Exploratória – Núcleos Prioritários
- ✓ Roteiro da campanha
- ✓ Fotos de reuniões junto a Prefeituras Municipais

Indicadores de Resultado Relacionados:

Não há indicadores relacionados

Ações realizadas em abril:

- ✓ Planejamento de atividades de campo
- ✓ Contatos telefônicos com secretarias municipais e lideranças comunitárias
- ✓ Roteirização por meio de pontos de georeferenciamento

Evidências das ações:

- ✓ Roteiro de campanha

Indicadores de Resultado Relacionados:

Não há indicadores relacionados

Ações realizadas em maio:

- ✓ Planejamento de atividades de campo
- ✓ Realização de Campanha
- ✓ Elaboração de análises e tabulações para relatório de Suplemento ao Diagnóstico

Evidências das ações:

- ✓ Relatório de Campanha
- ✓ Roteiro de Campanha
- ✓ Fotos de reuniões junto às comunidades e Prefeituras Municipais

Indicadores de Resultado Relacionados:

Planilha de contatos (Públicos e Grupo Focal)

MOMENTO II – EIXO I - AÇÃO III – ESCOLA ITINERANTE

Ações realizadas em fevereiro:

- ✓ Preparação da equipe e Planejamento
- ✓ Contatos com instituições locais

Evidências das ações:

- ✓ Plano de Ação da Preparação da “Escola Itinerante”
- ✓ Planilha de instituições e Espaços

Indicadores de Resultado Relacionados:

Não há indicadores relacionados

Ações realizadas em março:

- ✓ Contatos com instituições locais
- ✓ Escolha de nome fantasia
- ✓ Definição de municípios nos quais se iniciarão as ações (RJ)

Evidências das ações:

- ✓ Sugestão de planejamento de eventos para 2011 no corpo do relatório
- ✓ Relatório de campo – Anotações para Escola Itinerante

Indicadores de Resultado Relacionados:

Não há indicadores relacionados

Ações realizadas em abril:

- ✓ Contatos com instituições locais
- ✓ Definição de municípios nos quais se iniciarão as ações (RJ)
- ✓ Adiamento do evento-piloto
- ✓ Planejamento de ações de aquisição e produção de materiais

Evidências das ações:

- ✓ Plano de Ação Cotação de Material – Escola Itinerante
- ✓ E-mails enviados à Secretaria de Educação - Resende

Indicadores de Resultado Relacionados:

Não há indicadores relacionados

Ações realizadas em maio:

- ✓ Aquisição de materiais diversos

Evidências das ações:

- ✓ Relatório de campo – nota relativas à ação

Indicadores de Resultado Relacionados:

Não há indicadores relacionados

MOMENTO II – EIXO II - AÇÃO I – CAPACITAÇÃO DE PÚBLICO INTERNO

Ações realizadas em fevereiro:

- ✓ Definição de perfil de participantes
- ✓ Contatos com supervisores

Evidências das ações:

- ✓ Agendamento de reuniões (e-mail)
- ✓ Instrumento de coleta de dados para pessoal da faixa de dutos

Indicadores de Resultado Relacionados:

Não há indicadores relacionados

Ações realizadas em março:

- ✓ Contatos com supervisores
- ✓ Definição de locais e infraestrutura

Evidências das ações:

- ✓ E-mails trocados com pessoal da faixa de dutos
- ✓ Fotos das reuniões

Indicadores de Resultado Relacionados:

Não há indicadores relacionados

Ações realizadas em abril:

- ✓ Definição de programa do módulo específico

- ✓ Definição de locais e infraestrutura

Evidências das ações:

- ✓ Programação do Curso Módulo Específico

Indicadores de Resultado Relacionados:

Não há indicadores relacionados

Ações realizadas em maio:

- ✓ Contatos com supervisores
- ✓ Definição de locais e infraestrutura

Evidências das ações:

- ✓ E-mails trocados com pessoal da faixa de dutos
- ✓ Lista de presença da reunião 02/05 - RJ

Indicadores de Resultado Relacionados:

Não há indicadores relacionados

TERCEIRO QUADRIMESTRE

MOMENTO I – AÇÃO II - SUPLEMENTO AO DIAGNÓSTICO

Ações realizadas:

- ✓ Proposta de Atividades Integradas
- ✓ Evidência da Ação: apresentação em *Microsoft Power Point* Elaboração de Planilha de contatos, em nova formatação
- ✓ Evidência de ação: Planilha de contatos

Indicadores de Resultado Relacionados:

Não há indicadores relacionados

MOMENTO II – EIXO I - AÇÃO I – CAPACITAÇÃO DE SUJEITOS PRIORITÁRIOS

Ações realizadas:

- ✓ Pesquisa de possíveis locais para realização de eventos
- ✓ Contatos telefônicos e via Internet com locais para realização de eventos
- ✓ Definição de critérios para seleção dos locais
- ✓ Recebimento e julgamento de propostas
- ✓ Visita aos locais pré-selecionados
- ✓ Definição de local e data para Módulo 1 – Hotel Porto da Bocaina de 10 a 12/02/12

Evidências das ações:

- ✓ Propostas apresentadas pelos locais pré-selecionados: Hotel Porto da Bocaina e Hotel Estancia Atibainha; fotos do Hotel Porto da Bocaina

MOMENTO II – EIXO I - AÇÃO II – FORUM DE ACOMPANHAMENTO/FÓRUNS TEMÁTICOS

Ações realizadas:

- ✓ Contatos com parceiros locais
- ✓ Contatos presenciais e via Internet com parceiros locais
- ✓ Divulgação do PEA-GASCAR em canais virtuais
- ✓ Desenvolvimento de fichas de cadastro de novos participantes
- ✓ Desenvolvimento de material de divulgação dos Fóruns de Apresentação
- ✓ Planejamento de reuniões para apresentação e detalhamento das propostas nos municípios
- ✓ Preenchimento de fichas de cadastro de novos participantes
- ✓ Distribuição de material de divulgação dos Fóruns de Apresentação
- ✓ Planejamento de reuniões para apresentação e detalhamento das propostas nos municípios

- ✓ Realização de visitas a gestores públicos e lideranças comunitárias em 22 municípios

Evidências das ações:

- ✓ Planilhas de Contatos por região,
- ✓ Logística de campanha 21 a 26 de novembro de 2011,
- ✓ Material de divulgação via Internet (blog),
- ✓ Planilha de Controle de Distribuição de Material.

MOMENTO II – EIXO I - AÇÃO III – ESCOLA ITINERANTE

Ações realizadas:

- ✓ Concepção e orçamento de materiais diversos
- ✓ Aquisição de materiais diversos
- ✓ Estudo e definição de logomarca do Programa em conformidade com logomarca da Aldeia Ambiental (coerente com nova proposta de atividades integradas)

Evidências das ações:

- ✓ Plano de ação específico e Logomarca

Indicadores de Resultado Relacionados:

Não há indicadores relacionados

MOMENTO II – EIXO II - AÇÃO I – CAPACITAÇÃO DE PÚBLICO INTERNO

Ações realizadas:

- ✓ Realização de módulo específico no Rio de Janeiro
- ✓ E-mails trocados com pessoal da faixa de dutos
- ✓ Resultados: Planilha de Indicação de Sujeitos Prioritários e Planilha de Impactos - RJ

Evidências das ações:

- ✓ Reunião para validação da proposta de atividades integradas

- ✓ Agendamento de novos treinamentos para março(ou abril) de 2012 e convite para participação do pessoal da faixa de dutos nos Fóruns temáticos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A equipe considera os desafios encontrados no cumprimento dos objetivos do PEA-GASCAR como inerentes a um processo social de elevada complexidade, diante de uma realidade nacional com brutais níveis de desigualdade de acesso e de poder no momento de tomada de decisão no que se refere aos usos e apropriações dos recursos naturais. Igualmente entende que um programa de educação ambiental, se de fato almeja reversão de assimetrias e transformação da realidade socioambiental, só se efetiva pelo enfrentamento de tais desafios e por meio de processos sociais que estimulem o conhecimento qualificado sobre os problemas ambientais e sobre os instrumentos da gestão ambiental, favoreçam a participação e fortaleçam espaços públicos nos quais a temática ambiental seja trabalhada.

O primeiro ano de execução do PEA-GASCAR nunca se dissociou da aceitação desses pressupostos e se voltou para a estruturação dos meios e conteúdos indispensáveis para o momento formativo propriamente dito. Em conformidade com a proposta de educação no processo de gestão ambiental, essa etapa de diagnóstico participativo, mobilização dos sujeitos e organização das intervenções educativas já é vista como pedagógica. Contudo, sua ênfase não está aí. De fato, é no segundo ano que as atividades formativas se consolidarão e serão avaliadas. Todavia, a sua relevância não é menor, pelo contrário, é condição para uma intervenção construída de modo dialógico e participativo, e para que o ato educativo se defina na garantia da autonomia dos sujeitos.

ANEXO I

Contrato nº 7000.0000327.10.2

**Programa de Educação Ambiental
Gasoduto Campinas-Rio (PEA-GASCAR)**
TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS – TAG
PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

RELATÓRIO DE AÇÃO

MOMENTO I – AÇÃO III

MODELO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Fevereiro de 2011

Contratante:

TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS - TAG
EM ATENDIMENTO À CONDICIONANTE 2.9ª DA LICENÇA DE OPERAÇÃO 762/2008
DO GASODUTO CAMPINAS-RIO (GASCAR)

Empresa Responsável:

KATU GENTE & AMBIENTE CONSULTORIA E PESQUISAS LTDA ME

CNPJ: 09.677.310/0001-10

www.katu.srv.br

Registro CTF IBAMA nº 4387931

Consultoria Técnica Especializada classe 6.0.

ELABORADO POR:

Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro

Registro CTF Ibama nº 196173

Elaine Moscoso Gomes

Cr-BIO nº 65886/04

Registro CTF Ibama nº 4387798

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA:

Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro

Registro CTF Ibama nº 196173

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	50
2.	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO	54
3.	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE RESULTADOS	58
4.	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS	60
5.	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	63

*PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
DO GASODUTO CAMPINAS-RIO (PEA-GASCAR)*

**RELATÓRIO DE AÇÃO
MOMENTO I – AÇÃO III
MODELO DE AVALIAÇÃO DO PEA-GASCAR**

8. INTRODUÇÃO

A necessidade de construção de sistemas de avaliação em educação ambiental é amplamente reconhecida na literatura especializada da área. Além disso, alguns documentos de referência (tais como a Carta de Belgrado – 1975; a Conferência de Tbilisi – 1977; e o Tratado de Educação Ambiental – 1992) igualmente destacam a pertinência de tais sistemas, reforçando que este deve ser construído e executado sob premissas democráticas e de significativa participação social.

A Lei 9795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), seguindo as orientações internacionais e refletindo o debate nacional, reconhece a avaliação como um princípio e estabelece que as políticas públicas para a área devem se constituir com base em “permanente avaliação crítica e construtiva do processo educativo”.

Mesmo diante de tais proposições e obrigações legais, a ausência permaneceu, levando o Órgão Gestor da PNEA, em Carta Aberta de dezembro de 2007, a recomendar a formulação de indicadores e mecanismos de monitoramento e avaliação de programas e projetos de educação ambiental. Em relação ao IBAMA, o processo é similar, e este determina com frequência em suas orientações e pareceres técnicos a construção e consolidação de modelos que assegurem uma avaliação justa dos projetos e programas no âmbito do licenciamento ambiental.

A pertinência e relevância de se definir sistemas de avaliação, contudo, transborda o marco da educação ambiental e o reconhecimento de que a lacuna existente fragiliza a própria consolidação da área na esfera pública. Em um Estado Republicano, é uma condição do exercício democrático o acompanhamento e avaliação objetiva do conjunto de políticas públicas executadas, como meio para assegurar a transparência, o fortalecimento das instituições públicas e a construção de atribuições regulatórias que permitam a universalização dos direitos constitucionais e legitimamente conquistados. Logo, construir um modelo de avaliação validado entre os atores envolvidos em um programa e aplicado pela equipe técnica é uma questão de responsabilidade social, para além do necessário cumprimento de exigências institucionais sob prerrogativas do Estado brasileiro.

A avaliação

A avaliação se refere aos processos sistemáticos por intermédio dos quais se pergunta, obtém respostas e, com estas, se realiza julgamentos acerca do mérito e relevância de uma atividade, proposta, projeto ou programa. Em sentido mais abrangente, ou seja, que envolva também sua importância para a transparência e gestão de políticas públicas e institucionais privadas, a avaliação pode ser considerada válida e pertinente à medida que favoreça a melhor efetividade das ações, o redirecionamento, quando necessário, destas, a apresentação objetiva e ordenada de informações, e a tomada de decisão sobre prioridades, segundo o interesse público no caso da gestão ambiental.

Em síntese, a avaliação é uma atividade simultaneamente científica, pois engloba algumas de suas propriedades básicas (sistematização, ordenamento lógico, coerência epistemológica, investigação empírica, objetividade), e política, uma vez que remete a visões de mundo, intervenções sociais planejadas e intencionadas, definição de prioridades, e atendimento de interesses. Com esta “dupla inserção”, cumpre os objetivos de:

- assegurar respostas;
- orientar ações;
- responder a interesses conflituosos e
- buscar a adequação de atividades, segundo determinadas finalidades e critérios (qualitativos e quantitativos) estabelecidos por gestores, técnicos e pesquisadores.

Há inúmeros modelos consagrados de avaliação, contudo, nenhum pode ser visto como perfeito ou como um receituário pronto. O modelo final a ser adotado ou concebido depende fundamentalmente do arranjo institucional existente e de aspectos legais e regulatórios do Estado. Assim, para se construir um modelo de avaliação, é necessário, como condição primeira, a plena estruturação do trabalho em execução ou a ser executado – objetivos, cronograma, etapas, metas, atividades, funcionamento interno etc. – e o conhecimento deste pelos envolvidos, bem como de seus condicionantes político-institucionais e legais.

Conforme definido no PEA-GASCAR, a avaliação é composta por alguns passos:

- ✚ *Clareza do que se deseja avaliar.* Isto implica em reconhecer a existência de diferentes dimensões que serão mais ou menos enfatizadas, segundo os interesses em disputa, marcos legais, objetivos delimitados e questões a serem respondidas.
- ✚ *Definição de indicadores* que permitam a justa discussão, análise e reflexão do projeto em avaliação. Portanto, neste caso, um indicador pode ser entendido como uma medida (quantitativa ou qualitativa), em sentido estrito¹, que parte da criação de procedimentos que garantam a obtenção de informações sobre algo observável. É um parâmetro ou um valor decorrente de um conjunto de parâmetros que

¹ Uma mediação entre a realidade complexa e a mente na forma de cognição dos acontecimentos.

proporciona informações acerca de um fenômeno ou fato. Logo, é uma linguagem comum criada para permitir o diálogo sobre algo do modo mais direto e criterioso possível. A seleção de indicadores depende, conseqüentemente, do que se quer e dos interesses institucionais em jogo, não sendo uma construção isenta, por mais que seu uso propicie objetividade na tomada de decisão.

- ✚ *Definição das fontes de informações* necessárias (agentes sociais, documentos e bibliografia) e *dos instrumentos de investigação* para se chegar aos indicadores. A escolha dos instrumentos mais adequados depende da resposta a algumas perguntas: as informações geradas possibilitam uma visão abrangente do que está sendo avaliado? Garante o atendimento dos objetivos da avaliação? Os procedimentos adotados são éticos? O custo do procedimento é compensado pelo tipo de informação obtida? A aplicação dos procedimentos atrapalha o andamento do projeto? Os procedimentos utilizados são adequados ao tempo disponível? As informações produzidas são confiáveis?
- ✚ *Aplicação dos instrumentos* selecionados.
- ✚ *Análise das informações produzidas*, por meio de sua ordenação, classificação e análise propriamente dita.
- ✚ *Comunicação dos resultados*, o que envolve a produção de relatórios e de outros meios de divulgação e comunicação e a realização de atividades que estabeleçam o diálogo com os envolvidos e a possibilidade da tomada de decisão.

Para fins do PEA-GASCAR, o modelo de avaliação proposto está organizado em três componentes.

- Processo – permite analisar o andamento do programa no cumprimento de suas etapas e atividades.
- Resultado - permite analisar o cumprimento dos objetivos diante dos resultados obtidos no processo de realização do programa.
- Impacto - permite analisar os impactos gerados na realidade local e institucional, para além do cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

O componente contextual da avaliação aqui se refere ao diagnóstico inicial, que fornecerá informações que possibilitam a análise global (situada frente às características da região) dos indicadores de processo, de resultado e de impacto, garantindo argumentações e posicionamentos quanto ao PEA pautados em aspectos tanto quantitativos quanto qualitativos.

9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO

De acordo com o Programa de Educação Ambiental-GASCAR e demais anexos ao Termo Contratual 7000.0000327.10.2., adotamos o seguinte modelo de avaliação e indicadores.

Ação	Metas	Indicadores	Instrumentos de Coleta de Dados
Momento I			
P-01 Ação I - Oficina de Atualização de Conceitos e Integração da equipe	Realizar uma oficina de no máximo 24h Oportunizar a oficina para um público de até 25 pessoas.	P-01.01 - número de participantes presentes em tempo integral P-01.02 - Carga horária executada P-01.03 - Satisfação com a proposta da oficina P-01.04 - Adequação dos conteúdos P-01.05 - Satisfação com a integração da equipe P-01.06 - Definição de agenda comum de trabalho	- Lista de presença - Questionário diretivo - Dinâmica de avaliação em grupo

P-02 Ação II – Suplemento ao Diagnóstico	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar cerca de vinte e três grupos focais. - Sistematizar informações complementares sobre políticas públicas e formas organizativas. - Consolidar a compreensão da dinâmica social na área de influência. 	P-02.01 - Número de grupos focais realizados. P-02.02 - Número de visitas feitas por município. P-03.02 - Quantidade de organizações levantadas. P-03.03 - Quantidade de políticas públicas identificadas.	<ul style="list-style-type: none"> - Relatórios de visita. - Relatórios dos grupos focais. - Relatório da Ação
P-03 Ação III – Construção do Modelo de Avaliação do PEA	<ul style="list-style-type: none"> - Estruturar um modelo de acompanhamento e avaliação. 	P-03.01 - Modelo pronto e aprovado.	Relatório da Ação

Ação	Metas	Indicadores	Instrumentos de Coleta de Dados
Momento II - Eixo I – Público Externo			
P-04 Ação I – Capacitação de representantes dos grupos afetados (sujeitos prioritários do processo educativo)	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de três cursos: um para zona rural, um para zona urbana e um para conselheiros e gestores de unidades de conservação. - Capacitação de no máximo cento e vinte pessoas, quarenta por turma. - Elaboração de aproximadamente dez projetos 	P-04.01 - número de cursos executados. P-04.02 - número de pessoas formadas. P-04.03 - número de projetos elaborados. P-04.04 - número de projetos aprovados. P-04.05 - evento realizado. P-04.06 - número de participantes no evento. P-04.07 - número de localidades representadas no evento. P-04.08 - Conhecimentos	<ul style="list-style-type: none"> - Listas de presença. - Questionários de opinião. - Questionários de aferição de conteúdos. - Observação direta dos resultados de cada atividade e sua adequação ao objetivo pedagógico planejado. - Entrevistas.

	<p>por turma.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização de um evento de apresentação das propostas de projeto. 	<p>adquiridos nos cursos.</p> <p>P-04.09 - Cumprimento dos objetivos pedagógicos definidos para cada atividade de curso.</p> <p>P-04.10 - Satisfação com os cursos.</p> <p>P-04.11 - Distribuição de participantes por localidade e grupo social (representatividade).</p> <p>P-04.12 - Aplicação prática dos conteúdos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Dinâmicas de grupo. - Relatórios. - Manifestações espontâneas observadas e documentadas. - Pareceres do IBAMA.
<p>P-05 Ação II – Eventos de integração e publicização do PEA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar três eventos. 	<p>P-05.01 - número de eventos realizados.</p> <p>P-05.02 - número de participantes por evento.</p> <p>P-05.03 - número de localidades representadas nos eventos.</p> <p>P-05.04 - Satisfação com os eventos.</p> <p>P-05.05 - Definição de agenda comum de ação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Listas de presença. - Questionários de opinião. - Manifestações espontâneas observadas e documentadas. - Documentos construídos nos eventos.
<p>P-06 Ação III – Interface com a Educomunicação Socioambiental – Escola Itinerante</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de atividades na AID, segundo periodicidade estabelecida por norma interna da TRANSPETRO. 	<p>P-06.01 - número de atividades realizadas.</p> <p>P-06.02 - número de participantes por atividade.</p> <p>P-06.03 - número de municípios contemplados.</p> <p>P-06.04 - número de localidades representadas.</p> <p>P-06.05 - Satisfação com as atividades.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Listas de presença. - Questionários de opinião. - Manifestações espontâneas observadas e documentadas.
<p>P-07 Ação IV – Criação de um Fórum de Acompanhamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Constituir um fórum de acompanhamento. 	<p>P-07.01 - fórum constituído.</p> <p>P-07.02 - representatividade dos membros.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Atas de reuniões - lista de presença

		P-07.03 - participação nas reuniões. P-07.04 - assuntos abordados.	
--	--	---	--

Ação	Metas	Indicadores	Instrumentos de Coleta de Dados
Momento II - Eixo II – Público Interno			
P-08 Ação I – Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar a totalidade de técnicos e inspetores de faixa. - Capacitar os demais trabalhadores inseridos na operação e manutenção do gasoduto. 	P-08.01 - número de técnicos e inspetores de faixa capacitados. P-08.02 - número de trabalhadores inseridos na operação e manutenção do gasoduto capacitados, excetuando os acima mencionado. P-08.03 - Cumprimento dos objetivos pedagógicos definidos para cada atividade de curso. P-08.04 - Conhecimento adquirido durante os cursos. P-08.05 - Satisfação com os cursos.	<ul style="list-style-type: none"> - lista de presença. - Questionários de aferição de conhecimento. - Observação direta dos resultados de cada atividade e sua adequação ao objetivo pedagógico planejado. - Questionários de avaliação.

10. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Para a aferição do alcance de resultados ao longo do Programa de Educação Ambiental – GASCAR, foram reformulados e reagrupados seus objetivos específicos e definidos indicadores com respectivos meios de verificação/instrumentos.

	Indicadores	
R-01 Proporcionar a aquisição de conhecimentos relacionados ao empreendimento e à cadeia produtiva envolvida na construção e operação de	R-01.01 - Diálogos entre saberes e conhecimentos distintos; R-01.02 - Atores estratégicos instrumentalizados para a discussão sobre a gestão de usos dos recursos ambientais; R-01.03 - Riscos relativos às atividades de petróleo e gás reconhecidos pelas comunidades envolvidas; R-01.04 - Atores estratégicos instrumentalizados para a discussão sobre gestão ambiental e licenciamento; R-01.05 - Número de cursos realizados;	- Listagem de participantes por atividade - Relatórios mensais - Descrição dos conteúdos trabalhados por curso - Descrição das metodologias utilizadas

<p>gasodutos, bem como seus impactos e riscos socioambientais.</p>	<p>R-01.06 - Número de eventos realizados.</p>	<p>durante os cursos. - Questionários ou outros instrumentos de avaliação respondidos por curso.</p>
<p>R-02 Estimular grupos sociais afetados da área de influência direta do gasoduto a elaborarem projetos e buscarem parcerias, gerando autonomia</p>	<p>R-02.01 - Número de grupos envolvidos; R-02.02 - Número de projetos elaborados; R-02.03 - Número de parcerias estabelecidas; R-02.04 - Tipo de parcerias estabelecidas (públicas e privadas)</p>	<p>- Relatórios mensais - projetos feitos</p>
<p>R-03 Auxiliar os grupos sociais a formarem consciência reflexiva acerca da realidade e a materializarem, por meio de projetos e atividades diversas, valores e conhecimentos que propiciem a sustentabilidade local e a transformação da realidade da região</p>	<p>R-03.01 - Espaços de diálogo criados; R-03.02 - Propostas de ações frente a questões socioambientais formuladas e encaminhadas para o poder público; R-03.03 - Grupos comunitários participantes nas discussões públicas sobre questões ambientais. R-03.04 - Atores envolvidos participantes em audiências públicas regionais; R-03.05 - Atores estratégicos participantes de espaços como conselhos, encontros, conferências, consórcios.</p>	<p>- Relatórios mensais - Casos de intervenção em espaços públicos documentados</p>
<p>R-04 Potencializar a continuidade de programas, projetos e ações desenvolvidos dentro do Sistema Petrobras, cooperando com as</p>	<p>R-04.01 - Parcerias institucionalizadas com projetos do sistema Petrobras; R-04.02 - Espaços de diálogo criados entre as ações; R-04.03 - Ações realizadas em parceria na área de influência do empreendimento.</p>	<p>- Casos relatados dentro do sistema Petrobras - Relatórios mensais - Ações documentadas que ocorreram</p>

políticas que buscam o desenvolvimento sustentável		na área de influência
--	--	-----------------------

11. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS

Para a elaboração do sistema de avaliação de impactos foram contemplados algumas finalidades/impactos esperados com a implantação, execução e conclusão do Programa. Para aferir foram definidos indicadores e instrumentos de verificação.

Finalidades	Indicadores	Instrumento de coleta de informações
I-01 Maximizar a Qualidade e a Confiabilidade do Programa de EA	I-01.01 - Critérios conceituais e metodológicos na definição dos conteúdos atendidos I-01.02 - Critérios metodológicos na definição dos processos de ensino/aprendizagem atendidos	Relatórios mensais
I-02 Melhorar a Qualidade e a	I-02.01 - Etapas do Programa de Educação Ambiental realizadas no prazo	Cronograma aprovado Planejamentos trimestrais Relatórios mensais

**Confiabilidade da
realização do
Programa de EA**

I-02.02 - Qualidade das ações de mobilização

Relatórios mensais
Relatórios das atividades de campo
Listagem de participantes
Número de convidados e número de participantes
- Manifestações registradas dos participantes
- Relatórios mensais

I-02.03 - Qualidade da implementação das etapas especificadas no programa (exceto diagnóstico)

I-02.04 - Qualidade do diagnóstico

- Relatório do diagnóstico, considerando os parâmetros da NT n. 01 da CGPEG/IBAMA

**I-03
Permitir a
produção e a
sistematização
do conhecimento
produzido no
âmbito do
Programa de EA**

I-03.01 - Material técnico-pedagógico e instrucional produzido

- Os materiais propriamente ditos

I-03.02 - Materiais técnico-pedagógico e instrucional adequados

- Manifestações registradas dos participantes em relação aos materiais
- Os materiais propriamente ditos

**I-04
Favorecer a
preservação do
legado cultural
dos grupos locais**

I-04.01 - Iniciativas identificadas, resgatadas, valorizadas e /ou disseminadas no âmbito do programa de educação ambiental

- Relatórios mensais
- ações e projetos elaborados com base nessa finalidade

**I-05
Promover a
democratização
das informações**

I-05.01 - Número de beneficiários diretos do Programa que receberam os materiais educativos/técnicos produzidos

- Listagem de registro de entrega dos materiais por atividade

I-05.02 - Número de beneficiários indiretos do Programa que receberam os materiais educativos/técnicos produzidos

- Listagem de registro de entrega dos materiais por atividade

I-05.03 - Número de eventos

- Relatório mensal

	realizados	
	I-05.04 - Número de cursos realizados	- Relatório mensal
	I-05.06 - Número de participantes por evento	- Listagem de registro por atividade
	I-05.07 - Número de participantes por curso	- Listagem de registro por atividade
	I-05.08 - Informações sobre temas relativos ao PEA nos meios de comunicação	- matérias veiculadas e registradas
I-06 Propiciar a satisfação do beneficiário com o programa	I-06.01 - Beneficiários satisfeitos com o programa	- Relatórios de campo - Formulários de avaliação - Manifestações espontâneas registradas
I-07 Contribuir para a melhoria das condições de vida	I-07.01 - Número de projetos elaborados	- Projetos feitos e encaminhados
	I-07.02 - Tipos de projetos elaborados	- Projetos feitos e encaminhados
	I-07.03 - Setores da sociedade que efetuaram mudanças em práticas sociais e padrões de comportamento a partir do PEA	- Situações devidamente registradas e documentadas - Relatórios mensais
I-08 Possibilitar a organização e a mobilização social	I-08.01 - número de grupos criados a partir do PEA	- Relatórios mensais - Relatos feitos à equipe
	I-08.02 - grupos mobilizados para a educação ambiental	- Relatórios mensais - Relatos feitos à equipe
	I-08.03 - número de indivíduos participantes do Programa de EA que participam de grupos organizados	- questionário aplicado a cada envolvido cadastrado
	I-08.04 - número de atividades de EA realizadas pelos grupos organizados	- questionário aplicado a cada envolvido cadastrado
	I-08.05 - Público presente em relação ao público esperado em cada atividade	- Listagem de participantes por atividade - Relatórios mensais
I-09	I-09.01 - critérios de aprovação e	- Relatórios mensais

Favorecer a participação e controle social voltado para a atuação nas decisões da vida pública	acompanhamento de projetos definidos com a comunidade	
	I-09.02 - Representatividade dos participantes dos grupos	- Relatórios mensais - Diagnóstico
	I-09.03 - Políticas públicas modificadas, ampliadas ou criadas a partir do PEA	- Relatórios mensais - Diagnóstico
	I.09.04 - Questões ambientais inseridas nas agendas públicas e privadas dos municípios.	- Relatórios mensais - Diagnóstico

12. INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os instrumentos para coleta de dados e os modelos de meios de verificação, serão desenvolvidos à medida que as ações correspondentes forem sendo implantadas. Quaisquer novos documentos ou alterações serão previamente encaminhados à fiscalização da Transpetro para apreciação, em formato digital, antes de sua impressão e distribuição nas atividades de campo.

Pre vemos a elaboração dos seguintes instrumentos de coleta de dados:

- Listas de Presença
- Formulário de avaliação de participantes
- Formulário de inscrição de participantes (grupo focal/capacitações)
- Relatório de visita de campo
- Questionários de diagnóstico de instituições
- Roteiros para grupos focais
- Pautas para fóruns
- Modelo de Ata
- Roteiros para dinâmicas de diagnóstico participativo

Pre vemos a elaboração dos meios de aferição de indicadores:

- Relatórios mensais (previsto x realizado)
- Relatórios da ação¹

- Relatórios trimestrais
- Relatórios analíticos anuais²

¹ Nos relatórios finais da ação contemplaremos análise dos indicadores de processo e evidências de seu alcance através dos meios de verificação.

² Nos relatórios analíticos anuais prevemos detalhada verificação dos indicadores de resultados e impactos e possíveis adequações dos sistemas de avaliação.

A seguir apresentamos exemplos de instrumentos de coleta de dados (lista de presença, formulário de avaliação dos participantes e roteiro para dinâmica de diagnóstico), definidas para a oficina de nivelamento de conceitos. Ressaltamos que este será o padrão utilizado para estes instrumentos, e que alterações nestes formulários poderão ocorrer de acordo com cada ação/público-alvo.

LISTA DE PRESENÇA
Projeto de Educação Ambiental PEA -GASCAR
Evento: OFICINA DE NIVELAMENTO CONCEITUAL
Local: Universidade Petrobras - Rio de Janeiro - RJ

Data: 09/02/2011 08:00 - 17:00

Público: Interno (TRANSPETRO/TAG/KATU)

Carga Horária Total: 24 h

Carga horária nesta data: 8h

Nº	Nome	Instituição	Função	Telefone	E-mail
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					

**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PEA GASCAR)
 OFICINA DE NIVELAMENTO DE CONCEITOS**

Sobre Você: INSTITUIÇÃO _____ DATA: ___/___/2011

Nome: _____ Função: _____

Caso queira fazer comentários sem se identificar, fique à vontade

Sobre a Oficina de Nivelamento do Programa de Educação Ambiental (PEA -GASCAR)

Dê sua opinião sobre as questões abaixo, com base nestes encontros, considerando "0" péssimo e "5" excelente:

	0	1	2	3	4	5
CONVITE E INFORMAÇÕES INICIAIS						
SELEÇÃO E ABORDAGEM DOS TEMAS						
APRESENTAÇÕES DE SLIDES						
MATERIAL DISTRIBUÍDO/UTILIZADO						
DINÂMICAS E ATIVIDADES EM GRUPOS						
MEDIADORES E PALESTRANTES						
NOVOS CONHECIMENTOS PARA VOCÊ						
CONTRIBUIÇÃO NA SUA ATIVIDADE						
POSSIBILIDADE DE MULTIPLICAÇÃO						
INTEGRAÇÃO E CONVÍVIO SOCIAL						
AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA						
Dê uma nota geral para este encontro:	0	1	2	3	4	5

Comentários, sugestões e opiniões:

Programa de Educação Ambiental Gasoduto Campinas-Rio (PEA-GASCAR)

TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS – TAG / PETROLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS

DESCRIÇÃO DE DINÂMICA DE AVALIAÇÃO FINAL

EVENTO: OFICINA DE NIVELAMENTO DE CONCEITOS

DATA: 07 A 09/02/2011

LOCAL: UNIVERSIDADE PETROBRAS – RIO DE JANEIRO - RJ

PÚBLICO-ALVO: INTERNO (TRANSPETRO/TAG/KATU)

OBJETIVOS:

- Aferir a percepção qualitativa do grupo participante quanto à avaliação da Oficina, destacando aspectos positivos e negativos, na frequência e ênfase com que são citados.
- Levantar elementos para a construção de uma agenda comum de ações.

METODOLOGIA:

A princípio individualmente, os participantes elencam, por seus próprios critérios, os cinco principais aspectos positivos da Oficina de Nivelamento de Conceitos. O mesmo deve ser feito com relação aos cinco aspectos negativos. Ainda nesse momento, cada participante sugere como pode se dar a sua participação nos próximos passos do Programa, visando a elaboração de uma agenda comum de ações.

Em seguida, formam-se duplas, que se informam mutuamente sobre os aspectos destacados por seu respectivo parceiro, devendo elaborar uma síntese própria, com os cinco aspectos positivos e negativos que considerem mais pertinentes. O mesmo processo se repete com a formação de quartetos, que também elaboram cada um sua síntese, elegendo um relator para a comunicação de seus resultados à plenária. Todos os registros devem ser entregues, possibilitando uma análise de todos os aspectos inicialmente elencados, quais se mostraram mais recorrentes, e o posterior processo de síntese.

FORMA DE COLETA DE DADOS:

Será feita a partir de uma ficha simples, com espaço para serem registrados os aspectos positivos e negativos do evento. Esse instrumento, com o mesmo formato, terá um modelo individual e outros para as duplas e quartetos formados.

ANEXO II

Contrato nº 7000.0000327.10.2

**Programa de Educação Ambiental
Gasoduto Campinas-Rio (PEA-GASCAR)**
TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS – TAG
PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

**RELATÓRIO
SUPLEMENTO AO DIAGNÓSTICO**

Agosto de 2011

Contratante:

TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS - TAG
EM ATENDIMENTO À CONDICIONANTE 2.9ª DA LICENÇA DE OPERAÇÃO 762/2008
DO GASODUTO CAMPINAS-RIO (GASCAR)

Empresa Responsável:

KATU GENTE & AMBIENTE CONSULTORIA E PESQUISAS LTDA ME
CNPJ: 09.677.310/0001-10
www.katu.srv.br
Registro CTF IBAMA nº 4387931
Consultoria Técnica Especializada classe 6.0.

ELABORADO POR:

Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro
Registro CTF Ibama nº 1961731

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA:

Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro
Registro CTF Ibama nº 196173

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
2.	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS RESULTADOS OBTIDOS	Erro! Indicador não definido.
3.	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO POR REGIÃO.....	9
4.	ANÁLISE POR REGIÃO	10
5.	CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES.....	15
ANEXOS	EVIDÊNCIAS DE ATIVIDADES REALIZADAS.....	16

Introdução

A atividade denominada Diagnóstico Suplementar foi pensada para garantir que as ações educativas propriamente ditas partissem da forma mais próxima possível da realidade local, complementando as informações disponíveis no EIA/RIMA e possibilitando um contato inicial com atores sociais estratégicos para a continuidade do programa. Assim, foram obtidas informações relativas a: 1) percepções dos grupos sobre os impactos ou riscos causados pela presença da Transpetro na região, 2) formas organizativas e modo como estas se relacionam, 3) identificação, quando for o caso, de conflitos entre agentes sociais e problemas existentes.

O Suplemento ao Diagnóstico incluiu:

- Levantamento junto aos municípios das principais políticas públicas na região.
- Levantamento das organizações existentes.
- Identificação da existência de unidades de conservação federais, estaduais e municipais inseridas na área de influência.

Os detalhes das visitas exploratórias e dos grupos focais realizados encontram-se em anexo. No escopo do relatório constam as análises e considerações mais globais que indicam as principais categorias e agrupamentos temáticos que servirão para a formação das comunidades e, de modo complementar, do público interno (cujo levantamento de prioridades foi feito em paralelo em duas reuniões específicas com trabalhadores da faixa de dutos); e também de eixo para as atividades da escola itinerante.

Algumas considerações gerais sobre os resultados obtidos

A análise global feita, após a leitura dos relatórios de campo (visitas exploratórias e grupos focais), indica alguns elementos gerais que servem para pensar a continuidade do PEA-GASCAR e as prioridades temáticas (conteúdo) aconselháveis para o processo de formação e para a definição das atividades da escola itinerante.

É oportuno registrar de início que as principais questões e temas levantados e registrados estão em perfeita consonância com o previsto no memorial descritivo, objeto da contratação, e com as ênfases determinadas pelo IBAMA (mobilização e participação social de grupos sociais, fortalecimento de espaços públicos, articulação de políticas públicas, esclarecimentos e capacitações relativas a conhecimentos básicos de conservação e gestão ambiental, aprimoramento nas relações entre empresas, comunidades e órgãos públicos).

Um primeiro aspecto que chama a atenção em todos os documentos é a preocupação dos municípios em fortalecer a política ambiental local. No caso do estado de São Paulo esse fato é potencializado por uma ação estratégica da Secretaria de Meio Ambiente, que apóia mais iniciativas municipais e cria incentivos variados, em função do posicionamento dos municípios em um ranking estabelecido no projeto *Município Verde Azul*.

O projeto *Município Verde Azul*, é uma iniciativa da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, iniciada no ano de 2007, com o objetivo de integrar, fortalecer e descentralizar a política ambiental do estado, sob premissas da gestão ambiental com participação e envolvimento da sociedade civil. Esta iniciativa está amparada por um protocolo assinado pelo conjunto dos municípios paulistas e por uma resolução da secretaria, a SMA n. 09/2008. Cada município, para se cadastrar, deve apresentar um Plano de Ação para melhorar ou obter resultados em relação a 10 itens: Esgoto

Tratado, Lixo Mínimo, Recuperação da Mata Ciliar, Arborização Urbana, Educação Ambiental, Habitação Sustentável, Uso da Água, Poluição do Ar, Estrutura Ambiental e Conselho de Meio Ambiente, onde os municípios concentram os seus esforços na construção de uma agenda ambiental efetiva.

De 2008 para 2009 a adesão subiu de 613 para 645 municípios e o número de Planos de Ação que dão materialidade aos itens selecionados, subiram 71%, passando de 332 para 570. O número de municípios que conseguiu obter nota acima de oito, o mínimo necessário para ser certificado, passou de 44 para 156.

Os municípios que estão na área de abrangência do PEA-GASCAR estão na grande maioria na faixa mediana de pontuação, fora da faixa de certificação. Apenas Lorena foi certificado pelo estado. Isso significa que há preocupação em aprimorar os instrumentos de gestão pública, a participação em conselhos e comitês e executar ações práticas de melhoria da qualidade ambiental (coleta de lixo, esgotamento sanitário, educação ambiental, recuperação ambiental etc.). Esse interesse se refere não somente a possíveis incentivos, mas também a aspectos políticos relativos à relação com o governo estadual e de imagem da gestão municipal junto à opinião pública.

No Rio de Janeiro, não há esse estímulo do governo estadual, mas apesar de não existir uma motivação tão direta, observa-se preocupações similares em função de um início de movimento por parte da Secretaria de Estado do Ambiente em se qualificar os gestores municipais para a ação descentralizada no sistema de meio ambiente, por meio do Projeto Ambiente Rio. Além disso, é sabido que há forte tendência de prefeituras em se conseguir autonomia municipal para obter autorização para fazer o licenciamento de certas atividades previstas em resoluções CONAMA, o que exige a criação de um sistema municipal estruturado, o que envolve conselho, fundo, estrutura técnica e gerencial no executivo, plano diretor, entre outros instrumentos.

Todavia, deve ser ressaltado que não só os agentes municipais comentaram da importância dessa dimensão dos espaços e políticas públicas. Nos grupos focais observou-se respostas da sociedade civil que indicam para a participação em conselhos e comitês, seja para valorizar o que já está ocorrendo (no caso de municípios em que as estruturas estão consolidadas), seja para se conquistar esse direito à participação e ao controle social enquanto meio concreto para se fazer acontecer certas demandas relativas ao lixo, esgotamento, conservação, controle de poluição, ente outros assuntos.

Um segundo tema comum nas respostas e dados obtidos, remete às unidades de conservação. Nem sempre preocupações relativas à conservação das áreas protegidas ou conflitos existentes em função das restrições de uso eram manifestadas diretamente pelos entrevistados ou participantes dos grupos focais. Contudo, isso não diminui a importância do tema, uma vez que a quase totalidade dos municípios se insere em uma ou mais UC. Aliás, esse trecho entre Rio de Janeiro e São Paulo é repleto de unidades e mosaicos de unidades. Logo, não é possível pensar em qualquer ação mais sistemática que não considere essa realidade.

No diagnóstico nem sempre foi possível identificar o grau de participação e estruturação dos conselhos gestores, mas certamente a temática da organização desses espaços públicos, o papel da educação ambiental em UCs, o conhecimento dos instrumentos de gestão e das formas de uso autorizadas por categoria de unidade (as de uso sustentável e as de proteção integral) serão trabalhadas nos cursos. Evidentemente, isso se confirma e reafirma a validade da proposta de se fazer uma turma só com comunidades do entorno de unidades de conservação.

Os moldes de tratamento dos assuntos relacionados à temática seguirão o modelo proposto pelo ICMBio para a gestão participativa, fortalecimento dos conselhos e aprimoramento na relação com as comunidades inseridas na área de entorno. A

adoção dessa metodologia se justifica por derivar de proposta elaborada pela extinta CGEAM do IBAMA, durante a década de 1990 e 2000, antes da separação entre os órgãos federais no ano de 2007.

Um terceiro tema ou grupo de assuntos similares reunidos, que foi recorrente, diz respeito ao aprimoramento na relação entre comunidades e Transpetro, muito mais do que à mitigação de algum dano ambiental direto. O fato é que não há grandes impactos físicos ou relativos ao impedimento da reprodução dos modos de vidas de grupos sociais atuais, derivados da presença dos dutos. Os impactos decorrentes da presença da Transpetro não foram postos como questão relevante, portanto, não é algo sentido pelos moradores da região. Entretanto, há um conjunto de aspectos que precisam ser considerados nessa discussão, que a tornam complexa e merecedora de atenção nos processos formativos. Nesse caso, não só no que se refere ao público externo, mas também na formação do público interno, sensibilizando-os e preparando-os mais para o tema (esse item de relacionamento também foi destacado em reunião com representantes das faixas de dutos no Rio de Janeiro).

As comunidades colocam que à época da instalação ocorreram alguns danos de assoreamento e erosão, além de perda de área, e pouca explicação da empresa sobre o que estava ocorrendo. Igualmente prefeituras questionam a falta de esclarecimento ou explicações prévias sobre as ações da Transpetro na região, inclusive sobre o PEA-GASCAR. Esse tipo de questionamento dificulta o diálogo e diminui a credibilidade institucional. Consequentemente, o reforço da dimensão das relações humanas nas rotinas dos funcionários das faixas de duto, maiores esclarecimentos sobre os impactos da atividade da empresa nos cursos e atividades da escola itinerante, além de uma ação sistemática de comunicação social (que não é objeto do PEA-GASCAR), se fazem necessárias.

Atualmente, fora isso, há casos de danos por erosão e outros pequenos acidentes que quando comunicados aos funcionários demoram a ser atendidos ou não o são,

segundo a fala dos comunitários. Isso exige o aprimoramento dos canais de comunicação ou maior esclarecimento da empresa em relação aos procedimentos para esse tipo de reparo ou compensação.

Em paralelo, a boa inserção feita pela equipe do PEA- GASCAR, o tipo de proposta definida e atividades previstas, favorecem o aumento da credibilidade institucional e a melhoria da imagem, facilitando o diálogo. Nesse sentido, incluir conteúdos permanentes sobre a especificidade da Transpetro na cadeia produtiva do petróleo e gás, os impactos tradicionalmente vinculados a tal indústria e as medidas mitigadoras possíveis, incluindo a educação ambiental, é uma exigência cabível aos executores do PEA.

Um quarto e último tema relaciona-se a procedimentos de conservação ambiental e mudanças de hábitos e comportamentos. Apesar deste aspecto não ser prioridade na proposta de educação no processo de gestão ambiental, quando articulado aos acima mencionados, entre outros que colocam a educação ambiental em um patamar estruturante do processo social, são oportunos e geram mudanças objetivas na realidade ambiental local. Assim, discussões sobre lixo, revitalização de nascentes, arborização, desmatamento, assoreamento, erosão, bem como técnicas e comportamentos que possam reduzir tais problemas, devem ser tratados nos cursos e atividades da escola itinerante.

A aproximação temática e ao mesmo tempo a diversidade de situações exige que metodologicamente os cursos de formação e as atividades da escola itinerante sejam amplamente trabalhadas por meio de procedimentos dialógicos e participativos, estimulando a troca de experiências e o comprometimento coletivo, para além dos conteúdos técnicos associados aos temas que acima foram percorridos.

Por fim, para além dos temas categorizados como gerais, observou-se que a boa receptividade ao trabalho em andamento cria um duplo desafio: aprofundar o diálogo institucional e com as comunidades e estabelecer meios para que as

demandas encaminhadas, e pertinentes à educação ambiental no licenciamento, sejam atendidas e sustentáveis a longo prazo.

Organização do trabalho por região

Após as incursões a campo, a equipe técnica chegou à conclusão de que o trabalho de execução das ações previstas de formação pode ser agrupado por regiões, totalizando 5 grandes grupos de municípios, otimizando o tempo e facilitando o diálogo e a articulação institucional entre os atores sociais estratégicos já contatados, entre outros que poderão se inserir no processo adiante.

Os critérios utilizados para essa divisão proposta são:

- proximidade geográfica;
- possibilidade de aglutinação de pessoal para as atividades do PEA;
- temas e questões similares levantadas durante o diagnóstico suplementar;
- proximidade quanto ao grau de participação e articulação institucional em espaços públicos como conselhos e comitês de bacia hidrográfica.

Para facilitar, essas regiões foram assim denominadas e compostas:

1. **Complexo Cantareira** (Atibaia; Bragança Paulista; Cachoeira Paulista; Campinas; Igaratá; Itatiba; Jaguariúna; Morungaba; Nazaré Paulista; Paulínia e Piracaia).
2. **Bacia do Paraíba do Sul** (Aparecida; Caçapava; Canas; Guaratinguetá; Lorena; Pindamonhangaba; Roseira; São José dos Campos e Taubaté).
3. **Serra da Bocaina** (Arapeí; Areias; Bananal; São José do Barreiro e Silveiras).
4. **Maciço de Itatiaia** (Barra Mansa; Resende e Volta Redonda).
5. **Guandú e região** (Japeri; Paracambi; Pinheiral; Piraí e Seropédica)

Vale ressaltar que essa proposta de agrupamento pode ser reconfigurada posteriormente, a partir de consulta aos municípios e fatores como outras articulações a nível local e aglutinação por interesses e temas específicos.

Análise por região

Sem repetir o que já foi exposto no item de considerações gerais sobre os resultados obtidos, algumas informações complementares produzidas podem ser aqui sistematizadas, como meio para melhor compreensão da realidade encontrada nos municípios aglutinados por região.

1. Complexo Cantareira

Um fator de aglutinação e articulação de políticas e espaços públicos é a atuação no Consórcio Intermunicipal das bacias dos rios Piracicaba, Jaguari e Capivari (PCJ). Os municípios estão envolvidos diretamente e participam da Câmara Técnica de Educação Ambiental.

É uma região em que, apesar da boa receptividade à equipe, há histórico de problemas de relacionamento com a Transpetro e a adoção de um procedimento de acolhimento da proposta baseado em maiores esclarecimentos documentados do PEA- GASCAR.

Possuem conselhos de meio ambiente estruturados, participam de comitês de bacia hidrográfica, contudo, há incidência mediana de unidades de conservação, existindo municípios sem estas. Uma exceção em termos de proporção fica por conta de Jaguariúna, que tem 70% de sua área territorial coberta por unidades de conservação, principalmente APA e RPPNs. Campinas, agora em 2011, criou três novas unidades nas categorias parque municipal e APA.

A educação ambiental se faz presente com força nas estruturas municipais e há municípios com políticas públicas próprias para a área.

O município de Jaguariúna possui Plano Diretor custeado pela Transpetro enquanto compensação ambiental, que está em fase de implantação, podendo ser um tema oportuno também para a formação.

Em relação aos grupos focais, destacaram-se a problemática do lixo, que a rigor não diz respeito diretamente aos impactos dos dutos, queimadas, que podem ser tratadas como problema associado às zonas rurais e próximas a unidades de conservação e plantio e recuperação de matas ciliares degradadas. Isso envolve tanto políticas públicas quanto conhecimento técnico que pode ser transmitido, servindo para a definição de projetos no final do processo da primeira fase do PEA-GASCAR.

Há muitas ações de capacitação de professores e projetos diretos nas escolas. Contudo, esse não é um eixo prioritário para a gestão ambiental, até porque não é competência das instâncias do SISNAMA priorizarem a educação formal. Isso não quer dizer que esta dimensão não seja abordada na escola itinerante e que futuros projetos não possam ser realizados em parcerias com as instituições de ensino.

Problemas relativos a água, esgoto, qualidade do ar, melhoria e recuperação de estradas e vias públicas, também bastante comentados, são objetos típicos da atuação em espaços públicos onde políticas específicas são criadas e executadas e a sociedade pode acompanhar e exigir resultados.

Há relatos consideráveis de insatisfação com a relação entre empresa e comunidades e com o trabalho que foi anteriormente realizado na educação ambiental. Esse aspecto reforça o que já foi comentado no início do relatório sobre o relacionamento

e a garantia de continuidade ser uma prioridade no processo formativo e no comprometimento institucional.

2. **Bacia do Paraíba do Sul**

Praticamente todos os municípios possuem unidades de conservação municipais ou estaduais, excetuando Taubaté (que está buscando criar), contudo, nem sempre estão bem estruturadas com conselhos funcionando. Possuem conselhos municipais de meio ambiente, com exceção de Roseira e Canas, mas igualmente nem sempre em pleno funcionamento com nomeação e formação adequada dos conselheiros, e participam de comitês de bacia hidrográfica – CEIVAP com destaque.

A articulação entre os municípios é menor do que na região aqui denominada de Complexo Cantareira. Da mesma forma, a estrutura municipal existente se mostra menos vigorosa e estruturada do que nessa outra região de São Paulo.

Possuem ações diferenciadas, promovidas por ONGs ou em Centros de Educação Ambiental. São comuns, portanto, iniciativas de coleta seletiva, plantio de mudas, proteção de nascentes e projetos escolares.

Nos grupos focais da região, observa-se uma predominância de problemas relacionados à baixa institucionalidade e materialidade de políticas públicas e participação social nos espaços pertinentes. Fora esse aspecto são recorrentes reivindicações ligadas à gestão do lixo, melhoria das vias públicas e projetos de educação ambiental nos mais variados formatos e para diferentes públicos.

3. Serra da Bocaina

Os municípios da região possuem conselhos municipais de meio ambiente, contudo, à exceção de São João da Barra, os demais não funcionam ativamente, o que exige especial atenção na definição de conteúdos voltados à gestão de conselhos no processo de formação.

Há forte presença de unidades de conservação, no geral com conselhos atuantes, com destaque emblemático para o PARNA da Bocaina. Apenas Arapeí não possui unidades de conservação, mas mesmo neste município há movimento para a criação de RPPNs.

São membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul.

Apenas Silveiras possui uma política municipal específica para educação ambiental. No geral, os municípios não possuem uma boa estrutura pública que contemple a educação ambiental, nem mesmo pessoal técnico contratado para esse fim.

As ações de proteção ambiental, por meio das quais se associa a educação ambiental, se vinculam a projetos de recuperação de nascentes, encostas e plantio de mudas.

Lixo e tratamento de esgoto não aparecem com destaque enquanto problema a ser enfrentado. São municípios com boa cobertura de tratamento e coleta pública.

4. **Maciço de Itatiaia**

Região com tradição no estado do Rio de Janeiro de envolvimento com a temática ambiental, particularmente a educação ambiental. Resende, até por força desse histórico, é o município que apresenta maior envolvimento e diversidade de ações, que vão desde plantios, Agenda 21 Escolar, coleta seletiva municipal a implantação de aquecedores solares.

Todos possuem alguma unidade de conservação ou áreas de proteção: APA, Parque Ecológico municipal, RPPN, PARNA de Itatiaia (Resende), ARIE e Parque Natural Municipal.

Participam dos comitês do Paraíba do Sul, do Médio Paraíba e possuem conselhos municipais de meio ambiente.

5. **Guandú e região**

Apenas o município de Pinheiral não possui área coberta por unidade de conservação. Em Seropédica se localiza uma Floresta Nacional e no conjunto há muitas áreas de proteção ambiental (APA) e Parques Municipais.

Os municípios possuem conselhos de meio ambiente ativos, excetuando Paracambi, e atuam em Comitês ligados ao Guandú ou ao Paraíba do Sul.

Os trabalhos de educação ambiental, em sua maioria são realizados por ONGs locais e em escolas, por meio de ações promovidas diretamente por secretarias ou em parceria com empresas.

Pinheiral e Pirai possuem Centros de Educação Ambiental, que abrem a possibilidade para ações mais sistemáticas não-formais.

Nos grupos focais, a ênfase recaiu na gestão das águas (medidas de proteção e recuperação de mananciais, limpeza dos rios, projetos para diminuir o desperdício). Esgotamento sanitário também aparece com força, sendo uma dimensão específica das políticas públicas.

Consideração complementar

Não se identificou maiores conflitos entre os agentes sociais locais. Isso pode ser explicado pelo baixo impacto atual relativo à presença da Transpetro na área de abrangência. As questões postas estão indiretamente relacionadas aos dutos, em grande medida, e as ações propostas são relativamente consensuais.

Maiores conflitos poderão emergir no processo de execução dos cursos e definição de projetos. No entanto, a equipe entende que, diante do andamento, estes serão mediados sem maiores dificuldades.

ANEXO 1

RELATÓRIOS DE PESQUISA EXPLORATÓRIA

I - JAGUARIÚNA - SP

1. PERFIL DO MUNICÍPIO

Jaguariúna é um município de fundação recente (1953), até então vinculado a Mogi Mirim, com atualmente pouco mais de 40.000 habitantes. Localizado na Região Metropolitana de Campinas, originalmente de vocação rural, passa por processo intenso de desenvolvimento econômico nas últimas décadas, com a instalação de grandes empresas, dentre as quais se destaca a Motorola, o que gera preocupações ambientais. É consorciado ao Consórcio Intermunicipal das Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), integrado por 43 municípios da região e empresas (inclusive a Petrobras), atuantes na preservação de mananciais desde 1989. Sua pontuação no Programa Município Verde Azul, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, que considera indicadores ambientais, foi 73,06, ocupando a 188ª posição, entre os 644 municípios paulistas.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

Jaguariúna instituiu seu Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) desde 1985. Além deste, há o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (desde 1994). As secretarias municipais de Educação e Meio Ambiente mostram-se bem articuladas.

POLÍTICAS PÚBLICAS – NOME DO MUNICÍPIO	
Conselho Ambiental	Instituído desde 1985, tem reuniões periódicas.
Tratamento de Esgoto	Não há dados disponíveis sobre a coleta e tratamento de esgoto, mas apurou-se que esta é uma questão preocupante no município.
Gestão de Resíduos	99,30% coleta e tratamento resíduos (residências urbanas)
Recursos Hidricos	Jaguariúna é banhada pelos rios Atibaia, Jaguari e Camanducaia. É município consorciado ao Consórcio Intermunicipal das Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), integrado por 43 municípios da região e empresas (inclusive a Petrobras), atuante na preservação de mananciais desde 1989. A Secretaria Municipal de Agricultura desenvolve um programa de recuperação de matas ciliares em parceria com o PCJ.
Educação Ambiental	Não há uma Diretoria de Educação Ambiental na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, mas a Diretora de Meio Ambiente, Rafaela Rossi, assume com especial atenção esta área, sempre articulada com a diretora de Projetos Especiais da Secretaria Municipal de Educação, Andrea Sabi.
Parques e Jardins	Há um programa de arborização urbana, com projeto de lei enviado à Câmara, mas com dificuldades de aprovação por pressão da especulação imobiliária (novos loteamentos).
Habitação Sustentável	Não há dados disponíveis sobre projetos de habitação saudável
Poluição do Ar	Há monitoramento da qualidade do ar pela Cetesb, com índices considerados entre os melhores entre os 19 municípios integrantes da Região Metropolitana de Campinas.
Estrutura da Secretaria	A Secretaria de Gestão Ambiental, ainda que com poucos recursos humanos e operacionais, é bastante ativa e articulada.

Unidades de Conservação	70% do município encontra-se na APA Piracicaba/Juqueri-Mirim, gerida pelo governo estadual, em processo de regularização. Além da APA há uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), a Estância do Jatobá.
Participação em Comitês	O município tem relevante participação junto ao PCJ.
PRINCIPAIS PROJETOS E INICIATIVAS IDENTIFICADOS	
UNIANGATU	Universidade do Meio Ambiente e Bem-Estar de Jaguariúna (UniAngatu), nos moldes da Universidade Livre do Meio Ambiente (UniLivre) de Curitiba/PR. Organizada como ONG, com apoio da Prefeitura, tem como presidente o reitor da Faculdade Jaguariúna, Flavio Pacheco.
CEMA Centro de Educação Municipal Ambiental	Projeto ecossocial com crianças em situação de risco social. Atividades diárias, no contra-turno escolar, de reforço escolar e educação ambiental (tratamento de esgoto, segregação de lixo, economia, uso e reuso da água. Oferece visitas guiadas, monitoradas por alunos capacitados no projeto ecossocial, para turmas agendadas. Há no espaço uma maquete da bacia hidrográfica, lago, projeto de recuperação de mata ciliar, viveiro de mudas, e a Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) que atende à região.

3. CONTATOS

A recepção ao projeto foi excelente, tanto pela Secretaria de Educação (Andrea Sabi) quanto pela Secretaria de Meio Ambiente. A presidente da Associação de Moradores de Tanquinho Velho, comunidade articulada e combativa na AID do GASCAR, sr^a Sônia Maria Ferreira, é funcionária da Secretaria Municipal de Educação, tendo nos sido apresentada, com também ótima recepção. De lá fomos apresentados à sr^a Laura Zoia, diretora da E.M. Oscarlina Pires Turato, localizada na comunidade de Tanquinho Velho, que nos recebeu com toda sua equipe pedagógica, colocando a escola, centro de referência comunitária, à inteira disposição do Programa. A Embrapa, a Faculdade Jaguariúna, a CPFL e a Motorola, que têm sede na comunidade de Tanquinho Velho, são parceiros potenciais, ainda não contatados.

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Rafaela Rossi	Giusti Secretaria Meio Ambiente (SMMA) Mun.	(19) 3867-9738	rafaela@jaguariuna.sp.gov.br
Andrea Sabi	Secretaria Educação Mun.	(19) 3867-4235	asabi@jaguariuna.sp.gov.br
Dir ^a Laura Zoia	EM Oscarlina Pires Turato	(19) 3867-3071	oscarlina@jaguariuna.sp.gov.br
Sonia Ferreira	Maria Ass. Bairro Velho Moradores Tanquinho Velho	(19) 3837-4334	
Mariana (CEMA)	Centro de Educação Municipal Ambiental "Dr.	(19) 3867-4235	sme@jaguariuna.sp.gov.br

**Darcy Machado de
Souza"**

4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INICIATIVAS EM DESTAQUE

- O CEMA (**Centro de Educação Municipal Ambiental "Dr. Darcy Machado de Souza"**) é, sem dúvidas, uma iniciativa que merece destaque, inclusive como modelo para os outros municípios. Tem intensa atividade diária, sob permanente acompanhamento de sua diretora, Mariana, entusiasta do projeto.
- Próximo ao CEMA há um Centro de Reciclagem de Resíduos (CEMAR), administrado por uma cooperativa vinculada à Prefeitura de Jaguariúna.
- Há um programa de recuperação de matas ciliares, coordenado pela Secretaria Municipal de Agricultura em parceria com o PCJ.

5. COMUNIDADES

A comunidade de Tanquinho Velho, na AID do PEA-GASCAR, tem histórico de engajamento comunitário e, em algumas circunstâncias, enfrentamento com o poder público local. A E.M. Oscarlina Pires Turato é o principal centro articulador dessa mobilização comunitária, em estreita parceria com a Associação de Moradores. A diretora da escola, sr^a Laura, relata ter sido recentemente advertida pela Secretaria de Educação por ter ameaçado convocar a imprensa para denunciar o despejo "in natura" de esgoto da escola em um córrego local, questão aparentemente já superada. As comunidades de Carlos Gomes e Monte Belo, apesar de pertencerem a Campinas, são atendidos pelos serviços públicos de saúde e educação por Jaguariúna.

II - CAMPINAS - SP

1. PERFIL DO MUNICÍPIO

Campinas é sede da Região Metropolitana de Campinas, formada por 19 municípios, responsável por 1/3 da produção industrial do Estado de São Paulo, com mais de 10.000 indústrias médias e grandes. Ao se fundir com a Região Metropolitana de São Paulo constitui a 1ª macrometrópole do hemisfério sul, somando 65 municípios e representando mais de 12% de toda a população brasileira. É considerado o município mais próspero do país, à exceção das capitais de alguns poucos estados brasileiros. Seus indicadores sociais e a concentração de grandes empreendimentos industriais e comerciais na região são impressionantes. É reconhecido como um dos principais pólos de produção científica nacional, especialmente de alta tecnologia e acadêmica, em que se destacam a Universidade de Campinas (Unicamp) e a PUC – Campinas.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

Campinas instituiu seu Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) desde 1979. Além deste, há o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (desde 1991), o Conselho da Cidade (2005), o Conselho Municipal de Planejamento Participativo (2005) e o Conselho Gestor da APA (CONGEAPA – 2001). A APA de Campinas tem especial relevância para este

estudo, pois contempla os bairros de Carlos Gomes, Jardim Monte Belo e Gargantilha, na região nordeste do município, fronteira com Jaguariúna, onde há comunidades na Área de Influência Direta do GASCAR.

POLÍTICAS PÚBLICAS – NOME DO MUNICÍPIO	
Conselho Ambiental	Instituído desde 1979, com 40 membros efetivos e 80 suplentes. 50% poder executivo e universidades, 50% sociedade civil.
Tratamento de Esgoto	86,45% coleta e tratamento de esgoto
Gestão de Resíduos	98,85% coleta e tratamento resíduos
Recursos Hídricos	Captação nos rios Atibaia e Capivari. Campinas é município consorciado ao Consórcio Intermunicipal das Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), integrado por 43 municípios da região e empresas (inclusive a Petrobras), atuante na preservação de mananciais desde 1989.
Educação Ambiental	Há uma Diretoria de Educação Ambiental na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, mas pouco estruturada. Coletivos Educadores organizados em torno do COEDUCA (Coletivo Educadores Ambientais de Campinas)
Parques e Jardins	Há um serviço de Parques e Jardins, e uma Lei Municipal (15.986/07) que regulamenta a arborização urbana. Há vários parques, dentre os quais a Reserva Municipal Santa Genebra destaca-se como uma das maiores florestas urbanas do país. Restam apenas 2,55% da vegetação original
Habitação Sustentável	Urbanização aguda nas décadas de 70/80 gerou ampla favelização. Projeto “Municípios Saudáveis” da OMS tenta responder esses desafios com a gestão participativa das questões de habitação.
Poluição do Ar	Com mais de 10.000 indústrias médias e grandes, e tráfego automobilístico intenso, a poluição do ar, monitorada pela CETESB, indica níveis preocupantes, especialmente pelo acúmulo de metais pesados. Uma das principais fontes é o pólo Petroquímico de Paulínia, o maior do país.
Estrutura da Secretaria	Apesar da força econômica de Campinas, a Secretaria de Meio Ambiente, criada apenas em dezembro de 2008, mostra-se débil política e estruturalmente. A educação ambiental representa-se por um setor na coordenadoria de planejamento, com poucos funcionários, visibilidade e projetos.
Unidades de Conservação	Reserva Municipal Santa Genebra (já comentada acima); APA de Campinas; Parque Portugal (Lagoa do Taquaral) e os bosques: dos Guarantãs, Bosque dos Jequitibás; Bosque Chico Mendes; bosque Augusto Ruschi; Centro de lazer Ferdinando Tilli; Praça Francisco Vivalde (bosque São José); Bosque dos Cambarás; Praça João Lech Jr. (Bosque dos Alemães); Parque Yitzhak Rabin; bosque Praça Samuel Wainer (bosque dos Italianos); bosque dos Artistas; Parque Ecológico Hermógenes de Freitas Leitão Filho; Parque das Águas; e Parque da Mata.
Participação em Comitês	A participação mais relevante é no Consórcio PCJ, já comentado acima. O secretário do Meio Ambiente é também o presidente do Comdema, atuando em duas frentes que muitas das vezes entram em rota de colisão.
PRINCIPAIS PROJETOS E INICIATIVAS IDENTIFICADOS	
PARQUE LINEAR	Em 10 anos, recuperou matas ciliares e formou corredor ecológico com 10 km de extensão. Há bacias de controle de cheias e uma ciclovía ao longo de 33 bairros,

RIBEIRÃO DAS PEDRAS	atravessando inclusive a UNICAMP e PUCAMP.
ARBORIZAÇÃO URBANA	Distribui mudas, cartilhas e promove eventos de plantio comunitário

3. CONTATOS

A recepção ao projeto não foi boa, com fortes cobranças quanto ao financiamento dos projetos a serem elaborados. Os representantes das secretarias municipais de Educação e Meio Ambiente mostraram-se distantes da temática da Educação Ambiental, desarticulados internamente e entre si. Uma assessora da Secretaria do Meio Ambiente monopolizou a reunião com cobranças, posturas e proposições inoportunas. A reunião ocorreu no edifício da Prefeitura de Campinas, na secretaria de Obras, em um espaço improvisado, provavelmente porque a secretaria de Meio Ambiente, um andar acima, não tem espaço adequado para abrigar uma reunião com cinco pessoas.

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Paulo Sérgio Garcia Oliveira	Secretaria Mun. de Meio Ambiente (SMMA)	(19) 2116-0380	siqueirasiqueira_arq@yahoo.com.br
Maria Eugênia /João Batista	Diretoria de Educação Ambiental (SMMA)	(19) 2116-0380	eugenia.alegro@gmail.com
José Tadeu Jorge	Secretaria Mun. de Educação	(19) 2116.0474	sme.gabinete@campinas.sp.gov.br
Maria José Adami	Progr. EA (SME)	(19) 2116.0474	zezeadami@uol.com.br

4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INICIATIVAS EM DESTAQUE

Campinas, a princípio, mostrou-se um dos maiores desafios ao Programa. Município com intenso dinamismo econômico, mais de um milhão de habitantes e sede de região metropolitana com mais 18 outros municípios, que somam mais de 2 milhões e meio de pessoas, problemas ambientais gravíssimos e uma estrutura político-institucional, na área ambiental, muito aquém desses desafios. Sintomaticamente, ocupa a antepenúltima posição no ranking do Programa Município Verde Azul, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, que considera indicadores ambientais municipais. São 644 municípios inscritos, e Campinas está na 642ª posição, com pontuação 5,33, em 100 pontos possíveis.

5. COMUNIDADES

As comunidades listadas no EIA-RIMA do PEA-GASCAR estão muito distantes do centro da cidade, não representando quase nenhum interesse aos gestores públicos, que enfrentam questões altamente complexas, como os projetos de implantação de trem bala, ampliação do Aeroporto de Viracopos etc. As comunidades de Carlos Gomes e Monte Belo, na fronteira com Jaguariúna, são atendidos pelos serviços públicos de saúde e educação por este município.

III - PIRACAIA - SP

1. PERFIL DO MUNICÍPIO

Piracaia, município fundado em 1859, tem origem na expansão cafeeira paulista. Atualmente com pouco mais de 26.000 habitantes, mantém seus vínculos rurais, em especial na produção de hortifrutigranjeiros, eucalipto, floricultura, gado leiteiro e de corte. Localizado a 85 Km Campinas e à mesma distância de São Paulo, tem sido recentemente “descoberta” por novos moradores e empresas, que buscam a tranquilidade dos pequenos municípios na proximidade dos grandes centros. Piracaia é consorciado ao Consórcio Intermunicipal das Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), integrado por 43 municípios da região e empresas (inclusive a Petrobras), atuante na preservação de mananciais desde 1989. Sua pontuação no Programa Município Verde Azul, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, que considera indicadores ambientais, foi 55,04, ocupando a 331ª posição, entre os 644 municípios paulistas.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

O Coordenador de Eventos do Departamento Municipal de Educação e a prefeita participam de câmaras técnicas no PCJ, onde esta ocupa a vice-presidência da Câmara Técnica de Educação Ambiental. Piracaia participa ainda do Coletivo da Mantiqueira, que envolve 13 municípios. O município vem propondo a unificação dos programas de Educação Ambiental do PCJ e do Coletivo da Mantiqueira, tendo sido agendada uma reunião recentemente com esta finalidade.

POLÍTICAS PÚBLICAS – NOME DO MUNICÍPIO	
Conselho Ambiental	Há um Conselho Municipal Ambiental ativo, e um movimento para a reativação do Fórum Municipal de Educação Ambiental, que suspendeu suas atividades há cinco ou seis anos.
Tratamento de Esgoto	62% de coleta e tratamento dos esgotos urbanos
Gestão de Resíduos	Não há dados sobre a coleta e tratamento resíduos
Recursos Hídricos	Piracaia tem papel fundamental no histórico do abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo, por ter sido obrigada a ceder (em pleno regime militar – 1966/1974) grande parte de seu território para a construção do Complexo Cantareira, conjunto de represas sobrepostas e interligadas por canais e túneis, que hoje abastecem 10 milhões de habitantes, 60% da demanda hídrica da Região Metropolitana de São Paulo. Por conta disso, os recursos hídricos da região são até hoje considerados questão de segurança nacional. É município consorciado ao Consórcio Intermunicipal das Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), integrado por 43 municípios da região e empresas (inclusive a Petrobras), atuante na preservação de mananciais desde 1989.
Educação Ambiental	A prefeita, Fabiane Cabral, é vice-presidente da Câmara Técnica de Educação Ambiental do PCJ, onde o coordenador de Eventos Especiais do Depto. Municipal de Educação, Fabio Piola, tem ativa participação. Não há uma Diretoria de Educação Ambiental na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, mas fomos

	informados de que uma pessoa chamada Ana seria a responsável pela Educação Ambiental nesta secretaria. Infelizmente, ela não participou da reunião, e nem foi citada.
Parques e Jardins	Há um programa de arborização urbana.
Habitação Sustentável	Há, no município, um projeto de habitação saudável chamado “Ecovila Clareando” (www.clareando.com.br), um condomínio com 90 lotes que propõe a construção de casas com padrão construtivo de baixo impacto (até 15% de cimento utilizado, base de terracota), aproveitamento de água da chuva, esgoto 100% tratado e aproveitamento da mão de obra local. Recebem visitantes e escolas e promovem eventos nos finais de semana.
Poluição do Ar	Há monitoramento da qualidade do ar pela Cetesb, com relatórios semestrais.
Estrutura da Secretaria	O Departamento Municipal de Educação mostra-se muito bem aparelhado, tanto em recursos materiais, institucionais, como humanos. Parecem ser bastante influentes também junto à prefeita.
Unidades de Conservação	O município encontra-se na APA do Sistema Cantareira, considerada pelo governo federal uma área de segurança nacional. Segundo informações, o controle ambiental é extremamente rígido.
Participação em Comitês	O município tem relevante participação junto ao PCJ e junto ao Coletivo da Mantiqueira.
PRINCIPAIS PROJETOS E INICIATIVAS IDENTIFICADOS	
PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS ESTADUAIS	Participam dos seguintes programas do governo estadual: CATI (Secretaria Estadual de Abastecimento) – Educação Ambiental para Sustentabilidade; Criança Ecológica e Cidade Verde Azul, ambos da Secretaria Estadual de Meio ambiente, tendo conquistado o 2º lugar no “ranking” da região.
Elektro nas Escolas	A empresa Elektro, distribuidora de energia, desenvolve o programa Elektro nas Escolas, que aborda questões relacionadas à economia do consumo de energia, em parceria com o Departamento Municipal de Educação.

3. CONTATOS

A recepção ao projeto foi excelente, especialmente pelo Coordenador de Eventos do Departamento Municipal de Educação (Fabio Piola). Em suas palavras, a proposta do PEA-GASCAR “caiu do céu”, pois vinham constatando a necessidade de melhor articulação e aprimoramento de suas políticas públicas na área ambiental, visando uma melhor pontuação no programa “Município Verde Azul”, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente. A diretora da Escola Municipal de Ensino Infantil (EMEI) Antônio Teles, na Vila Pereira, na área de influência direta do GASCAR, profª Gabriela de Carvalho, participou da reunião, com também ótima recepção. Ela comentou já haver participado de uma “Escola Itinerante”, em Atibaia, e colocou-se à disposição para promovermos um evento desse tipo em sua escola.

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Fabiane da Costa Cabral	Prefeita	(11)4036-2040	
Fabio Piola	Depto. Educação Municipal	(11) 4036-6515	fabiopiola@ig.com.br

Gabriela Carvalho Diretora EMEI Antônio (11) 9580- mamoluka@hotmail.com
Teles 3818 m

4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INICIATIVAS EM DESTAQUE

O aspecto socioambiental mais destacado é o já comentado caráter estratégico que Piracaia, e outros municípios vizinhos, assumem no abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo. No município, foram represados e interligados por canais e túneis, usando a força da gravidade, os rios Jaguari e Jacaréí, Cachoeirinha e Atibainha. Outro aspecto, também já comentado, é o fato de Piracaia estar tão próxima aos maiores adensamentos urbanos do país (regiões metropolitanas de Campinas e São Paulo) e ainda assim manter um aspecto bucólico.

5. COMUNIDADES

As comunidades de Cachoeira Baixa e Vila Pereira, na AID do PEA-GASCAR, têm histórico de ocupação recente. Porém, muito próximo a elas, a comunidade de Batatuba é o núcleo populacional mais antigo do município, onde ele foi fundado inclusive, com grande concentração de migrantes poloneses. É uma comunidade com grande peso político local, em algumas circunstâncias, opondo-se à atual gestão municipal. O Bairro do Peão, que consta no EIA-RIMA como localizado em Igaratá, é parte do município de Piracaia.

IV - IGARATÁ - SP

1. PERFIL DO MUNICIPIO

Igaratá foi fundada oficialmente em 1953, apesar de haver registros de ocupação humana na região desde 1864. É um município pequeno, atualmente com pouco mais de 8.300 habitantes, que apresenta uma distribuição urbana que intriga aos visitantes desavisados, com suas ruas íngremes e residências e prédios construídos em declives agudos. Ocorre que, com a construção do Sistema Cantareira, conjunto de represas construído durante o regime militar para abastecer a Região Metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba, a cidade foi inundada, sendo realocada 3 Km adiante, em uma área mais alta. Localizada a 70 Km de São Paulo, 30 Km de São José dos Campos e a 10 Km de Campinas, às margens da Rodovia Pedro I, tem buscado explorar o turismo dos habitantes desses grandes centros que buscam a tranquilidade dos pequenos municípios. Há muito por fazer nesse sentido, no entanto. Sua pontuação no Programa Município Verde Azul, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, que considera indicadores ambientais, foi 75,77, ocupando a 171ª posição, entre os 644 municípios paulistas. É um excelente resultado, que, muito provavelmente, deve ser creditado ao experiente secretário municipal de Meio Ambiente.

2. POLITICAS PÚBLICAS

O Plano Diretor do Município foi financiado como uma das condicionantes do GASCAR. No entanto, só agora está sendo finalizado.

O FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos) desenvolve projeto de construção de fossas no bairro Boa Vista. Igaratá participa do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS), onde representa outros municípios, e compõe as câmaras Técnicas de Planejamento, Educação Ambiental e Cobrança da Água

O município participa Programa Município Verde Azul, onde obteve pontuação 75,77, na 171ª posição entre os 644 municípios paulistas. Há programa de distribuição de mudas. A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) desenvolve projeto de horta nas escolas e, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Jovem Aprendiz, de aprendizado agrícola. Além de parceria com Secretaria Municipal de Saúde para um programa de educação sanitária.

Há Conselho Municipal de Meio Ambiente em funcionamento

POLÍTICAS PÚBLICAS – NOME DO MUNICÍPIO	
Conselho Ambiental	Há um Conselho Municipal Ambiental ativo.
Tratamento de Esgoto	27,1% de coleta dos esgotos urbanos. Desse volume, 100% é tratado e lançado no Ribeirão das Palmeiras. Igaratá integra o conjunto de municípios contemplados pela 3ª etapa do Projeto Tietê, da Sabesp, companhia estadual de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, que pretende ampliar o percentual de esgoto recolhido e tratado.
Gestão de Resíduos	Não há dados sobre a coleta e tratamento resíduos
Recursos Hídricos	Igaratá participa do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS), onde representa outros municípios, e compõe as câmaras Técnicas de Planejamento, Educação Ambiental e Cobrança da Água.
Educação Ambiental	Há boa integração entre as Secretarias de Educação e Meio Ambiente para o desenvolvimento de ações de educação ambiental no município. Há disciplina específica de Educação Ambiental nas escolas, e o município está montando um Núcleo de Educação Ambiental, com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO).
Parques e Jardins	Há um programa de arborização urbana.
Habitação Sustentável	Não há dados sobre habitação sustentável no município.
Poliuição do Ar	Há monitoramento da qualidade do ar pela Cetesb, com relatórios semestrais.
Estrutura da Secretaria	As Secretarias Municipais de Educação e Meio Ambiente mostram-se muito integradas, apesar de serem escassos os recursos. Parecem ter bastante influência junto à prefeitura.
Unidades de Conservação	O município está na área de uma APA Federal, mas não souberam identificá-la.
Participação em Comitês	O município tem relevante participação junto ao Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS), onde representa outros municípios, e compõe as câmaras Técnicas de Planejamento, Educação Ambiental e Cobrança da Água.
PRINCIPAIS PROJETOS E INICIATIVAS IDENTIFICADOS	
NASCENTES DE IGARATÁ	Em 2010, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) desenvolveu junto às escolas o “Projeto Nascentes de Igaratá”, um projeto de pesquisa e visita de campo às nascentes dos rios municipais, que resultou em um concurso de fotos para comporem o calendário municipal de 2011.

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	O município está montando um Núcleo de EA com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO).
-------------------------------------	--

3. CONTATOS

A recepção ao projeto foi fria e muito crítica, especialmente pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente (Juarez Domingues Vasconcelos).

Foi destacado que a FIBRIA, empresa de celulose e papel comprada pela Votorantin, realizou um programa de educação ambiental que culminou com a elaboração de projetos que não foram executados. Houve questionamentos se o mesmo aconteceria com o PEA-GASCAR.

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Juarez Domingues Vasconcelos	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Des Agropecuário	(11) 4658-1055	ambienteigarata@gmail.com
Rita de Cássia	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Des Agropecuário	(11) 4658-1055	ambienteigarata@gmail.com
Fátima Aparecida de Barros Alves de Sá	Secretaria Municipal de Educação	(11) 4658-1671/1325	seduc.igarata@gmail.com

4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INICIATIVAS EM DESTAQUE

O aspecto socioambiental mais evidente em Igaratá é sua distribuição urbana peculiar, resultante de um processo de remoção que certamente deixou cicatrizes na memória coletiva. Isso talvez possa esclarecer uma postura um tanto arredia e crítica com relação a grandes empreendimentos que alterem sua pacata rotina. A própria construção do Gasoduto Campinas-Rio não deixou boas lembranças, pois houve relatos de uma sobrecarga de demanda nos postos de saúde municipais, visto que os trabalhadores contratados eram atendidos ali, sem que houvesse qualquer iniciativa de compensação por parte das empresas envolvidas. Houve relato também de estradas danificadas que não teriam sido devidamente reparadas.

O projeto “Nascentes de Igaratá” demonstra muito potencial para servir como referência em uma versão mais ampliada, num recorte por bacias hidrográficas, por exemplo. A montagem do núcleo de Educação Ambiental já comentada acima merece ser acompanhada.

5. COMUNIDADES

Segundo informações do Sr. Secretário de Meio Ambiente, o Bairro do Peão, que consta no EIA-RIMA como localizado em Igaratá, é parte do município de Piracaia, e o Bairro Santo Agostinho, que também consta no EIA-RIMA como localizado em Igaratá, faz parte do município de São José dos Campos. A se confirmar essa informação, o município, que consta no EIA-RIMA como tendo dois núcleos populacionais na AID do empreendimento, ficaria sem nenhum.

V – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

1. PERFIL DO MUNICÍPIO

São José dos Campos tem sua origem nos antigos aldeamentos indígenas organizados pelos jesuítas em torno da antiga Vila de São Paulo de Piratininga, no início do século XVII. Sua localização geográfica sempre teve forte influência em sua história. Localizado no privilegiado vale às margens do Rio Paraíba do Sul, entre as duas maiores e mais influentes metrópoles brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo, hoje integra o Complexo Metropolitano Expandido de São Paulo, junto com as Regiões Metropolitanas de Campinas e Santos, e os municípios de Sorocaba e Jundiaí. Estima-se que a população somada dessa extensa área ultrapasse os 31 milhões de pessoas. O município é considerado o segundo maior do interior brasileiro, à frente de Uberlândia e Ribeirão Preto, por exemplo. Abriga mais de 900 indústrias, oito grandes Shoppings Centers e o maior pólo Tecnológico do país. É entroncamento de sete rodovias, entre elas a Rodovia Presidente Dutra, considerada a mais importante do país por ligar as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. Exerce forte atração migratória, demonstrada nos censos que regularmente apontam que menos da metade de sua população é natural do município. Sua pontuação no Programa Município Verde Azul, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, que considera indicadores ambientais, foi 64,92, ocupando a 255ª posição, entre os 644 municípios paulistas.

2. POLITICAS PÚBLICAS

São José dos Campos tem a presidência do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS), gestão 2011-2013, que tem sede na ABES (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental) Vale do Paranaíba, no município.

O município participa Programa Município Verde Azul, onde obteve pontuação 75,77, na 171ª posição entre os 644 municípios paulistas. A prefeitura é bastante ativa, com especial destaque para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que conta com excelente estrutura física no Parque Municipal Roberto Burle Max, conhecido como Parque da Cidade, antiga residência da família Gomes, das Tecelagens Parahyba, importante indústria na história da cidade. A secretaria desenvolve vários projetos de arborização urbana, monitoramento da qualidade de vida (água ar etc) e vem promovendo workshops públicos para análise das mais modernas alternativas para a gestão de resíduos, mesmo que o atual Aterro Sanitário, gerenciado com excelência, ainda tenha uma previsão de vida útil de mais doze anos. E ainda mantém uma Rede de Comunicação em Educação Ambiental, para um regular contato e atualização dos interessados no assunto, em especial na perspectiva local.

Há Conselho Municipal de Meio Ambiente em funcionamento, composto por 37 conselheiros e diretoria recém eleita, e o recém instituído Conselho Gestor das Unidades de Conservação de Proteção Integral do Município, composto de forma paritária por oito representantes do Poder Público e outros oito representantes da Sociedade Civil Organizada (associações de moradores locais, universidades e ONGs). Este Conselho hoje administra o Parque Natural Municipal Augusto Ruschi, fundado em 2010 e localizado no bairro do Costinha, muito próximo à área de influência direta do GASCAR.

Há um Programa Municipal de Educação Ambiental, desenvolvido e gerenciado pela Secretaria do Meio Ambiente.

POLÍTICAS PÚBLICAS – NOME DO MUNICÍPIO	
Conselho Ambiental	Há um Conselho Municipal Ambiental ativo, com 37 conselheiros e diretoria recém eleita, e o recém instituído Conselho Gestor das Unidades de Conservação de Proteção Integral do Município, composto de forma paritária por oito representantes do Poder Público e outros oito representantes da Sociedade Civil Organizada (associações de moradores locais, universidades e ONGs). Há também o Conselho Gestor da APA de São Francisco Xavier, distrito afastado, considerado paraíso ecológico por seus vários rios e cachoeiras.
Tratamento de Esgoto	45% de coleta e tratamento dos esgotos urbanos.
Gestão de Resíduos	O Aterro Sanitário é considerado modelo, tem ainda vida útil prevista para mais doze anos, mas ainda assim, a Prefeitura já vem organizando workshops públicos para a análise de alternativas na gestão de resíduos sólidos urbanos.
Recursos Hídricos	São José assumiu a presidência da atual gestão do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS).
Educação Ambiental	Há um Programa Municipal de Educação Ambiental, que promove a educação ambiental formal e não-formal no município. Em articulação com a Secretaria de Educação, já envolveram mais de cinco mil alunos em projetos como revitalização de nascentes e arborização urbana. Este programa propôs a Rede de Comunicação em Educação Ambiental, mantida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Parques e Jardins	Há um programa de arborização urbana muito ativo, com produção e distribuição de mudas, e vários parques municipais, onde se destacam o Parque Municipal Roberto Burle Max, conhecido como Parque da Cidade, e o Parque Natural Municipal Augusto Ruschi, localizado no Bairro do Costinha, AID do Gascar. Há ainda o tradicional Banhado e o Parque Ecológico Santa Inês
Habitação Sustentável	Não há dados sobre habitação sustentável no município.
Poluição do Ar	Há monitoramento da qualidade do ar pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), com relatórios semestrais. A grande concentração Industrial e o intenso tráfego de veículos têm resultado em indicadores preocupantes, em termos de qualidade do ar.
Estrutura da Secretaria	As Secretarias Municipais de Educação e Meio Ambiente mostram-se muito integradas. A Secretaria do Meio Ambiente dispõe de uma estrutura física e institucional dificilmente comparável a outras no país, à exceção de algumas capitais.
Unidades de Conservação	No Bairro do Costinha (AID do GASCAR) foi criado, em 2010, o Parque Natural Municipal Augusto Ruschi. Há também no município a APA de São Francisco Xavier, distrito 40 Km distante do centro, com muitas cachoeiras e intenso ecoturismo. Ambas as Unidades de Conservação contam com Conselho Gestor. O tradicional Parque do Banhado parece demandar cuidados de manutenção, pela vizinhança com favelas, e há ainda o Parque Ecológico Santa Inês.
Participação em Comitês	O município preside o Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS), e compõe a Câmara Técnica de Educação Ambiental.
PRINCIPAIS PROJETOS E INICIATIVAS IDENTIFICADOS	
Coleta Seletiva	A coleta seletiva, ativa há mais de 21 anos, atende a 95% do município, havendo um Posto de Entrega Voluntária (PEV) exclusivo para entrega de entulho e móveis.

	Outros quatro PEVs desse tipo estão sendo instalados, com previsão de criação de mais 21.
Revitalização de Nascentes	Revitalização de Nascentes em áreas públicas urbanas. Iniciado em 2006, capacita os professores para desenvolverem com os alunos ações de plantio e acompanhamento nas Áreas de Preservação Permanente (APPs) e monitoramento da qualidade das águas. Em 2010 houve uma mostra de vídeos produzidos pelos alunos.
Hortas Urbanas	Hortas Urbanas – Projeto de incentivo a hortas em pequenos espaços urbanos. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMEA) mantém um horto na região atravessada pelo GASCAR.
Parque da Cidade	Recuperação de trilhas do Parque da Cidade – Projeto em elaboração com parceria da Fundação Helio Augusto de Souza (FUNDHAS), que trabalha com jovens em situação de risco social.
Queimadas	Campanhas contra as queimadas. Vale frisar que 70% da área do município é rural

3. CONTATOS

A recepção ao projeto foi excelente. São José dos Campos apresenta-se como um dos municípios com melhores perspectivas de parceria ao PEA-GASCAR. A estrutura física somase à qualidade técnico-institucional das instituições públicas contatadas, os resultados dos seus projetos já em andamento e o interesse demonstrado. Como demonstração disso, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente disponibilizou um técnico para nos acompanhar nas visitas às comunidades em pleno sábado, demonstrando rara eficiência e compromisso público.

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
André Luiz	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	(12) 3909-4500/4523	
Elisa Margarida	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	(12) 3909-4517	elisa.farinha@sjc.sp.gov.br
Kovacks Farinha Sr. Dimas (fiscal)	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	(12) 3909-4547 (12) 9733-3377	

4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INICIATIVAS EM DESTAQUE

O aspecto socioambiental que mais de evidencia em São José dos Campos é a complexidade de suas questões, e sua escala. Sede de grandes empresas, como Panasonic, Johnson & Johnson, General Motors (GM), Petrobras, Ericsson, Monsanto, Mectron, Embraer (sede), entre outras, possui também importantes centros de ensino e pesquisas como: o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), o Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Instituto de Estudos Avançados (IEAv), o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), o Instituto de Fomento Industrial (IFI), Centro de Computação da Aeronáutica de São José dos Campos

(CCASJ), o Instituto de Pesquisa & Desenvolvimento (IP&D), e várias faculdades e universidades. São oito grandes shoppings, sete rodovias, e a perspectiva do trem bala Rio-São Paulo. São 800 mil pessoas, limites municipais que se diluem em uma grande macrometrópole.

Mas o que também sobressai é a capacidade de reação e articulação diante desses problemas, os avanços já conquistados e os projetos em pauta.

5. COMUNIDADES

O Bairro Santo Agostinho, que consta no EIA-RIMA como localizado em Igaratá, faz parte do município de São José dos Campos. Próximo a este, os bairros do Turvo e Costinha têm todos o mesmo perfil: relativamente distantes do centro, paisagem rural, cercas de fazendas e extensas plantações de eucalipto. Muitas dessas fazendas não têm, sequer, sede ou funcionários fixos, pelas características do plantio do eucalipto, que não requer muita manutenção. São poucas residências, esparsas e poucas referências de articulação comunitária. Em Santo Agostinho encontramos um fazendeiro que se queixava de que a construção do gasoduto teria iniciado um processo erosivo em suas propriedades, que ele já havia denunciado, sem resultados. Deixamos contatos para que melhor possa encaminhar esta situação.

VI – CAÇAPAVA

1. PERFIL DO MUNICÍPIO

Caçapava em tupi significa “travessia na mata” ou “picada na mata”, muito provavelmente referindo-se à grande fenda natural na Serra do Mar. Sua história principia com as primeiras ocupações na região no início do século XIX, tornando-se município independente em 1855. À crise do café veio um período de estagnação, recuperando-se posteriormente no início do século XX, com o cultivo de arroz em suas várzeas e a introdução da pecuária leiteira, ainda significativa fonte de recursos para o município. Como os demais municípios do Vale do Paraíba, beneficiou-se com a expansão industrial paulista nas décadas de 1960 e 70, sem, no entanto, alcançar os resultados dos vizinhos São José dos Campos (20Km) e Taubaté (23Km). Ainda assim, abriga importantes indústrias, como White Martins, Nestlé, Fuji e Cebrace (vidros). Sua pontuação no Programa Município Verde Azul, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, que considera indicadores ambientais, foi 56,96, ocupando a 322ª posição, entre os 644 municípios paulistas.

2. POLITICAS PÚBLICAS

Caçapava não participa do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul, pois, segundo os representantes do poder público, não houve indicação de representantes pelo prefeito em 2011. O Conselho Municipal de Meio Ambiente existe, possui Regimento Interno, mas seus membros não foram ainda nomeados e, portanto, ainda não está estruturado, funcionando. Há um Comitê Municipal de Águas ativo, com reuniões mensais. Caçapava já possuiu Agenda 21 atuante, mas no momento ela não existe mais. Segundo os gestores públicos entrevistados, a paralisação dos Fóruns e Comitês Municipais desestimulou a comunidade de participar de espaços de discussão pública como estes.

Segundo os entrevistados, o município possui movimento ambientalista atuante e participativo, mas não se percebe articulação entre as Secretarias de Planejamento e Meio Ambiente, e Educação.

POLÍTICAS PÚBLICAS – NOME DO MUNICÍPIO	
Conselho Ambiental	O Conselho Municipal de Meio Ambiente existe, possui Regimento Interno, mas seus membros não foram ainda nomeados e, portanto, ainda não funciona. Há um Comitê Municipal de Águas ativo, com reuniões mensais. Caçapava já possuiu Agenda 21 atuante, mas no momento ela não existe mais.
Tratamento de Esgoto	85,6% do esgoto é coletado, sendo 99% desse volume tratado em 4 estações, uma delas na AID do GASCAR.
Gestão de Resíduos	98,7% dos resíduos sólidos urbanos são recolhidos ao Aterro Sanitário.
Recursos Hídricos	Todas as residências urbanas já têm abastecimento de água, coletada principalmente no Rio Paraíba do Sul e poços profundos. São 20 sistemas de produção de água, e 8 reservatórios.
Educação Ambiental	Há setores de Educação Ambiental na Secretaria de Educação, Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente e também no Parque Ecológico Municipal.
Parques e Jardins	Há um programa de arborização urbana, com produção e distribuição de mudas, e vários parques municipais, onde se destacam o Parque Ecológico Municipal.
Habitação Sustentável	Não há dados sobre habitação sustentável no município.
Poluição do Ar	Há monitoramento da qualidade do ar, com relatórios semestrais. A grande concentração Industrial e o intenso tráfego de veículos, não só no município, mas também nas regiões vizinhas, têm resultado em indicadores preocupantes, em termos de qualidade do ar.
Estrutura da Secretaria	As Secretarias Municipais de Educação e Planejamento e Meio Ambiente mostram-se muito pouco integradas. A Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente demonstra dispor de uma estrutura física e institucional aquém de suas necessidades.
Unidades de Conservação	O município mantém a APA da Serra do Palmital e a Unidade de Proteção Integral Refúgio de Vida Silvestre da Mata da Represa (Lei Municipal 276/08)
Participação em Comitês	Caçapava não participa do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul, pois, segundo os representantes do poder público, não houve indicação de representantes pelo prefeito em 2011.
PRINCIPAIS PROJETOS E INICIATIVAS IDENTIFICADOS	
Coleta Seletiva	Há um programa de recolhimento de entulhos e coleta seletiva.
Parque Ecológico Municipal	O Parque Ecológico Municipal possui um Centro de Visitantes (Mantido pela Secretaria de Educação), que recebe inclusive grupos de outros municípios, além de escolas próximas, que costumam frequentá-lo periodicamente. São desenvolvidas atividades de biblioteca e trilhas.
Secretaria de Educação	A Secretaria de Educação desenvolve, junto às escolas da rede, programas relacionados ao lixo e à água. Parcerias com empresas locais permitem a execução de cursos de capacitação para professores, impressão e distribuição de material educativo. Há parceria da Secretaria de Educação com a Nova Dutra, concessionária da Rodovia Presidente Dutra, que desenvolve projeto sobre

	educação para o trânsito e meio ambiente nas escolas; com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Criança Ecológica) e; com a Polícia Militar, que desenvolve um programa com crianças do 5º ano do Ensino Fundamental (antiga 4ª série).
“Programa Ambiental Interativo”	Foi comentado na Secretaria Municipal de Educação um “Programa Ambiental Interativo” desenvolvido por uma ONG de Lorena/SP, cujo nome não foi possível identificar. Apenas que o responsável chama-se Lázaro (“Zé do Rio”).

3. CONTATOS

O representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente destacou que houve problemas com a Petrobrás em consequência de promessas não cumpridas durante as obras do GASCAR. A GDK S.A., empresa de engenharia envolvida na construção do GASCAR, realizou trabalhos com as comunidades próximas ao empreendimento. O secretário de Planejamento e Meio Ambiente telefonou ao escritório da Katu para protestar não ter sido avisado de reunião nenhuma e que, portanto, não receberia ninguém na reunião, confirmada semanas antes, por telefone e e-mail. Foi contestado pela Secretaria de Educação, que recebeu todos os e-mails trocados para confirmar os detalhes do Programa.

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Carlos Henrique de Oliveira Silva	Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente	(12) 3653-9217	secretaria.planejamento@cacapava.sp.gov.br
Potiguara Chagas Ferreira	Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente	(12) 9119-4882	meio.ambiente@cacapava.sp.gov.br
Irene Maria Borsoi Pavelec Antonio	Secretaria Municipal de Educação	(12) 3653-4210	secretaria.educacao@cacapava.sp.gov.br

4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INICIATIVAS EM DESTAQUE

O aspecto socioambiental que mais de evidencia em Caçapava é a complexidade das questões, especialmente em um município que viveu longos períodos de estagnação econômica. Caçapava é sede de grandes empresas, como White Martins, Nestlé, Fuji e Cebrace (vidros). São pouco mais de 80 mil pessoas, em limites municipais que se diluem em uma grande metrópole.

5. COMUNIDADES

Caçapava é um dos municípios que conta com o maior número de núcleos populacionais no EIA-RIMA, seis ao todo. **A comunidade Itamaraty** está localizada na área rural de Caçapava, um pequeno povoado de aproximadamente 10 casas na AID - Área de Influência Direta, existindo outras casas fora deste perímetro. Não foi identificada nesta comunidade a existência de organizações e lideranças, bem como instituições de ensino.

A **Chácara Marambaia** está na área rural de Caçapava, sendo caracterizada como uma comunidade de aproximadamente 84 casas na AID - Área de Influência Direta, existindo outras casas fora deste perímetro.

O transporte é municipal e cruza o bairro sentido Centro-Caçapava cerca de oito vezes ao dia, com horários já conhecidos pelos moradores que, neste trecho, somam aproximadamente duzentas pessoas. Durante o reconhecimento de campo, foi identificada a Associação de Moradores cuja liderança formal está representada através da Sra. Audea. O **Bairro Vila Pantaleão** é uma área urbana densamente povoada, com uma ETE da SABESP nas proximidades, e uma escola municipal.

A **Chácara Roseirinha** está na zona rural de Caçapava, sendo caracterizada como um pequeno povoado de aproximadamente 15 casas na AID - Área de Influência Direta, sendo sua localização à direita da faixa, sem cruzamentos e com pouca visibilidade. Não foi identificada nesta comunidade a existência de organizações e lideranças, bem como instituições de ensino.

A comunidade **Jardim São José** está na área rural de Caçapava, sendo caracterizada como um pequeno povoado de aproximadamente 15 casas na AID - Área de Influência Direta. As moradias são de modo geral irregulares, existindo outras propriedades depois do cruzamento com a faixa. Não foi identificada nesta comunidade a existência de organizações e lideranças, bem como instituições de ensino.

Village das Flores está na área urbana de Caçapava; é um loteamento novo, com cerca de 573 lotes disponíveis, tendo cerca de 70 residências, iniciadas em 2006. A cerca do loteamento é paralela à faixa, com distância de 120 metros da mesma.

A comunidade não foi mapeada pela Engenharia na época da construção do gasoduto, pois não existia nenhuma casa construída dentro da AID. Esta localidade foi trabalhada como acesso pelo Jardim Primavera, bairro ao lado do loteamento Village das Flores.

Um dos contatos estabelecidos durante o reconhecimento de campo realizado em Outubro de 2008 foi através do Sr. Alcides – corretor do loteamento. Não foi identificada nesta comunidade a existência de organizações e lideranças, bem como instituições de ensino.

VII - PINDAMONHANGABA - SP

A ocupação da área onde se situa o município surge ao final do século XVI, com a existência de uma "paragem", com ranchos e pastaria. Pindamonhangaba tem seu nome de origem indígena, e quer dizer "lugar onde se fazem anzóis", no entanto, não se sabe sua origem. Devido ao deslocamento de viajantes do Vale do Paraíba para Minas Gerais, a região logo se desenvolveu. Em 1860, Pindamonhangaba era um povoado do município de Taubaté, se emancipando em 1705.

A principal atividade econômica do século XVIII foi a agro pastoril, com forte participação econômica da cultura da cana-de-açúcar, com produção de açúcar e aguardente em seus engenhos.

A partir de 1820, durante o ciclo do café, a cidade ganha destaque nacional, tornando-se um grande centro cafeeiro. Com o fim do ciclo do café na década de 1920, Pindamonhangaba apóia sua economia na produção leiteira, cultura de arroz e hortifrutigranjeiros, Na década de 1950, o município entra no ciclo pré-industrial, tendo seu crescimento no período compreendido entre 1970 e 1985.

Taubaté foi uma das primeiras cidades do Vale do Paraíba a receber o Gás Natural, sendo concluídas as obras de instalação do sistema de fornecimento no final de 1998.

1. PERFIL DO MUNICÍPIO

A população do município é de 147.034 hab. (Censo IBGE 2007), distribuídos em uma área de 729,89 km².

2. POLITICAS PÚBLICAS

POLÍTICAS PÚBLICAS – Pindamonhangaba-SP	
Conselho Ambiental	Há Conselho Municipal de Meio Ambiente Ativo
Tratamento de Esgoto	A rede de esgoto coleta e trata 100% do esgoto produzido.
Gestão de Resíduos	Sem informações disponíveis sobre a gestão de resíduos, no entanto desenvolve programas educativos sobre o tema.
Recursos Hídricos	Participa do Comitê de Bacias do Rio Paraíba do Sul (como suplente) e do FEHIDRO-CBPHS (o secretário de Meio Ambiente é representante)
Educação Ambiental	No Departamento de Meio Ambiente há uma professora de Educação Ambiental.
Parques e Jardins	Mantém viveiro de mudas e programa de arborização pública
Habitação Sustentável	Sem informações disponíveis
Poluição do Ar	Sem informações disponíveis
Estrutura da Secretaria	Parece bem articulada e ativa
Unidades de Conservação	Parque Municipal Trabijú, com Conselho Consultivo atuante e em processo de revitalização e reestruturação para recepção de visitantes, estudos e pesquisas.
Participação em Comitês	Participa, desde 1970, do CODIVAP (Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira).
PRINCIPAIS PROJETOS E INICIATIVAS IDENTIFICADOS	
PROJETO/PORGRAMAS DE RESÍDUO SÓLIDOS	Projeto de combate à disposição irregular de entulhos, através de postos de entrega de resíduos; Compostagem, para utilização do material formado em praças, viveiros, hortas comunitárias etc; “Cata Treco”, com foco na educação para o descarte adequado de resíduos não domiciliares como equipamentos velhos, móveis, etc.
PROJETO ARBORIZAÇÃO URBANA	Produção e distribuição de mudas para arborização urbana e preservação de córregos, com meta de plantio de 100.000 árvores

3. CONTATOS

O diagnóstico foi realizado com a Profa. de EA do Departamento de Meio Ambiente e também com Coordenador de Obras e Serviços. A profa. foi quem conduziu as respostas, no entanto não demonstrou conhecimento mais profundo sobre as questões levantadas, o que dificultou a identificação de alguns pontos do diagnóstico. Sendo assim, solicitaram o envio da ficha de diagnóstico de políticas públicas.

Os entrevistados se posicionaram quanto à continuidade dos projetos que já foram desenvolvidos no município e que após sua conclusão não deixam possibilidade de continuidade. Também houve questionamentos em relação às didáticas utilizadas em programas anteriores similares ao PEA-GASCAR, onde a valorização do material didático desviava o foco para o marketing e a publicidade em geral, deixando de lado o objetivo socioambiental. Apesar destas críticas a programas anteriores, houve boa receptividade ao PEA.

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Frederico Lúcio de A. Gama (Prof. Fred)	Diretor do Departamento de Meio Ambiente	(12) 3645-1494	dma@pindamonhangaba.sp.gov.br meioambiente@pindamonhangaba.sp.gov.br
Arinda laide Coelho Paim	Departamento de Meio Ambiente (Profa de EA)		
Frederico do Rosário Ribeiro	Coordenador de Obras e Serviços		

4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INICIATIVAS EM DESTAQUE

Como relatado acima, os entrevistados não souberam fornecer muitas informações que pudessem colaborar mais significativamente com o diagnóstico, sendo as levantadas já expostas acima.

No Programa Município Verde Azul, alcançou a 225ª posição em 2010, num total de 644 participantes..

5. COMUNIDADES

Os entrevistados também não souberam fornecer informações sobre as comunidades na AID do empreendimento.

VIII - CACHOEIRA PAULISTA - SP

O marco inicial do município foi uma capela construída em 1780. Tropas oriundas de Minas Gerais rumo aos portos de Parati e Mambucaba, faziam parada no povoado, para abastecimento. Assim, surgiram vários estabelecimentos comerciais, levando ao desenvolvimento das atividades agrícolas.

Um porto canoeiro construído na barra do rio Bocaina, afluente do rio Paraíba favoreceu o comércio com regiões a oeste, no vale do rio, com a baixada fluminense, principalmente quando o Vale do Paraíba tornou-se importante produtor de café.

Com a chegada da ferrovia D. Pedro II, atual Central do Brasil, em 1871, a povoação passa a ter ligação com Barra do Pirai e Vargem, no trecho carioca. O prolongamento no território Paulista, que se iniciou a partir de São Paulo, tardou para atingir a região e, assim, o núcleo sediou nesse período, o comércio cafeeiro do médio Paraíba. Atualmente o município é classificado como tendo vocação para o ecoturismo e turismo religioso.

Cachoeira Paulista teve importante participação histórica na revolução Constitucionalista de 1932, quando transformou-se na mais importante praça de guerra, tornando-se o Quartel General do Movimento Constitucionalista.

O nome do município tem origem no fato do Rio Paraíba do Sul apresentar cachoeiras após o pontilhão da atual estrada de ferro da MRS Logística (antiga Estrada de Ferro Central do Brasil).

1. PERFIL DO MUNICÍPIO

Segundo o censo de 2010 (IBGE), Cachoeira Paulista possui 288 Km² e 30.099 habitantes.

A Canção Nova e a Igreja de Santa Cabeça em especial, atraem pessoas de todo o Brasil, chegando a trazer para a cidade mais de 1 milhão de turistas/ano, o que faz da cidade um importante pólo turístico religioso. A proximidade com a cidade de Aparecida, a pouco mais de 3 km, reforça a vocação de turismo religioso. Destaca-se também a boa quantidade de hotéis e pousadas.

2. POLITICAS PÚBLICAS

POLÍTICAS PÚBLICAS – Cachoeira Paulista-SP	
Conselho Ambiental	O Conselho Municipal de Meio Ambiente está inativo, há interesse em sua reativação
Tratamento de Esgoto	Sem informações disponíveis
Gestão de Resíduos	Promove coleta seletiva
Recursos Hídricos	Banhada pelos rios Paraíba do Sul e Bocaina
Educação Ambiental	Realiza atividades de Educação Ambiental em conjunto com entidades organizadas da sociedade. Há interesse das secretarias de Educação e Meio Ambiente para criação de setores de educação ambiental.
Parques e Jardins	Possui viveiro municipal para produção de mudas.
Habitação Sustentável	Sem informações disponíveis
Poluição do Ar	Sem informações disponíveis
Estrutura da Secretaria	Secretaria apresentou pouca estrutura física e com carência de pessoal
Unidades de Conservação	Não há
Participação em Comitês	Participa do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS)
PRINCIPAIS PROJETOS E INICIATIVAS IDENTIFICADOS	
PROJETO ARBORIZAÇÃO URBANA	Há projeto para recuperação de nascentes, arborização urbana e paisagismo em praças e logradouros públicos, no entanto está parado

3. CONTATOS

Não foi possível o encontro com o secretário de Meio Ambiente, pois o mesmo foi convocado para uma reunião na prefeitura. Quem recebeu a equipe da Katu foi o Diretor do Departamento de Agricultura, que pouco soube informar para o diagnóstico.

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Pedro Luiz Martimiano	Secretaria de Meio Ambiente (secretário)	(12) 9763-4794 e 3101-2813	saasma@telefonica.com.br
Bruno Shodi Ebinuma	Departamento de Agricultura (diretor)	(12) 9763-9402 e 3101-2813	b.s.e@bol.com.br

4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INICIATIVAS EM DESTAQUE

A secretaria mostrou-se bastante desestruturada, com grande carência de material e técnicos. No local havia vasto material didático referente ao programa “Criança Ecológica”, sem utilização, pois ainda não fora distribuído às escolas.

Participa do Projeto Município Verde Azul, tendo alcançado a 580ª posição em 2010, num total de 644 participantes. A Secretaria de Meio Ambiente desenvolve os seguintes projetos: Cachoeira Verde; Recomposição Florestal; e Projeto Mata Ciliar, em parceria com o estado.

5. COMUNIDADES

Após o término da reunião, realizou-se visita ao Bairro Xavier, único ponto de ocupação humana dentro da AID do Gasoduto, em Cachoeira Paulista. O local conta com um número bem pequeno de casas, uma igreja e um armazém, não sendo identificado nenhuma associação de moradores, ou algum outro movimento representativo da sociedade civil.

IX - PARACAMBI-RJ

Paracambi significa “Macaco Pequeno”, assim como Taireté, o nome foi adotado devido à existência do Rio dos Macacos.

A abertura do “Caminho Novo”, no Sec. XVIII pode ser considerada o marco inicial do município, com a fixação dos primeiros habitantes. Paracambi situava-se na rota entre Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A produção agrícola de Valença e de Vassouras passava através da estrada Presidente Pedreira, décadas antes da implantação das fábricas de tecidos no município.

A instalação da Companhia Têxtil Brasil Industrial em 1871 e a expansão da Estrada de Ferro D. Pedro II (RFFSA), 1861, bem como a também instalação da S/A Fábrica de Tecidos Maria Cândida, em 1924, e da Siderúrgica Lanari S/A Indústria e Comércio, em 1952, impulsionaram o crescimento da região. Ao longo das décadas. A proximidade com as cidades do Vale do Paraíba, durante o ciclo do café, também contribuíram para o seu desenvolvimento agrícola e industrial.

Paracambi surge como município em 1960, com a junção dos povoados de Taireté, 7º Distrito de Vassouras, e Paracambi, 3º Distrito de Itaguaí.

Segundo a página do município na internet (www.paracambi.rj.gov.br) "...as três últimas décadas foram marcadas pela desativação da indústria siderúrgica e pela redução das atividades agrícola e têxtil, devido à falta de investimentos nas pequenas propriedades e nas estradas rurais, e à concorrência internacional gerada pela globalização da economia. Hoje o setor industrial está representado pela produção de tecidos de algodão, flanelas e malhas, sacos de embalagem de uísque, em veludo e malha, arames e parafusos; e o setor agrícola está reduzido à produção de banana que, segundo os dados da RAIS/96 - Relação Anual de Informações Sociais, representava 61% do valor da agricultura municipal."

1 PERFIL DO MUNICÍPIO

Paracambi é integrante da região metropolitana do Rio de Janeiro, estando localizado entre a Baixada Fluminense e a Serra do Mar. Possui população de 47.074 habitantes e extensão territorial de 180 Km².

2 POLITICAS PÚBLICAS

POLITICAS PÚBLICAS - NOME DO MUNICÍPIO	
Conselho Ambiental	Possui Conselho Municipal de Meio Ambiente
Tratamento de Esgoto	Há uma Estação de Tratamento de Esgotos (ETE), já em operação no Bairro Guarajuba (AID do GASCAR)
Gestão de Resíduos	Desenvolve o Programa de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, onde realiza coleta seletiva.
Recursos Hídricos	Sem informações disponíveis
Educação Ambiental	A Secretaria realiza palestras sobre coleta seletiva/lixo nas escolas.
Parques e Jardins	Horto Municipal Chico Mendes
Poluição do Ar	Sem informações disponíveis
Estrutura da Secretaria	Apresentou-se com boa infra-estrutura e articulada com diversos atores sociais
Unidades de Conservação	Parque Natural Municipal do Curió; APA do Guandu
Participação em Comitês	Comitê do Rio Guandu; Agencia do Vale do Paraíba (AGEVAP).
PRINCIPAIS PROJETOS E INICIATIVAS IDENTIFICADOS	
Centro de Educação Ambiental	Em abril serão iniciadas as obras do CEA, financiado pela medida compensatória da PCH Paracambi que será instalada no município.

3. CONTATOS

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
José Luiz de Oliveira (Prof. Didi)	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADS)	(21)3693-6555 e 2683-1897	semades@paracambi.rj.gov.br
Elaine Gonçalves de Arruda Assis	Superintend. de EA, Rec Hidricos e Licenciamento Ambiental/SEMADS	(21)3693-6555 e 2683-1897	elainearrudapbi@r7.com / elainemeioambi@gmail.com
Lituânia A. Bastos	Diretora de Gestão Ambiental/SEMADS	(21)3693-6555 e 2683-1897	litubastos@hotmail.com
Rosilaine da Fonseca Pereira	Diretora de Resíduos Sólidos/SEMADS	(21)3693-6555 e 2683-1897	rosilaine.ambiente@gmail.com

4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INICIATIVAS EM DESTAQUE

O Núcleo de Atendimento à Família (NAFAN) da Comarca (Justiça) de Paracambi solicitou inserção da EA nas atividades desenvolvidas junto aos jovens com desvio de comportamento atendidos e suas famílias. O trabalho tem gerado resultados positivos.

O Parque Natural Municipal do Curió foi criado em abril de 2010 para contribuir na preservação de nascentes do rio Guandu e integrará o Corredor de Biodiversidade Tinguá-Bocaina, entre a REBio do Tinguá e o Parque Nacional da Bocaina. Seu plano de manejo está concluído.

A ONG Onda Verde desenvolve o Programa de Conservação da Mata Atlântica “Paracambi Semeando o Futuro” em parceria com a prefeitura e Transpetro e com patrocínio da Petrobrás.

No município há um pólo de educação com universidades e cursos técnicos (todos no mesmo prédio): CEDERJ, Instituto Estadual de Educação, Escola de Música Villa Lobo (estadual), etc. Podem ser potenciais parceiros nas ações do PEA-GASCAR. Há potencial para interlocução com diversos atores sociais durante a execução do PEA-GASCAR.

O conselho Municipal de Desenvolvimento rural é muito atuante, inclusive na área urbana. Paracambi possui atrativos Culturais, de turismo ecoturismo, esportes radicais.

5. COMUNIDADES

Conforme informado pelo Secretário de Meio Ambiente, o bairro Guarajuba, onde passa o GASCAR, está em franca expansão devendo o número de casa na AID ser maior do que o listado. Por conta da expansão há investimento do poder público na região, como a construção de Estação de Tratamento de Esgotos (ETE), já em operação, e outras ações.

X - ARAPEÍ - SP

6. PERFIL DO MUNICÍPIO

(SP)	
Caracterização do Território	
Área:	156,835 km ²
Densidade Demográfica:	15,9 hab/km ²
Altitude da Sede:	510 m
Distância à Capital:	311 km
Microrregião:	Bananal
Mesorregião:	Vale do Paraíba SP
Demografia	
População Total:	2487 habitantes
Taxa de Urbanização (2010):	75,18%
Estrutura Etária – 2011	
Menos de 15 anos:	576
15 a 64 anos:	1649
65 anos e mais:	268
Serviços de Saúde – 2009	
Estabelecimentos de Saúde Total:	02
Estabelecimentos de Saúde SUS:	02
Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – 2000	
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos):	28,54
Esperança de vida ao nascer (anos):	65,57
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher):	3,49
Educação	
Ensino / Matrículas – 2009	
Ensino Pré-Escolar:	74
Ensino Fundamental:	409
Ensino Médio:	116
Ensino Superior:	-
Estabelecimentos de Ensino – 2009	
Ensino Pré-Escolar:	02
Ensino Fundamental:	03
Ensino Médio:	01
Ensino Superior:	-
Nível Educacional da População Adulta (15 anos ou mais) – 2000	
Taxa de analfabetismo:	14,47 %
% com menos de 8 anos de estudo:	71,05 %
Média de anos de estudo:	6,34 %
Renda	
Produto Interno Bruto – 2008	
PIB a Preço de mercado corrente:	18710
Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade – 2000	
Renda per capita Média (R\$ de 2000):	7232.26
Proporção de Pobres (%):	
Índice de Gini:	0,40
Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População – 2000	
20% mais pobres:	
40% mais pobres:	
60% mais pobres:	
80% mais pobres:	
20% mais ricos:	
Habitação	

Porcentagem de Acesso a Serviços Básicos – 2000	
Água Encanada:	96,01%
Energia Elétrica:	
Coleta de Lixo ¹ :	97,72 %
¹ Somente domicílios urbanos	
Porcentagem de Acesso a Bens de Consumo – 2000	
Geladeira:	
Televisão:	
Telefone:	
Computador:	
Vulnerabilidade	
Indicadores de Vulnerabilidade Familiar – 2000	
% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos:	
% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos:	
% de crianças em famílias com renda inferior à 1/2 salário mínimo:	
% de mães chefes de família, sem cônjuge, com filhos menores:	
Desenvolvimento Humano	
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal:	0,716
Educação:	0,845
Longevidade:	0,676
Renda:	0,628
Representação Política – 2006	
Eleição Municipal:	2198 eleitores
Comunidades: Não há	

7. POLITICAS PÚBLICAS

POLÍTICAS PÚBLICAS – NOME DO MUNICÍPIO	
Conselho Ambiental	Instituído mas não atuante (nos últimos 4 meses). Agricultura e Meio Ambiente – Dá para reativar p/ funcionar como Fórum de Acompanhamento PEA GASCAR
Tratamento de Esgoto	Estação em fase final de construção; vai atender 70% (+ou -) do município (coleta e tratamento)
Gestão de Resíduos	Aterro controlado (em valas). Licenciamento em curso (coleta 100%)
Recursos Hídricos	Plano Diretor em estado final de elaboração que controle estas questões
Educação Ambiental	Há uma coordenação de E.A. na única escola municipal (Vânia – coord)parceria com a SABESP coleta de óleo +Polícia Ambiental Bananal
Parques e Jardins	No Plano Diretor
Habitação Sustentável	Princípios abordados nos últimos programas de habitação popular (segundo os parâmetros dos programas Município Verde Azul e CDHU-SP
Poluição do Ar	Revisão de emissões da frota municipal
Estrutura da Secretaria	Secr. de Agricultura, Abastecimento e M.A.(Raquel = estradas rurais, burocracias) + Técnico Agrícola (Agricultura + compras) + Encarregado (Limpeza Pública)
Unidades de Conservação	Registradas não há – Grande potencial p/RPPNs
Participação em Comitês	Comitê de Bacias do Rio Paraíba (Secr. Obras e Planejamento)
PRINCIPAIS PROJETOS E INICIATIVAS IDENTIFICADOS	

PROJETO: Melhora das condições de acesso das estradas vicinais

8. CONTATOS

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Raquel Boato de Almeida	Secr. Mun. de Agr. Abastecimento e Meio Ambiente	(12)9603-7129 (12)3115-1353(ves) (12)3115-1438 (secr.)	raquel_boato@hotmail.com vb2602@hotmail.com

9. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INICIATIVAS EM DESTAQUE

Cidade está “acordando” p/ aspectos ambientais. Início de coleta seletiva, diminuição no corte de árvores (população hoje pede mudas p/ replantio). Há iniciativas de economia de água etc. As maiores dificuldades estão na manutenção de matas ciliares e áreas de preservação.

XI - AREIAS - SP

10. PERFIL DO MUNICIPIO

(SP)	
Caracterização do Território	
Área:	305,227 km ²
Densidade Demográfica:	12,11 hab/km ²
Altitude da Sede:	519 m
Distância à Capital:	256 km
Microrregião:	Bananal
Mesorregião:	Vale do Paraíba paulista
Demografia	
População Total (2010):	3.696 habitantes
Taxa de Urbanização (2000):	68,11%
Estrutura Etária – 2000	
Menos de 15 anos:	947
15 a 64 anos:	2420
65 anos e mais:	329
Serviços de Saúde – 2009	
Estabelecimentos de Saúde Total:	03
Estabelecimentos de Saúde SUS:	03
Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – 2000	
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos):	28,54
Esperança de vida ao nascer (anos):	65,57
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher):	3,49
Educação	
Ensino / Matrículas – 2009	
Ensino Pré-Escolar:	76
Ensino Fundamental:	690
Ensino Médio:	177

Ensino Superior:	-
Estabelecimentos de Ensino – 2009	
Ensino Pré-Escolar:	01
Ensino Fundamental:	06
Ensino Médio:	01
Ensino Superior:	-
Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais) – 2000	
Taxa de analfabetismo:	15,03%
% com menos de 8 anos de estudo:	70,80%
Média de anos de estudo:	6,08%
Renda	
Produto Interno Bruto – 2005	
PIB a Preço de mercado corrente:	315331,493 mil
Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade – 2000	
Renda per capita Média (R\$ de 2000):	8559,04 mil
Proporção de Pobres (%):	
Índice de Gini:	0,38
Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População – 2000	
20% mais pobres:	
40% mais pobres:	
60% mais pobres:	
80% mais pobres:	
20% mais ricos:	
Habitação	
Porcentagem de Acesso a Serviços Básicos – 2000	
Água Encanada:	88,13%
Energia Elétrica:	
Coleta de Lixo ¹	98,54%
¹ Somente domicílios urbanos	
Porcentagem de Acesso a Bens de Consumo – 2000	
Geladeira:	
Televisão:	
Telefone:	
Computador:	
Vulnerabilidade	
Indicadores de Vulnerabilidade Familiar – 2000	
% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos:	
% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos:	
% de crianças em famílias com renda inferior à 1/2 salário mínimo:	
% de mães chefes de família, sem cônjuge, com filhos menores:	
Desenvolvimento Humano	
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal:	0,723
Educação:	0,840
Longevidade:	0,676
Renda:	0,652
Representação Política – 2006	
Eleição Municipal:	3077 eleitores
Comunidades:	
<ul style="list-style-type: none"> • Não há 	

11. POLITICAS PÚBLICAS

POLÍTICAS PÚBLICAS – NOME DO MUNICÍPIO	
Conselho Ambiental	Existe Conselho Municipal de Meio Ambiente há 8 meses, mas não vem tendo reuniões regulares. É possível reativá-lo como Fórum de Acompanhamento
Tratamento de Esgoto	PLANSAN 1,2,3 . em pesquisa de campo. Não há tratamento
Gestão de Resíduos	100% coleta. Destino: aterro controlado. Coleta seletiva às 3 ^{as} feiras – terceirizado p/ uma empresa familiar
Recursos Hídricos	Programa Revitalização de Nascentes Projeto Revitalização Encostas rios Vermelho e Lava Pés – Captação D.A.E. (SP)
Educação Ambiental	Vinculo ao Programa E.A e Revitalização de Nascentes (USP)
Parques e Jardins	Não há
Habitação Sustentável	Não há
Poluição do Ar	Não há
Estrutura da Secretaria	Secretário/Eng.Agrônomo/Veterinário/Assistente Veterinário
Unidades de Conservação	Parque Nacional Bocaína (quase 50%)
Participação em Comitês	CBHPS - Comitê Bacias Hidrográficas do Paraíba do Sul
PRINCIPAIS PROJETOS E INICIATIVAS IDENTIFICADOS	
PROJETO:	Projetos de Recursos Hídricos mencionados acima

12. CONTATOS

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Vera Ribeiro Campos	Junta Militar	(12) 3107-9112	pmaveras@uol.com.br
Priscila Fernandes Pimentel	Sec. Educação	(12) 3107-9106	priscilafpimentel@gmail.com
Angelito Marcio Ramos	Sec. de Ação Social (Casa do Artesão)	(12) 9787-3488	angelito.marcio.anjo@gmail.com

13. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INICIATIVAS EM DESTAQUE

- Programa de E.A Revitalização de Nascentes - Andrea Sandfeld Penido. USP/INPE/FÍBRIA
- Juliana Mara Ribeiro de Campos Carvalho (ex. técnica Meio Ambiente) saiu pra estudar na UFRURJ
- Sec. Adilson da Cunha Rodrigues

XII - SILVEIRAS - SP

14. PERFIL DO MUNICÍPIO

(SP)	
Caracterização do Território	
Área:	414,782 km ²
Densidade Demográfica:	13,96 hab/km ²
Altitude da Sede:	615 m
Distância à Capital:	260 km
Microrregião:	Bananal
Mesorregião:	Vale do Paraíba Paulista.
Demografia	
População Total (2010):	5,792 habitantes
Taxa de Urbanização (2000):	54,43%
Estrutura Etária – 2000	
Menos de 15 anos:	1413
15 a 64 anos:	3829
65 anos e mais:	550
Serviços de Saúde – 2009	
Estabelecimentos de Saúde Total:	03
Estabelecimentos de Saúde SUS:	03
Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – 2000	
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos):	14,93%
Esperança de vida ao nascer (anos):	64
Taxa de Fecundidade Total (por mil mulheres entre 15 e 49 anos):	43,79%
Educação	
Ensino / Matrículas – 2009	
Ensino Pré-Escolar:	174
Ensino Fundamental:	949
Ensino Médio:	242
Ensino Superior:	-
Estabelecimentos de Ensino – 2009	
Ensino Pré-Escolar:	03
Ensino Fundamental:	05
Ensino Médio:	02
Ensino Superior:	-
Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais) – 2000	
Taxa de analfabetismo:	14,81%
% com menos de 4 anos de estudo:	
% com menos de 8 anos de estudo:	77,79%
Média de anos de estudo:	5,33
Renda	
Produto Interno Bruto – 2009	
PIB a Preço de mercado corrente:	40548 Mil Reais
Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade – 2003	
Renda per capita Média (R\$ de 2000):	6987.48
Proporção de Pobres (%):	30,87%
Índice de Gini:	0,40
Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População – 2000	

20% mais pobres:	
40% mais pobres:	
60% mais pobres:	
80% mais pobres:	
20% mais ricos:	
Habitação	
Porcentagem de Acesso a Serviços Básicos – 2000	
Água Encanada:	91,41%
Energia Elétrica:	
Coleta de Lixo ¹ :	95,55 %
¹ Somente domicílios urbanos	
Porcentagem de Acesso a Bens de Consumo – 2000	
Geladeira:	
Televisão:	
Telefone:	
Computador:	
Vulnerabilidade	
Indicadores de Vulnerabilidade Familiar – 2000	
% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos:	
% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos:	
% de crianças em famílias com renda inferior à 1/2 salário mínimo:	
% de mães chefes de família, sem cônjuge, com filhos menores:	
Desenvolvimento Humano	
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal:	0.721
Educação:	
Longevidade:	
Renda:	1,44
Representação Política – 2006	
Eleição Municipal:	4333 eleitores
Comunidades:	
<ul style="list-style-type: none"> • Não há 	

15. POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍTICAS PÚBLICAS – NOME DO MUNICÍPIO	
Conselho Ambiental	Conselho Municipal de Meio Ambiente instituído desde 2009, sempre com a mesma diretoria. Reuniões agendadas de acordo c/ demandas específicas
Tratamento de Esgoto	Nota 7,99 no Programa Estadual Município Verde azul, uma das melhores de SP. 100% coleta e tratamento (urbano). Expansão bairro Bom Jesus e Macacos (rural)
Gestão de Resíduos	Aterro controlado, quase esgotado – destinação p/ C. Paulista. Articulações p/ um aterro regional
Recursos Hídricos	100% tratado pela SABESP
Educação Ambiental	Tem lei municipal- projetos pela Secretaria de Educação e palestras pela Secretaria de Agricultura
Parques e Jardins	Não há leis ou diagnóstico. Município muito arborizado
Habitação Sustentável	Não há projetos
Poluição do Ar	Não há

Estrutura da Secretaria	Diretoria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente- Alex (Engº Agrônomo), José Benedito (vice-prefeito) acompanha as atividades. Regina (secretária Alex), Emiliana (burocracia)
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	100% APA de Silveiras (Municipal)
Participação em Comitês	Ass. Municípios Vale Histórico – consorcio Bacias Hidrográficas Paraíba do sul e Rosário da Bocaina
PRINCIPAIS PROJETOS E INICIATIVAS IDENTIFICADOS	
PROJETO:	Feira do produtor- agrícola e ambiental
PROJETO:	Dias festivos (dia da árvore etc)
PROJETO:	Preservação nascentes (palestras produtores rurais)

16. CONTATOS

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Emiliana Fernandes	Pref. Municipal	12-3106-1150	agroambiente@uol.com.br
		12-9737-9851	
Alexandre Ribeiro	Casa do artesão	12-3106-1105	ca.silveiras@cati.sp.com.br
José Benedito	Pref.Mun (vice prefeito)	12-3106-1105	Ambos acima

XIII - BANANAL - SP

17. PERFIL DO MUNICIPIO

(SP)	
Caracterização do Território	
Área:	6116,040 km ²
Densidade Demográfica:	16,66 hab/km ²
Altitude da Sede:	554 m
Distância à Capital:	335 km
Microrregião:	Bananal
Mesorregião:	Vale do Paraíba Paulista
Demografia	
População Total (2009):	10.223 habitantes

Taxa de Urbanização (2000):	73,99 %
Estrutura Etária – 2000	
Menos de 15 anos:	
15 a 64 anos:	
65 anos e mais:	
Serviços de Saúde – 2009	
Estabelecimentos de Saúde Total:	05
Estabelecimentos de Saúde SUS:	04
Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – 2000	
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos):	24,66
Esperança de vida ao nascer (anos):	67,10
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher):	3,49
Educação	
Ensino / Matrículas – 2009	
Ensino Pré-Escolar:	233
Ensino Fundamental:	1621
Ensino Médio:	421
Ensino Superior:	-
Estabelecimentos de Ensino – 2007	
Ensino Pré-Escolar:	04
Ensino Fundamental:	12
Ensino Médio:	01
Ensino Superior:	-
Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais) – 2000	
Taxa de analfabetismo:	10,96 %
% com menos de 4 anos de estudo:	
% com menos de 8 anos de estudo:	67,51 %
Média de anos de estudo:	6,43
Renda	
Produto Interno Bruto – 2008	
PIB a Preço de mercado corrente:	77,173
Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade – 2008	
Renda per capita Média (R\$ de 2000):	7134,31
Proporção de Pobres (%):	
Índice de Gini:	0,43
Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População – 2000	
20% mais pobres:	
40% mais pobres:	
60% mais pobres:	
80% mais pobres:	
20% mais ricos:	
Habitação	
Porcentagem de Acesso a Serviços Básicos – 2000	
Água Encanada:	96,25 %
Energia Elétrica:	
Coleta de Lixo ¹ :	97,65 %
¹ Somente domicílios urbanos	
Porcentagem de Acesso a Bens de Consumo – 2000	
Geladeira:	
Televisão:	
Telefone:	
Computador:	
Vulnerabilidade	
Indicadores de Vulnerabilidade Familiar – 2000	
% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos:	

% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos:	
% de crianças em famílias com renda inferior à 1/2 salário mínimo:	
% de mães chefes de família, sem cônjuge, com filhos menores:	
Desenvolvimento Humano	
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal:	0,758
Educação:	0,870
Longevidade:	0,702
Renda:	0,703
Representação Política – 2006	
Eleição Municipal:	7551 eleitores

18. POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍTICAS PÚBLICAS – NOME DO MUNICÍPIO	
Conselho Ambiental	Instituído legalmente desde 2004, mas não está efetivo
Tratamento de Esgoto	100% coletado / 93% tratado
Gestão de Resíduos	100% coletado- destino atual no município- aterro controlado em situação de emergência, estão iniciando coleta seletiva – perspectiva de destinação em Resende ou Queluz
Recursos Hídricos	Plano Estadual de Saneamento Básico p/ Recursos Hídricos. Integram o Comitê de Bacias do Paraíba do Sul
Educação Ambiental	Programa em parceria c/ Secretaria de Educação + Polícia Ambiental. Vai haver em breve a contratação de uma pessoa específica p/ a função
Parques e Jardins	Não tem programa específico
Habitação Sustentável	Não tem programa específico
Poluição do Ar	Não há
Estrutura da Secretaria	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, composta somente pelo próprio secretário, que no momento ainda acumulava as funções da Secretaria de Obras, por férias do titular.
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	APA Municipal da Bocaina (criada, delimitada, mas não tem Conselho Gestor ou Plano de Manejo). Estação Ecológica do Bananal – Administrado pela Fundação Florestal (Estadual). Tem Conselho Gestor Ativo- Elaborando Plano Gestor – Pode ser o Fórum de Acompanhamento.
Participação em Comitês	Comitê de Bacias do Paraíba do Sul. A representação municipal se dá de 3 em 3 municípios. No caso, Bananal, Arapeí e São José do Barreiro (repres. Guilherme)
PRINCIPAIS PROJETOS E INICIATIVAS IDENTIFICADOS	
PROJETO:	Coleta seletiva- c/ 2 empresas contratadas - inicio: Agosto
PROJETO:	Diagnóstico e revitalização da arborização urbana e mata ciliar (em perspectiva).

19. CONTATOS

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Jobe Moraes	Secr.Municipal de	(12) 3126-1187	jobemoraes@hotmail.com;
Câmera Filho	Agricultura e Meio Ambiente	(12) 8820-0673	mambiente_bananal@hotmail.com

20. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INICIATIVAS EM DESTAQUE

- Questão da Gestão de Resíduos (gera preocupação)
- Indicação do Conselho Gestor da Estação Ecológica como Fórum de Acompanhamento
- Josi – atuação futura (próxima) em E.A na parceria c/ Secretaria de Educação e Polícia Militar Ambiental (atuante na região, respeitada, mas pouco aparelhada – sede em Bananal

XIV - SÃO JOSÉ do BARREIRO - SP

21. PERFIL DO MUNICÍPIO

(SP)	
Caracterização do Território	
Área:	570,961 km ²
Densidade Demográfica:	7,14 hab/km ²
Altitude da Sede:	510 m
Distância à Capital:	278 km
Microrregião:	Bananal
Mesorregião:	Vale do Paraíba Paulista
Demografia	
População Total (2007):	4077 habitantes
Taxa de Urbanização (2000):	59,64%
Estrutura Etária – 2000	
Menos de 15 anos:	
15 a 64 anos:	
65 anos e mais:	
Razão de Dependência:	
Serviços de Saúde – 2009	
Estabelecimentos de Saúde Total:	03
Estabelecimentos de Saúde SUS:	03
Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – 2000	
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos):	19,23
Esperança de vida ao nascer (anos):	73
Taxa de Fecundidade Geral (Por mil mulheres entre 15 e 49 anos)	48,28
Educação	
Ensino / Matrículas – 2009	
Ensino Pré-Escolar:	98
Ensino Fundamental:	792
Ensino Médio:	138
Ensino Superior:	-
Estabelecimentos de Ensino – 2009	
Ensino Pré-Escolar:	02
Ensino Fundamental:	10
Ensino Médio:	01
Ensino Superior:	-
Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais) – 2000	
Taxa de analfabetismo:	16,10
% com menos de 4 anos de estudo:	
% com menos de 8 anos de estudo:	73,57
Média de anos de estudo:	5,79

Renda	
Produto Interno Bruto – 2008	
PIB a Preço de mercado corrente:	31144
Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade – 2003	
Renda per capita Média (R\$ de 2000):	6981,36
Proporção de Pobres (%):	
Índice de Gini:	0,43
Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População – 2000	
20% mais pobres:	
40% mais pobres:	
60% mais pobres:	
80% mais pobres:	
20% mais ricos:	
Habitação	
Porcentagem de Acesso a Serviços Básicos – 2000	
Água Encanada:	99,02%
Energia Elétrica:	
Coleta de Lixo ¹ :	98,32%
¹ Somente domicílios urbanos	
Porcentagem de Acesso a Bens de Consumo – 2000	
Geladeira:	
Televisão:	
Telefone:	
Computador:	
Vulnerabilidade	
Indicadores de Vulnerabilidade Familiar – 2000	
% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos:	
% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos:	
% de crianças em famílias com renda inferior à 1/2 salário mínimo:	
% de mães chefes de família, sem cônjuge, com filhos menores:	
Desenvolvimento Humano	
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal:	0.727
Educação:	
Longevidade:	
Renda:	1,67
Representação Política – 2006	
Eleição Municipal:	3184 eleitores
Comunidades:	
<ul style="list-style-type: none"> • Não há 	

22. POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍTICAS PÚBLICAS – NOME DO MUNICÍPIO	
Conselho Ambiental	CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE. Instituído e ativo desde 2009. Recentemente renovado e fundido c/ o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Sugestão p/ Fórum de Acompanhamento
Tratamento de Esgoto	0% de esgoto tratado. Programa “Água Limpa” – Gov. Estado SP em licitação (perspectiva cobertura 70%). Rede de coleta 100% (área urbana).
Gestão de Resíduos	2009 – Lixão sem condições/Transporte p/ Tremembé, depois C. Paulista. Solução paliativa, insustentável a longo prazo. Caminhão de coleta doado pelo Programa estadual Município Verde Azul

Recursos Hídricos	Há leis municipais de preservação de mananciais, Representante no Comitê de Bacias do Paraíba do Sul da tríade – Arapeí (prefeito Edson, muito atuante, com quem têm forte parceria), Bananal e São José do Barreiro. Projeto de Recuperação de Nascentes aprovado pelo FEHIDRO, com componente de Educação Ambiental.
Educação Ambiental	Há leis municipais que situam a E.A em caráter transversal no currículo escolar, mas não há projeto específico.
Parques e Jardins	Existem os programas, inclusive de mudas nativas em área urbana – ainda não há recursos – alguma expectativa de alcançá-los pelo orçamento do Estado.
Habitação Sustentável	Legislação sobre uso de madeira certificada e outros
Polição do Ar	Controle de emissão da frota municipal
Estrutura da Secretaria	O Secretário (diretor) atua sozinho.
Unidades de Conservação	33% da área do município está no Parque Nacional da Serra da Bocaina, instituído em 1972, pelo regime militar. Especula-se que seria um “cinturão de proteção” estratégico, por conta da instalação das usinas nucleares em Angra dos Reis.
Participação em Comitês	Comitê de Gestão de Bacias do Paraíba do Sul Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bocaina
PRINCIPAIS PROJETOS E INICIATIVAS IDENTIFICADOS	
PROJETO:	Fehidro – Recuperação de Nascentes

23. CONTATOS

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Guilherme Winther	Diretoria de Agricultura e Meio Ambiente	(12) 3117-9200	guilhermewinther@yahoo.com.br

24. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INICIATIVAS EM DESTAQUE

O Secretário (Diretor) é reconhecido na região por seu comprometimento e capacidade de articulação. O município tem imenso potencial para turismo ecológico, mas mesmo o turismo histórico, tradicional na região, mostra-se subexplorado, ali e nos municípios vizinhos. Têm relevante participação em fóruns estratégicos, como o Comitê de Gestão de Bacias do Paraíba do Sul e o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bocaina, mas a estrutura institucional está muito aquém das necessidades – o Secretário atua sozinho!

XV – ESTÂNCIA de ATIBAIA - SP

25. PERFIL DO MUNICÍPIO

Situada a sudeste do Estado de São Paulo, Atibaia abrange uma área de aproximadamente 490 km². O município possui 60% de área rural, que abriga 20% da população. Atualmente, a população gira em torno de 120 mil habitantes. 100% do município está na APA Sistema Cantareira.

O município está no centro do maior pólo consumidor do país, no cruzamento de duas das mais importantes rodovias para o desenvolvimento da região, do Estado e da nação: a Rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo a Belo Horizonte, e a Rodovia Dom Pedro I, que liga Campinas a Jacareí. Em função disso, o desenvolvimento da cidade é influenciado diretamente pela rotação diária de inúmeros veículos.

A cidade é drenada pelo Rio Atibaia, que é dividido em sub-bacias: Ribeirões Laranja Azeda, Itapetinga, do Onofre, Folha Larga, Caetetuba, da Cachoeira e das Amaraes, o Córrego do Lajeado e o Rio das Pedras.

Além disso, Atibaia é classificada como uma estância hidromineral pelo Estado de São Paulo. Esse título garante um aumento no repasse de verbas estaduais ao município para a promoção do turismo local.

Atibaia conseguiu 65,86 pontos no Ranking do Município Verde Azul, e ocupa o 248º lugar dentre os 644 municípios participantes.

26. POLÍTICAS PÚBLICAS

As UCs possuem Conselho Gestor. No Parque Estadual do Monumento Natural o Conselho Gestor está em processo de formação. O Parque Municipal da Grota Funda foi criado em 1988, antes do SNUC e, por isso, não possui Conselho Gestor.

A PIRA-Cantareira tem como presidente o Sr. José Fernando, Presidente da Fundação Florestal. Ele fica sediado em Campinas.

Uma legislação estabelece normas ambientais para ocupação do solo.

Realizam licenciamento ambiental municipal.

Possui Orçamento participativo e mais de 20 conselhos municipais (Saúde, Cidade, Meio Ambiente etc.). As comunidades são bastante participativas nos conselhos

POLÍTICAS PÚBLICAS – Estância de Atibaia/SP	
Conselho Ambiental	Possui conselho municipal de meio ambiente deliberativo. Sua composição é de 3 representantes do poder público e 3 da sociedade civil.
Tratamento de Esgoto	Cerca de 90% das residências urbanas possuem coleta de esgoto. Há uma ETE, que trata 60% do esgoto coletado. A ETE está em ampliação, com previsão de conclusão para o final de 2011. Há previsão de construção de uma segunda ETE.
Gestão de Resíduos	Há Programa de coleta seletiva, com usina de triagem e Cooperativa de catadores atuante. Leis municipais estabelecem obrigações para destinação de pilhas e resíduos de construção civil. Há no município um centro de recolhimento de embalagens de agrotóxicos.
Recursos Hídricos	Há dois pontos de captação de água: Rio Atibaia (responsável pelo abastecimento de 70% da população urbana) e Córrego do Onofre (abastece 20 mil residências).
Educação Ambiental	Há um CEA, sem funcionar como tal, no Parque Municipal da Grota Funda. O espaço funciona mais como centro de apoio à pesquisa. As atividades de EA são atendidas mediante agendamento e focam visitas guiadas. A ONG Simbiose é quem desenvolve as ações. No Departamento de Saneamento há um biólogo que trabalha com EA, voltada ao público interno. Há setor de EA na Secretaria de Educação, que concentra todas as ações de EA no

	município. No entanto, não há setor de EA no Depto. de MA.
Parques e Jardins	Novos loteamentos precisam apresentar projeto de arborização com incorporação de espécies nativas. Há uma lei que obriga o município a desenvolver um guia de arborização urbana. No entanto não há projeto de arborização urbana, nem de reposição de árvores. Possuem viveiro de mudas. O setor de Parques e Jardins é ligado à Secretaria de Infra-Estrutura.
Habitação Sustentável	Há uma legislação municipal que obriga o poder público a comprar somente madeira certificada.
Poluição do Ar	Os veículos da prefeitura, movidos a diesel, precisam passar por inspeção veicular. Não há monitoramento da qualidade do ar.
Estrutura da Secretaria	6 técnicos e 3 fiscais.
Unidades de Conservação	APA do Bairro da Usina (Estadual). APA Sistema Cantareira. Aproximadamente 5% do território do município está no Parque Estadual de Itapetinga e o Monumento Natural Estadual da Pedra Grande. Parque Municipal da Grota Funda. APA Municipal das Várzeas do Rio Atibaia Há muitas APPs no município, que necessitam de recuperação, mas a maioria é localizada em propriedade privada, o que dificulta a ação da prefeitura.
Participação em Comitês	Participam do PCJ. Fernando Protta, diretor de Meio Ambiente na Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, participa da Câmara Técnica de Recursos Naturais
PRINCIPAIS PROJETOS E INICIATIVAS IDENTIFICADOS	
Projeto Frutos da Terra	Começou como projeto de uma ONG local (Instituto Pedra Grande de Preservação Ambiental) e se transformou em política pública

27. CONTATOS

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Fernando Protta (Diretor de MA)	Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente	(11) 4414-5414 (11) 9635-0270	fernandoprotta@atibaia.sp.gov.br

28. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INICIATIVAS EM DESTAQUE

Participam da UNICIDAES – Circuito Entre Serras e Águas, juntamente com Bragança Paulista, Nazaré Paulista e Piracaia, uma OSCIP de articulação Intermunicipal. Outras nove cidades fazem parte da UNICIDAES, no entanto não estão no traçado do GASCAR.

Há duas ONGs de ação local, Simbiose e Qualitibaia, esta última com duas ou três pessoas atuando. O Instituto Pedra Grande de Preservação Ambiental está desativado, mas encontra-se em processo de rearticulação.

29. COMUNIDADES

É comum a realização de queimadas para limpeza de pasto e terrenos

XVI - BRAGANÇA PAULISTA - SP

1. PERFIL DO MUNICÍPIO

Fundada em 15 de dezembro de 1763, Bragança Paulista, oficialmente Estância Climática de Bragança Paulista, possui clima ameno e temperaturas estáveis, abrigando uma população de aproximadamente 150 mil habitantes.

Bragança Paulista tem posição geográfica privilegiada, pois fica no centro do triângulo formado pelo Vale do Paraíba, a cidade de São Paulo e Campinas/Jundiaí.

Também conhecida como Cidade Poesia, título conquistado pelas colinas, igrejas, praças, jardins e por seu cartão postal, o Lago do Taboão, que é cercado por diversos atrativos turísticos e abriga nos finais de semana, o Centro de Artesanato. Por ter em sua história a grandeza dos barões do café, Bragança preserva casarios e prédios históricos tombados, além de dois importantes museus. O turismo de aventura e ecoturismo estão presentes no município através de caminhadas e escaladas em áreas verdes e atividades náuticas junto à Represa Jaguary

Bragança Paulista obteve 42,85 pontos no Ranking do Município Verde Azul, ficando no 424º lugar dentre os 644 municípios participantes.

2. POLITICAS PÚBLICAS

O Coletivo Socioambiental de Educadores Ambientais já formou mais de 300 pessoas, atualmente cerca de 30 participam mais ativamente. Tanto o Coletivo, quanto o Sala Verde são coordenados pela Profa. e bióloga Maria Cristina, da Secretaria Municipal de Educação.

Uma legislação municipal sobre educação ambiental determina que a Secretaria Municipal de Educação é responsável pela educação ambiental no âmbito formal (escolar) e a de Meio Ambiente, no âmbito não formal. O município ainda não realiza o licenciamento ambiental.

O Secretário de Meio Ambiente é secretário executivo do Conselho Gestor das APAs da Cantareira e Piracicaba-Juqueri Mirim, área IV.

POLÍTICAS PÚBLICAS – Bragança Paulista/SP	
Conselho Ambiental	Conselho Municipal de Meio Ambiente é consultivo, deliberativo e paritário (12 gestores públicos e 12 representantes da sociedade civil)
Educação Ambiental	Possuem Sala Verde e Coletivo Socioambiental de Educadores Ambientais. Secretarias de Educação e Meio ambiente possuem parceria estreita. Município possui legislação própria sobre EA. Há um CEA
Parques e	Possuem um viveiro de mudas.

Jardins	
Estrutura da Secretaria	Possui 40 funcionários. O número anterior era de 8 funcionários.
Unidades de Conservação	Parque Municipal Natural Petronila Markovicz (em implantação, juntamente com o conselho gestor). Estação Ecológica da Caetê (com minuta de decreto pronta e regularização fundiária em fase de registro). APAs da Cantareira e Piracicaba-Juqueri Mirim.
Participação em Comitês	Participam do Conselho Gestor das APAs da Cantareira e Piracicaba-Juqueri Mirim, área IV.
PRINCIPAIS PROJETOS E INICIATIVAS IDENTIFICADOS	
Expedição Fotográfica	Discute, através do uso da fotografia, questões ambientais municipais.
Projeto Arborização Urbana	Desde junho/2009 doze mil mudas já foram doadas à população.

3. CONTATOS

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Joaquim Gilberto de Oliveira (Secretário de MA)	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	(11) 4034-6781	meioambiente@braganca.sp.gov.br joaquimoliveira@globomail.com.br
Maria Cristina Muñoz	Secretaria Municipal de Educação (SEMED)	(11) 4034-8602	sv_pindorama@yahoo.com.br
Marisa Battagin	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/Centro de Educação Ambiental	(11) 8276-3121	mamarsicano@uol.com.br
Michel Doker (Chefe de Divisão)	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/Centro de Educação Ambiental	(11) 7306-8391	ambientebraganca@hotmail.com
Edivaldo Giovani	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/Divisão de Desenv. Ambiental	(11) 4034-6780	ecapodeferro@gmail.com
Maria Cândida (Ed. Ambiental)	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/Divisão de Desenv. Ambiental	(11) 7532-5743	mcandida_torres@hotmail.com

4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INICIATIVAS EM DESTAQUE

O Projeto Expedição Fotográfica está em sua segunda etapa. Na primeira o tema foi “Expedição Mananciais em Foco”. A atual etapa chama-se “Expedição Na Rota do Consumo”, conta com 50 participantes e possui quatro etapas:

1. Work Shop com fotógrafo;
2. Contextualização da temática, visita ao aterro sanitário, áreas comerciais popular e de classe alta e cooperativas de catadores;
3. Encontro entre os participantes para compartilharem as fotos;
4. Escolha das melhores fotos e impressão em banners para exposição itinerante.

O Centro de Educação Ambiental não possui um ano de existência e foi organizado pelo Viveiro Escola. Atualmente busca parceria com a Secretaria Municipal de Cultura para desenvolverem atividades culturais e ambientais em parceria. Em 2010 o CEA atendeu a 7.000 crianças.

Foram identificadas as seguintes ONGs de atuação municipal: Bragança Mais e Faros d'Ajuda

XVII – ITATIBA - SP

1. PERFIL DO MUNICÍPIO

Situada a 80 km de São Paulo, na Serra da Jurema, Itatiba - que em tupi-guarani significa muita pedra - é também chamada por moradores de 'Princesa da Colina', em virtude do seu relevo acidentado. Sua população estimada, segundo o último CENSO do IBGE, é de 101 mil habitantes.

A primeira grande riqueza da cidade foi o café. Na segunda metade do século XIX, Itatiba, que fazia parte da área pioneira do plantio em direção ao Oeste Paulista, alcançava uma grande produção cafeeira. Tal fato proporcionou um enorme desenvolvimento econômico para a cidade que, devido a sua grande produção, tinha uma ferrovia - Estrada de Ferro Carril Itatibense. Após sucessivas crises, dentre elas a de 1929, a produção decaiu e Itatiba passou a adotar um perfil mais industrial. Apesar da crise, o café trouxe para Itatiba uma grande quantidade de imigrantes italianos, muitos deles tendo sua descendência na cidade até os dias de hoje.

As primeiras grandes indústrias que se instalaram no município pertenciam ao ramo têxtil, de fósforos e de calçados. A partir dos anos 60, a cidade conheceu um novo surto de desenvolvimento: data dessa época a instalação das primeiras indústrias ligadas ao ramo moveleiro, que tinham como característica principal a produção de móveis em estilo colonial. Por essa especialidade, Itatiba passou a ser conhecida como a "Capital Brasileira do Móvel Colonial". Além disso, a cidade é a maior produtora de vagem do país.

Itatiba faz parte do Pólo Turístico do Circuito das Frutas juntamente com mais oito municípios - Indaiatuba, Itupeva, Jarinú, Jundiaí, Louveira, Morungaba, Valinhos e Vinhedo. No Circuito das Frutas Itatiba é a cidade do Caqui.

A cidade possui o primeiro Zoológico Temático do Brasil, chamado Zoológico. Além disso, possui em sua região central vários edifícios de valor histórico e beleza arquitetônica. Estes casarões datam, em sua maioria, do século XIX e têm sido bem preservados.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

O Município não participa do "Município Verde e Azul". Há um projeto para criação de uma Secretaria de Meio Ambiente e nele está prevista a criação de Centro de Educação Ambiental (CEA). Em março de 2011 iniciaram o licenciamento municipalizado.

POLÍTICAS PÚBLICAS – Itatiba/SP

Conselho Ambiental	Há Conselho Municipal de Meio Ambiente desde maio 2008.
Tratamento de	Possuem uma ETE e uma estação de tratamento de lodo. 80% do esgoto é

Esgoto	coletado, e do que é coletado 80% é tratado.
Gestão de Resíduos	O Aterro Sanitário está interditado pela CETESB. Com as obras de adequação ele deverá ter vida útil de mais 5 anos. Por enquanto os resíduos sólidos são encaminhados para Paulínia, até que a situação seja resolvida.
Recursos Hídricos	100% da cidade possui água encanada. O Ribeirão Jacaré é o principal corpo d'água da cidade e deve receber boa parte do esgoto não tratado. Há um grupo que trabalha a questão dos recursos hídricos (Não é Conselho de Recursos Hídricos) Estão mapeando os recursos hídricos do município.
Educação Ambiental	Desenvolvem projetos e programas em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. Está em curso a criação de um CEA em parceria com a Secretaria de Educação. Há uma sessão de EA na biblioteca.
Parques e Jardins	Há carência de mão-de-obra para serviços básicos, como poda, por exemplo, embora haja um programa de ação social que emprega por 1 ano. Uma lei de arborização urbana está em processo de elaboração. Há viveiro de produção de mudas.
Unidades de Conservação	Possui dois parques não caracterizados como UC: Parque Ferraz Costa e Parque Luiz da Torre (destinado a eventos e trabalhos de EA). No parque Ferraz Costa há uma UC, a Florestinha.
Participação em Comitês	Participam do PCJ.

3. CONTATOS

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Bianca (Assessora Depto. de MA)	Secretaria de Obras / Departamento de Meio Ambiente	(11) 4487-6019	bdognini@meioambiente.itatiba.sp.gov.br meioambiente@meioambiente.itatiba.sp.gov.br
Claudia Zago (Chefe do Dpto. de MA)	Secretaria de Obras / Departamento de Meio Ambiente	(11) 4487-6019	
Eduardo (Responsável pelas áreas verdes)	Secretaria de Obras / Departamento de Meio Ambiente	(11) 4487-6019	

4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INICIATIVAS EM DESTAQUE

Há uma ONG local, JAPPA – Jacaré Ribeirão Vivo Associação para Preservação Ambiental (ligada ao Ribeirão Jacaré), que é muito conhecida na cidade. A instituição recebe denúncias e cobra ações do poder público

XVIII – TAUBATÉ - SP

1. PERFIL DO MUNICÍPIO

Localizado na mesorregião do Vale do Paraíba, Taubaté dista 130 km da capital do estado, na Serra da Mantiqueira. Tradicional município paulista desempenhou papel importante na evolução histórica e econômica do país. No ciclo do ouro foi núcleo irradiador de bandeirismo, descobrindo ouro em Minas Gerais, fundando diversas cidades e no segundo império, durante o surto cafeeiro do Vale do Paraíba, destacou-se como o município de maior produção na zona paulista.

Atualmente é o segundo maior pólo industrial e comercial de sua mesorregião, abrigando empresas como Volkswagen, Ford, LG, Alstom, Usiminas, Embraer (Centro de distribuição), entre outras. O município também abriga o Comando de Aviação do Exército. É também terra natal do escritor Monteiro Lobato, recebendo o título de "Capital Nacional da Literatura Infantil" do Congresso e Senado Federal. A cidade possui 11 museus e um grupo de artesãos (Figureiras) que moldam no barro figuras de santos e o pavão, símbolo da Cultura no estado de São Paulo.

Segundo o Censo 2010 do IBGE o município possui 278.724 habitantes. No Programa Município Verde-Azul, Taubaté recebeu 57,78 pontos, e ficou em 318º lugar entre as 644 cidades participantes

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

Taubaté possui dificuldade de estabelecer parcerias e consórcios entre os municípios vizinhos.

POLÍTICAS PÚBLICAS – Taubaté/SP	
Conselho Ambiental	Possui Conselho Municipal de Meio Ambiente.
Tratamento de Esgoto	Há uma ETE, inaugurada em 2010.
Recursos Hídricos	SABESP era responsável por 70% da poluição do Rio Paraíba do Sul.
Parques e Jardins	O Instituto Florestal (estadual) mantém um viveiro no município.
Estrutura da Secretaria	A Secretaria é recente. Antes era parte da Secretaria Municipal de meio Ambiente, Turismo e Cultura. Há 3 gestores e uma funcionária.
Unidades de Conservação	Não há UC no município, no entanto o mesmo mantém uma ARIE no município vizinho, Tremembé.
Participação em Comitês	Comitê de Bacia do Paraíba do Sul

3. CONTATOS

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Renato Eurico Feugueira (Secretário de MA)	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	(12) 3624-4195	
Ralph Nunes Ferreira Leite (Diretor)	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	(12) 3624-4195 (12) 9735-4731	condemat@gmail.com dizzyfloricultura@bol.com.br
Getúlio (Gerente)	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	(12) 3624-4195	getulio.meioambiente@taubate.sp.gov.br
Mariana (Gestora Ambiental)	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	(12) 3624-4195	mariana.ssantos@hotmail.com

4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INICIATIVAS EM DESTAQUE

Há intenção da Secretaria de Meio Ambiente de, adotada como meta, recuperar as APPs da cidade. Novas empresas instaladas na cidade têm recebido bem a proposta, principalmente das APPs às margens dos rios.

Em 1902, quando houve a emancipação de Tremembé, uma área foi adquirida no município para manutenção do principal manancial de Taubaté, hoje ela é uma ARIE. Há desejo de transformar o Parque do Itaim em uma UC. O Parque foi criado em uma área de antigo loteamento e lixão e já possui mais de 100 mil árvores plantadas.

XIX – PAULÍNIA - SP

Houve boa receptividade ao PEA-GASCAR, contudo o secretário de meio ambiente solicitou que a proposta fosse protocolada, demonstrando o vínculo com a PETROBRAS. Também solicitou que fosse enviado por email o Questionário de Políticas Públicas e Diagnóstico Socioambiental.

1. PERFIL DO MUNICÍPIO

Localizada a nordeste do Estado de São Paulo, dista apenas 118 km da Capital, possuindo por isso situação geográfica e clima privilegiados. Suas raízes remontam originalmente de uma velha sesmaria dos fins do século XVIII, sendo que por volta de 1919 era conhecida como a Estação de José Paulino. Foi distrito de Campinas emancipando-se a 28 de fevereiro de 1964.

Com a instalação de um dos maiores pólos petroquímicos da América Latina, Paulínia teve seu desenvolvimento acelerado, e conta hoje com boa estrutura de saúde, transporte, segurança e infraestrutura. Atividades culturais também são muito relevantes no município, com destaque para o Festival de Cinema de Paulínia, que desde 2005, com a construção do Theatro Municipal, exhibe projetos e produções cinematográficas locais.

A maior parte da vegetação natural, original da Mata Atlântica, foi devastada. No entanto, a prefeitura criou as áreas de proteção ambiental, para recuperar as regiões degradadas. A população sofre com inundações em períodos chuvosos, principalmente as zonas baixas da cidade. Também têm destaque negativo, as questões relacionadas à poluição hídrica e do ar.

2. POLITICAS PÚBLICAS

Possui grupo de gestores, que foram capacitados em treinamento durante 6 meses para administrar o Parque da Amizade (área verde de lazer em Paulínia). A Secretaria de Meio Ambiente é bem relacionada com a Secretaria de Educação, agindo em conjunto na inserção de programas socioambientais, a mencionar, a implantação de Lei Municipal para execução de Educação Ambiental em escolas. A Secretaria de Meio Ambiente também participa ativamente do Comitê de Bacias PCJ, e tem o secretário, Sr. Ricardo Ferro, como representante.

POLÍTICAS PÚBLICAS – Paulínia/SP	
Conselho Ambiental	Não possui Conselho Municipal de Meio Ambiente.
Tratamento de Esgoto	85% de coleta de esgoto. A estação de tratamento de esgoto foi inaugurada em 2007.
Recursos Hídricos	Dois rios passam pelo município: O Rio Jaguari e o Atibaia. Paulínia é município consorciado ao Consórcio Intermunicipal das Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), integrado por 43 municípios da região e empresas (inclusive a Petrobras), atuante na preservação de mananciais desde 1989. Alguns córregos na cidade têm problemas ambientais em suas nascentes, e correm o risco de desaparecer. Como exemplo, o Córrego do Jacaré.
Educação Ambiental	Existe lei municipal de execução da EA nas escolas. Há interação das Secretarias de Meio Ambiente e Educação. Lei Municipal determina a aplicação de EA nas escolas. O setor de EA funciona no Zoológico.
Habitação Sustentável	O município possui déficit habitacional considerável, e crescimento demográfico elevado.
Poluição do Ar	Em função das instalações do pólo petroquímico (Replan), o município possui altos níveis de poluição por ozônio.
Estrutura da Secretaria	A Secretaria Municipal de Defesa e Desenvolvimento do Meio Ambiente, possui corpo técnico articulado.
Unidades de Conservação	Estão mapeando as APPs. Há um mapeamento florístico do município pronto. Destaque para o Parque da Amizade, área verde de lazer que cumpre o mesmo papel de uma unidade de conservação. Possui inclusive, grupo de gestores.
Participação em Comitês	Participa do PCJ.

3. CONTATOS

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Ricardo Terra (Secretário de MA)	Secretaria Municipal de Defesa e Desenvolvimento do		

	Meio ambiente.		
Marcelo (Zoológico)	Secretaria Municipal de Defesa e Desenvolvimento do Meio ambiente.	(19) 3844-7688	

4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INICIATIVAS EM DESTAQUE

Ações voltadas à preservação ambiental, desenvolvidas nas áreas de fiscalização, gestão dos recursos hídricos, educação ambiental, recomposição da cobertura florestal, atualização e cumprimento da legislação ambiental.

Reforma do Jardim Botânico “Adelelmo Piva Júnior” e o Parque Ecológico “Armando Muller”, assim como a ampliação e proteção do Parque Municipal Natural do Cerrado, que ficará com área 250 mil m². Também prevêem a conclusão das instalações do Parque da Amizade.

Apesar de não haver um programa específico, busca-se melhorar a relação entre comunidade, poder público e município.

XX – MORUNGABA - SP

A reunião em Morungaba contou com a participação de representantes do Departamento de Meio Ambiente e da Diretoria de Educação. Os presentes demonstraram resistência e desconfiança ao PEA-GASCAR devido ao “histórico de descaso da Petrobrás”, conforme colocado por um dos participantes. A representante da Diretoria de Educação se posicionou quanto à necessidade de execução e monitoramento dos projetos elaborados durante o PEA, sem os quais não acredita na possibilidade de participação no Programa.

O Diretor do Departamento de Meio Ambiente informou que não havia sido comunicado do início da operação do GASCAR.

Apesar das críticas e resistências apresentadas, o grupo mostrou-se disposto a participar do PEA-GASCAR e confirmar a continuidade no mesmo na medida em que o Programa for se desenvolvendo.

Como a reunião se desenvolveu no sentido de esclarecimentos sobre o PEA e possibilidade de permitir que as insatisfações dos presentes fossem colocadas, pouco pôde ser levantado quanto ao diagnóstico do município.

1. PERFIL DO MUNICÍPIO

Fundada em meados do século XIX com o nome de Conceição de Barra Mansa, mudado em 1919 para a denominação atual, Morungaba emancipou-se administrativamente em 1965 e foi elevada à condição de Estância Climática em 25 de julho de 1994.

Em meados do século XX, as primeiras indústrias se instalaram, o distrito transformou-se em município apresentando sinais de indiscutível progresso, evoluindo até tornar-se a cidade que é hoje.

A lei nº, de 25 de julho de 1994, transformou o Município de Morungaba em estância climática. A cidade começa a estruturar-se para se transformar num ponto de atração turística.

Sua pontuação no Programa Município Verde Azul, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, que considera indicadores ambientais, foi 53,07, ocupando a 342ª posição, entre os 644 municípios paulistas.

2. POLITICAS PÚBLICAS

POLÍTICAS PÚBLICAS – Morungaba/SP	
Conselho Ambiental	Conselho Municipal de Meio Ambiente ativo.
Tratamento de Esgoto	Possui ETE Participam, com mais 12 municípios, de um Consórcio Intermunicipal de Saneamento.
Recursos Hidricos	Rio Jaguari, no trecho em que cruza o município, apresenta inúmeras corredeiras e algumas cachoeiras de beleza cênica, sendo um dos trechos menos poluídos do rio em toda a sua extensão.
Educação Ambiental	Possuem Conselho Municipal de Educação Ambiental ativo. Possui um programa de Educação Ambiental em parceria com ONG Jaguatibaia, de Campinas.
Poluição do Ar	Há monitoramento da qualidade do ar pela Cetesb, com relatórios semestrais.
Estrutura da Secretaria	O Departamento de Meio Ambiente foi recentemente criado no município. Em função disso, existem poucas ações vinculadas à temática sócio-ambiental. O Departamento possui bom relacionamento com a Secretaria de Educação.
Unidades de Conservação	Não há UC no município
Participação em Comitês	Participa do PCJ.

3. CONTATOS

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Rita de Cássia (Diretora de Educação)	Diretoria Municipal de Educação, Esportes e Lazer	(11) 4041-1233 (11) 7180-6656	direducmorungaba@gmail.com ritacassiacezar@ig.com.br
Gilberto (Diretor de MA)	Departamento de Meio Ambiente	(11) 4014-4300	g_gualberto@hotmail.com
Juiana	Departamento de Meio Ambiente	(11) 4014-4300	

4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INICIATIVAS EM DESTAQUE

O município possui em Centro de Eventos e realiza no segundo semestre a Festa do Maracujá, onde há exposição de artesanato local e de pequenos produtores rurais.

Há grande carência de professores na rede municipal. Uma parceria com a ONG Jaguatibaia (de Campinas) realiza capacitação de professores.

XXI – ROSEIRA - SP

1. PERFIL DO MUNICÍPIO

O município de Roseira está localizado no vale Médio do Paraíba, entre as serras do Quebra-Cangalha e Mantiqueira, limitando-se ao norte com o município de Pindamonhangaba, ao sul com o município de Aparecida, a leste com o município de Guaratinguetá e a oeste com os municípios de Lagoinha e Taubaté.

O povoado que deu origem ao município surgiu por volta do séc. XVIII (Bairro de Roseira Velha), que pertencia à Guaratinguetá. Em 1928, foi criado o município de Aparecida, cuja área territorial passaria a contar com o bairro de Roseira. Somente em 1963 foi aprovada a lei de emancipação do município, desmembrando-o de Aparecida. Atualmente, possui pouco mais de 10 mil habitantes, com economia voltada à agropecuária (produção de arroz, milho e feijão), além de pequenos núcleos comerciais.

Sua pontuação no Programa Município Verde Azul, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, que considera indicadores ambientais, foi 20,18, ocupando a 577ª posição, entre os 644 municípios paulistas.

2. POLITICAS PÚBLICAS

O Plano Diretor, patrocinado pela Petrobrás, está em fase final de conclusão. O Município não possui departamento ou secretaria de meio ambiente, sendo o Departamento de Serviços Municipais responsável pela temática.

Possuem conselho Municipal de Educação.

POLÍTICAS PÚBLICAS – Roseira/SP	
Conselho Ambiental	Não possui Conselho Municipal de Meio Ambiente.
Tratamento de Esgoto	Há uma ETE. 97% das residências têm coleta de esgoto.
Gestão de Resíduos	Os resíduos sólidos são enviados para o aterro de Cachoeira Paulista.
Recursos Hídricos	O município é atravessado pelos Rios Paraíba do Sul e Parapitingui, além de vários córregos e ribeirões.
Educação Ambiental	Como o município não possui setor de Meio Ambiente, as atividades de Educação Ambiental são vinculadas a parcerias com a iniciativa privada. Há participação no Projeto “Criança Ecológica”, vinculado ao Programa Município Verde-Azul.
Parques e Jardins	O Departamento de Serviços Municipais realiza o trabalho de podas de árvores, quando solicitado pelos moradores.
Estrutura da Secretaria	O município não possui setor de Meio Ambiente, e, conseqüentemente, suas tarefas ficam restritas e limitadas ao atendimento de órgãos vinculados.
Unidades de	APA Municipal de Roseira Velha possui 84 ha, não há conselho gestor ou qualquer

Conservação	tipo de administração direta.
Participação em Comitês	CODEVAP.
PRINCIPAIS PROJETOS E INICIATIVAS IDENTIFICADOS	
Faculdade de Roseira (FARO)	A Faculdade de Roseira desenvolve vários projetos com a temática ambiental, dentre eles: Projeto de reflorestamento demonstrativo em microbacia hidrográfica - voltado para a Educação Ambiental na reserva da biosfera de Mata Atlântica do posto Avançado de Roseira no Vale Paraíba do Sul. Composição e Recuperação Ambiental em área de nascente.
Plano Diretor	Devido à sua população, não há obrigatoriedade de um Plano Diretor. No entanto, através de parceria com a Petrobrás devido à construção do GASCAR, o Plano Diretor Municipal está em fase de conclusão.

3. CONTATOS

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
César Augusto (Diretor do Dpto.)	Departamento de Serviços Municipais	(12) 3646-2171	gabinete@roseira.sp.gov.br cesar_galvao@hotmail.com
José do Amaral	Departamento de Serviços Municipais	(12) 3646-2171	

4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INICIATIVAS EM DESTAQUE

Há uma escola que desenvolve trabalhos de Meio Ambiente, em parceria com a Faculdade de Roseira (FARO). O Departamento de Cultura também realiza ações em meio ambiente.

A Secretaria de Educação é parceira em um programa de responsabilidade social da CCR-Nova Dutra, concessionária da Rodovia Presidente Dutra (RJ 116/Rio-São Paulo). A Nova Dutra também possui um viveiro de mudas em parceria com a FARO para reflorestamento das margens da rodovia.

XXII – APARECIDA - SP

1. PERFIL DO MUNICÍPIO

Aparecida fica na microrregião de Guaratinguetá e sua população estimada, segundo pesquisa do IBGE, é de 37.405 habitantes. É um dos 29 municípios paulistas considerados estâncias turísticas pelo Estado de São Paulo. Tal status garante a esses municípios uma verba maior por parte do Estado para a promoção do turismo regional. Também, o município adquire o direito de agregar junto a seu nome o título de Estância Turística, termo pelo qual passa a ser designado tanto pelo expediente municipal oficial quanto pelas referências estaduais.

É chamada não-oficialmente de Aparecida do Norte. Tal denominação veio através de uma tradição católica popular: consta que, em 1717, os pescadores Domingos Garcia, Felipe Pedroso e João Alves pescaram no rio Paraíba do Sul a imagem de uma Santa Negra. Era época de pouca pesca, para servir um banquete ao governador de Minas Gerais e São Paulo, Dom Pedro Miguel de Almeida, que passava pela Vila de Guaratinguetá, os três pescadores lançaram sua rede ao rio. Primeiro, pescaram

um corpo de imagem, sem cabeça, depois, ao jogarem novamente a rede, tiraram do rio a cabeça da imagem, que se encaixava perfeitamente ao corpo. A pesca milagrosa da imagem de Nossa Senhora Aparecida era um sinal de que esta cidade seria abençoada. A devoção a Nossa Senhora da Conceição Aparecida foi crescendo no meio do povo e muitas graças foram alcançadas por aqueles que rezavam diante da imagem. Conhecida mundialmente, a Estância Turístico-Religiosa de Aparecida recebe anualmente milhões de pessoas, vindas do Brasil e do exterior.

2. POLITICAS PÚBLICAS

Há pouca articulação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura com a Secretaria de Educação, a mesma possui melhor articulação com a Nova Dutra. 30% dos recursos municipais são destinados à Secretaria de Educação. Há Conselho Municipal de Educação. A Secretaria de Meio Ambiente tem pouca força política, atuando exclusivamente em procedimentos técnicos de resposta a notificações.

POLÍTICAS PÚBLICAS – Aparecida/SP	
Conselho Ambiental	Conselho Municipal de Meio Ambiente
Tratamento de Esgoto	Uma ETE começou a ser construída para atender a 100% do município. Atualmente há coleta, mas não tem tratamento. A gestão de esgoto é feito pelo serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE).
Gestão de Resíduos	Até 2009 o município possui um lixão. Atualmente, os resíduos sólidos são enviados para o aterro de Cachoeira Paulista. Os resíduos de saúde são processados por uma empresa particular. A coleta seletiva começa a ser implementada no município. Há questões não resolvidas com relação à destinação dos resíduos de construção civil.
Recursos Hídricos	Dos 5 ribeirões, somente um não foi canalizado. Há poluição hídrica.
Parques e Jardins	Falta arborização urbana.
Poluição do Ar	Não há inspeção veicular no município, pois a frota não atinge a quantidade mínima exigida por lei.
Estrutura da Secretaria	Existe desde 2008 e possui somente 3 técnicos.
Unidades de Conservação	Não há
Participação em Comitês	CODEVAP. Comitê de Bacia do Paraíba do Sul.

3. CONTATOS

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Gisele Maria Gonçalves Pereira (Secretária de MA)	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura		giselegeo@yahoo.com.br
Roberto Dutra (Diretor de Gestão Ambiental)	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura		dutra2008@hotmail.com

4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INICIATIVAS EM DESTAQUE

A secretaria de educação possui um projeto de criação de um Parque Municipal.

XXIII – GUARATINGUETÁ - SP

1. PERFIL DO MUNICÍPIO

A região onde hoje se situa Guaratinguetá teve seu início de povoamento em 1628, mas somente em 1630 é fundada oficialmente como Povoado. Durante o sec. XVIII, já como Vila, Guaratinguetá destaca-se como uma das principais vilas da Capitania do Vale do Paraíba, durante os períodos do ouro e do açúcar. Somente em 1844, Guaratinguetá é elevada à categoria de cidade. Seu apogeu se dá durante o ciclo do café, no séc. XIX.

O esgotamento do solo traz novas atividades econômicas: pecuária extensiva, industrialização e fomento comercial. Surgem também a Escola de Especialistas de Aeronáutica, o campus da Unesp – Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, o Senac e a FATEC – Faculdade de Tecnologia.

Atualmente o município demonstra potencial no turismo rural e religioso, este em especial devido à proximidade com aparecida e por ser Guaratinguetá a cidade natal de Frei Antônio de Sant’Anna Galvão, o primeiro brasileiro nato beatificado pelo Vaticano, canonizado em 2007 pelo Papa Bento XVI.

O Censo 2010 aponta uma população de 112.072 habitantes e área territorial de 752,433 Km². Guaratinguetá obteve a 228ª colocação, com 68,42 pontos, entre os 644 colocados no Município Verde Azul.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente foi criada em 2009. As ONGs existentes são pouco atuantes, sendo a de voo livre a única legalizada.

2. POLITICAS PÚBLICAS

A Secretaria de Meio Ambiente possui boa articulação com a de Educação.

POLÍTICAS PÚBLICAS – Guaratinguetá/SP	
Conselho Ambiental	Possui conselho Municipal de Meio Ambiente, deliberativo e consultivo.
Gestão de Resíduos	Há muitos problemas de queima de lixo. O lixo é destinado ao aterro sanitário de Cachoeira Paulista. Metade do município possui coleta seletiva, havia a expectativa de a partir de 11/jun 100% do município ser coberto pelo programa. Existe uma cooperativa de catadores, Amigos do Lixo. No antigo lixão foi criado o Parque Ambiental de Santa Luzia.
Recursos Hídricos	O ribeirãozinho do Guaratinguetá abastece 90% do município.
Educação	Programa Semente do Amanhã.

Ambiental	Projeto municipal de EA tem apoio do Comitê de Bacias. Não existe setor de EA na Secretaria de Meio Ambiente, somente na de Educação. Não possuem CEA, mas há programa de capacitação em EA para os funcionários municipais. A Secretaria de Saúde desenvolve trabalhos de EA através da “Casa da Saúde”.
Parques e Jardins	Possui viveiro de mudas e projeto de arborização urbana.
Unidades de Conservação	Parque Ambiental de Santa Luzia. Parque Ambiental Santa Clara. Parque Ambiental Otero dos Santos. APA da Mantiqueira (municipal)
Participação em Comitês	Comitê do Paraíba do Sul. CEIVAP.
PRINCIPAIS PROJETOS E INICIATIVAS IDENTIFICADOS	
Semente do Amanhã	Programa em parceria das Secretarias de Meio Ambiente e Educação envolvendo a rede municipal de educação, onde é inserido na grade curricular. Foi eleito o melhor Programa de EA do Vale do Paraíba.
Projeto de Arborização Urbana	Orientação e distribuição de mudas. A meta é de 1 árvore plantada para cada cidadão em 2012. A cada criança nascida no município, uma muda de árvore é plantada. Há uma área para plantio de árvores onde cada uma recebe uma placa com o nome da criança nascida. Há produção de 100 mil mudas/ano.
Pagamento por Serviços Ambientais	Na Zona Rural há pagamento por serviços ambientais como controle de erosão, recuperação de áreas degradadas, manutenção florestal, etc. Atualmente o proprietário recebe pela área que deixa de explorar.
Fundo Municipal de M. Ambiente	Está sendo criado.
Parceria com a Nova Dutra	Fornecimento de descarte de asfalto retirado para recapeamento, que é utilizado na pavimentação de estradas rurais.

3. CONTATOS

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Washington Luiz (Secretário de MA)	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente		seama@guaratingueta.sp.gov.br
Luana Fornitani (Superv. de Fiscaliz. e Lic. Amb.)	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente		fornitani.luana@gmail.com.br
Lusander (“China”)	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente		lu.ambiental@gmail.com

4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INICIATIVAS EM DESTAQUE

Houve um mutirão que recolheu 1,4 toneladas de embalagens de agrotóxicos de produtores que não tinham nota fiscal ou perderam o prazo de devolução. A Cooperativa Amigos do Lixo recolhe todo o lixo reciclável do município.

O ICMBio estuda a possibilidade de criação do Parque Altos da Mantiqueira. A Associação do Corredor Ecológico do Vale do Paraíba possui parceria com a prefeitura para desenvolver porto de criação de um corredor ecológico ligando a Serra da Mantiqueira a Serra do Mar.

Guaratinguetá fornecia mudas para municípios vizinhos, atualmente não o faz mais, pois não estava sendo possível atender a demanda local e dos demais municípios. O município mantém uma composteira com restos de podas e manutenção de parques e jardins

Há um programa voltado para comunidades carentes onde a cada três garrafas PETs entregues recebe-se um pé de alface produzido no viveiro por jovens em situação de risco social. 180 famílias estão cadastradas no programa de troca.

Na bacia do ribeirão São Gonçalo, por onde passa o GASCAR, o CEIVAP possui projetos de controle de erosão, formação e capacitação de agentes ambientais, além de mais cinco projetos propostas pela comunidade e que aguardam recursos.

Guaratinguetá possui um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

XXIV – CANAS - SP

1. PERFIL DO MUNICÍPIO

O município foi distrito de Lorena até dezembro de 1993, quando se emancipou. Possui população de 4.385 habitantes (Censo 2010) distribuídos em uma área de 53,261 Km². A recente emancipação faz com que muitas leis utilizadas ainda sejam de Lorena. Há Conselhos Municipais de Saúde, Educação e Agricultura.

Com relação ao saneamento básico, 100% das residências possuem abastecimento de água tratada.

Apresenta um perfil de crescimento industrial com a implantação de um pólo industrial (com a previsão de instalação de 15 indústrias) e a construção de uma termoeletrica a gás, que encontra-se na fase de obtenção da Licença de Instalação (LI), para atender a 10 milhões de pessoas. A termoeletrica utilizará como combustível o gás transportado pelo GASCAR.

O município também apresenta vocação para o turismo religioso, sendo sede da Renovação Carismática, que possui área construída de 40 mil m². Nos finais de semana a população flutuante chega a 20 mil pessoas.

Canas ficou com a 571ª colocação no ranking 2010 do Município Verde Azul, tendo obtido 20,64 pontos.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍTICAS PÚBLICAS – Canas/SP

Conselho Ambiental	Não possui Conselho Municipal de Meio Ambiente.
---------------------------	---

Tratamento de Esgoto	Rede coletora atende a cerca de 90% dos domicílios, tratando 100% do que é coletado.
Gestão de Resíduos	Tem como destino o aterro sanitário de Cachoeira Paulista. Há dois catadores que recolhem o lixo reciclável.
Recursos Hídricos	Rio Paraíba do Sul Ribeirão Caninhas Ribeirão Canas Córrego do Tijuco Preto
Unidades de Conservação	FLONA de Lorena tem parte de sua área em Canas.
Participação em Comitês	Paraíba do Sul

3. CONTATOS

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Jorge da Silva Faria (Diretor)	Secretaria Municipal de Obras, Planejamento e Meio Ambiente	(12) 3151-6000	obrascanas@uol.com.br

4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INICIATIVAS EM DESTAQUE

Devido ao passivo ambiental da termoelétrica que será construída há a proposta de criação de uma Unidade de Conservação.

O município pretende organizar uma cooperativa de catadores de material reciclável.

XXV – LORENA - SP

1. PERFIL DO MUNICÍPIO

Lorena é uma cidade pertencente ao Vale do Paraíba, região que abrange parte do leste do Estado de São Paulo e do oeste do Rio de Janeiro e concentra uma parcela considerável do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Tendo iniciado seu desenvolvimento já no século XVIII, com o ciclo do ouro, Lorena soube combinar o ímpeto empreendedor herdado dos bandeirantes com o espírito solidário aprendido com os jesuítas.

Estrategicamente localizada entre os principais centros consumidores do País – fica a 180 quilômetros de São Paulo, o município tem hoje 85 mil habitantes. É um lugar onde a totalidade das residências é abastecida com água potável e rede de esgotos – e 98% deles são tratados.

O município conta com escolas de excelência, como a Escola de Engenharia Química (EEL-USP, antiga Faenqui, hoje ligada à USP), fundada em 1969. Trata-se de uma instituição reconhecida em âmbito nacional por sua qualidade de ensino e de pesquisa. A EEL-USP foi uma das pioneiras do Programa Pró-Álcool, nos anos 80. A existência dessa faculdade criou condições para que florescesse na cidade a indústria química e de plástico. Hoje, estão instaladas em Lorena cerca de cem micros e pequenas indústrias químicas, além de uma dúzia de empresas de grande porte. A cidade também se destaca

na produção de pets – inclusive fábricas especializadas na reciclagem desse material – e quatro fábricas de explosivos.

Lorena conta também com uma atividade de destaque no âmbito ambiental: trata-se da Floresta Nacional de Lorena, erguida pelo trabalho humano por meio de um projeto de reflorestamento que teve origem há 80 anos. Hoje, 250 hectares de Mata Atlântica original ocupam o lugar dos antigos campos de arroz. A floresta abriga também uma unidade do Ibama, que tem o único centro de triagem de animais apreendidos no Estado de São Paulo.

2. POLITICAS PÚBLICAS

Município já realiza o licenciamento ambiental e possui certificação do Programa Município Verde Azul. Possuem Conselho Municipal de Desenvolvimento rural, que no momento estava sem funcionar.

Está em andamento projeto para disciplinar o recolhimento de entulhos da construção civil.

O município participa das Câmaras Técnicas de Recursos Hídricos, Planejamento e EA do Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul.

POLÍTICAS PÚBLICAS – Lorena/SP	
Conselho Ambiental	Conselho Municipal de Meio Ambiente atuante. Paritário, Deliberativo e Consultivo.
Tratamento de Esgoto	98% do município possui coleta de esgoto e de todo o esgoto coletado, 100% é tratado.
Gestão de Resíduos	Uma cooperativa de coleta seletiva recolhe 1% do volume de lixo produzido. O lixo coletado tem como destino o aterro sanitário de Cachoeira Paulista. Há um programa de coleta seletiva que não foi executado. O lixão desativado deixou passivo ambiental. Uma empresa local recolhe pneus usados. Posto de Entrega Voluntária (PEV) de baterias, pneus e computadores.
Educação Ambiental	Em parceria com empresas locais, foi elaborada uma cartilha. Possuem parceria com a secretaria de educação e universidade local. Os trabalhos de EA são coordenados pela Secretaria Municipal de Educação, que possui uma funcionária dedicada ao tema, Débora.
Parques e Jardins	Estão retomando um programa de arborização urbana que foi executado em 2008. Possuem viveiro de mudas.
Estrutura da Secretaria	A Secretaria Municipal de Meio Ambiente existe desde 2005.
Unidades de Conservação	FLONA de Lorena APA do Paraíba do Sul (Federal)
Participação em Comitês	Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul.
PRINCIPAIS PROJETOS E INICIATIVAS IDENTIFICADOS	
Recolhimento de Lixo	Computadores descartados são recuperados e doados para comunidades de menor poder aquisitivo.

Eletrônico
Recolhimento de Óleo Comestível
Algumas escolas possuem PEV para recolhimento de óleo comestível.

3. CONTATOS

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Barbara Alves (Coordenadora Técnica Ambiental)	Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMEAR		barbara.semear@gmail.com

4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INICIATIVAS EM DESTAQUE

Cada escola é estimulada a desenvolver programas de EA. Trabalhos de EA não formal são realizados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente junto às comunidades.

O Instituto Oicos de Agroecologia tem boa articulação com a Secretaria de Meio Ambiente e participa do Conselho Municipal de Meio Ambiente

XXVI- BARRA MANSA - RJ

Em Barra Mansa a data marcada para reunião com a Secretaria de Meio Ambiente coincidiu com a realização de uma feira em comemoração à Semana do Meio Ambiente. Desta forma, as informações foram levantadas durante a realização do evento, o que não permitiu o levantamento de informações mais apuradas.

1. PERFIL DO MUNICÍPIO

Barra Mansa é um município brasileiro situado no sul do estado do Rio de Janeiro, na microrregião do Vale do Paraíba dentro da mesorregião do Sul Fluminense. A população de Barra Mansa é composta por descendentes de imigrantes europeus (principalmente portugueses, italianos, e espanhóis), mas também de franceses e alemães, além de uma dinâmica colônia sírio-libanesa, assim como também de ameríndios e de escravos africanos.

Com toda essa riqueza racial, o município continua sendo uma das maiores cidades do Sul Fluminense, ficando, em termos de produção econômica, atrás apenas de Volta Redonda e de Resende, como mostra a análise do PIB destas cidades.

O município tem a segunda maior população da região (segundo estimativa do IBGE, a população estimada em 2010 é de 177.861 habitantes), possuindo mais de 528 unidades industriais, um grande entroncamento ferroviário, rodoviário e fluvial, e uma posição privilegiada.

2. POLITICAS PÚBLICAS

O município possui agenda 21 atuante.

POLÍTICAS PÚBLICAS – Barra Mansa/RJ	
Conselho Ambiental	Conselho Municipal de Meio Ambiente atuante.
Educação Ambiental	Um CEA foi inaugurado em 15/jun.
Parques e Jardins	Possuem horto florestal e programa de arborização urbana
Unidades de Conservação	Parque Municipal da Saudade.
PRINCIPAIS PROJETOS E INICIATIVAS IDENTIFICADOS	
Projeto de Arborização Urbana	Distribuição de mudas para a população.

3. CONTATOS

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Marco Chiesse (Secretário)	Secretaria Municipal de Meio Ambiente		

XXVII – RESENDE - RJ

1. PERFIL DO MUNICIPIO

Percebeu-se acentuada interação e articulação entre os dois órgãos gestores. O município apresenta histórico no desenvolvimento de políticas públicas em meio ambiente, bem como participação e criação de fóruns, comitês e outros espaços de discussão de políticas públicas.

Houve referência de um programa denominado “Trupe da Ecologia”, realizado pela Petrobrás na região.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS, PARCERIAS E INICIATIVAS SOCIOAMBIENTAIS:

Desenvolvem Agenda 21 Local e Escolar e as escolas realizam trabalho de compostagem. Em 2010 houve o primeiro encontro da Agenda 21 Escolar. Atualmente possuem parceria com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) para capacitar educadores e ampliar a Agenda 21 Escolar para a rede particular de ensino.

Em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), estão desenvolvendo um projeto de produção de aquecedor solar de água de baixo custo para atender primeiramente as creches, onde há maior demanda de água quente. O aquecedor é o mesmo projetado pelo Sr. Solano, de Santa Catarina, com algumas adaptações realizadas pela equipe da Universidade. Os alunos do EJA participarão da construção e instalação dos aquecedores.

Existe articulação com a Igreja Católica devido a Campanha da Fraternidade/2011, cujo tema é “Fraternidade e a Vida no Planeta”. O Pe. Clécio, responsável em Resende, está abrindo espaço nas igrejas para a AMAR mensalmente falar sobre coleta seletiva. A Diocese também mantém um representante junto à Agenda 21 Municipal. Destaca-se também a articulação da Agência junto às 58 associações de moradores da cidade. A cada mês uma é visitada pelo diretor da AMAR.

Além da excelente interação com a Secretaria de Educação, o setor de EA da AMAR tem interface com todos os outros setores da Agência. A AMAR também possui o Centro de Referência de Educação Ambiental de Resende (CREAR), que coordena o Programa Municipal de Mobilização, Comunicação e Educação Ambiental.

Para atender as 55 unidades escolares, a Secretaria de Educação possui 22 professores de EA.

Resende possui Conselho Municipal de Meio Ambiente e participa do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul (CEIVAP), Comitê do Médio Paraíba (AMPAS).

Outros Programas desenvolvidos:

- a. A₃P (Agenda Ambiental da Administração Pública, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente) – Coleta seletiva na administração pública;
- b. Agenda Ambiental – Datas comemorativas;
- c. Coleta seletiva domiciliar;
- d. Protetores da Água;
- e. Visitas orientadas e trilhas ecológicas na Mata Atlântica;
- f. Oficinas socioambientais no âmbito formal e não formal;
- g. Exposição itinerante “Rio Paraíba do Sul, Desafio para a Vida”;
- h. Seminário e Workshop interno de gestão ambiental, treinamento de funcionários, etc.;
- i. Compostagem escolar.

Unidades de Conservação:

Foram identificadas as seguintes UCs:

- a. APA de Engenheiro Passos (em implantação). Contida dentro da APA do Lambari;
- b. Parque Ecológico Municipal Jacuba e Cachoeira da Fumaça;
- c. RPPNs: Santa Mônica e Agulhas Negras (ambas incentivadas pela AMAR);
- d. Parque Nacional de Itatiaia – Embora no estado do Rio de Janeiro não faça parte do município de Resende, mas sim do município vizinho de Itatiaia (não pertencente à faixa de duto do GASCAR), sua importância na região merece destaque

Há preocupação da gestão municipal em somente criar novas Unidades de Conservação na medida em que as anteriormente criadas tenham sido estruturadas.

O município apresenta forte potencial para sucesso do PEA-GASCAR devido ao histórico de ações socioambientais desenvolvidas tanto pelo público quanto por outras instituições. Outro fator de destaque é a interação entre a Secretaria de Educação e a AMAR, bem como o setor de EA dentro da própria Agência de Meio Ambiente. Ressalta-se também que foi colocado pelos entrevistados que há deficiência na articulação continuada as associações, ONGs, etc., e que estas costumam se encontrar somente nos espaços públicos de discussão, como os fóruns e comitês.

XXVIII – VOLTA REDONDA - RJ

1. PERFIL DO MUNICÍPIO

O PEA anterior não foi aceito pelo município (acredita-se que tenha sido em 2005 ou 2006). Sua execução seria a cargo na ONG Onda Verde. Não foi possível identificar o motivo da recusa.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS, PARCERIAS E INICIATIVAS SOCIOAMBIENTAIS:

A Secretaria de Meio ambiente possui parceria com o INEA, ICMBio, Faculdades da Região e Igreja Católica. Há Também um Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente estruturado. Em 14 de maio será realizada uma Conferência municipal de Meio Ambiente

O município tem representatividade no:

- a. Fórum Fluminense de Florestas;
- b. CEIVAP;
- c. Comitê do Médio Paraíba;
- d. Conselho Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Floresta da Cicuta.

Unidades de Conservação:

Foram identificadas as seguintes UCs:

- ARIE da Floresta da Cicuta
- Parque Natural Municipal Fazenda Santa Cecília.

XXIX – JAPERI - RJ

1. PERFIL DO MUNICÍPIO

Japeri é um município com tradição de eventos públicos nas praças. Somente há quatro anos as ruas começaram a ser asfaltadas.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS, PARCERIAS E INICIATIVAS SOCIOAMBIENTAIS

A ONG Onda Verde desenvolve um centro de estudos mensalmente nas escolas próximas ao Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, ainda em construção.

Município possui Centro Cultural com atividades de dança, música e artesãos.

O Conselho Municipal de Educação é ativo. As unidades escolares participam do programa “Escola Aberta”, do Governo Federal para desenvolvimento de atividades extra curriculares nos finais de semana nas escolas públicas.

A educação ambiental está contemplada na grade escolar de ciências. Em 2010 foi implantado o programa de horta escolar. Também, através de parceria com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, desenvolveu-se um projeto de horta comunitária.

XXXI – PINHEIRAL -RJ

1. Contatos com a equipe de comunicação da Transpetro/Petrobrás, ou Participação no PEA anterior:

A Secretaria de Meio ambiente e Agricultura possui um centro de referência em Educação Ambiental (CEREA Casa Verde), financiado com recursos do Gasoduto Rio de Janeiro-Belo Horizonte II (GASBEL II). Além da implantação CEREA uma Kombi, atualmente cedida à Secretaria de Educação, também foi comprada com recursos do empreendimento.

2. Políticas Públicas, Parcerias e Iniciativas Socioambientais:

O CEREA Casa Verde possui um pequeno auditório e uma horta, onde são recebidas turmas da rede pública e privada de ensino. A vista conta com um cardápio de atividades previamente agendadas pelos professores das turmas visitantes.

A Secretaria de Educação relançará um livro (o primeiro foi lançado com erros), “Pinheiral, a História que o Povo Conta”, uma publicação sobre a história do município. No Departamento de Cultura (pertencente à Secretaria de Educação) são desenvolvidas atividades/aulas de: violão, teclado, canto/coral, poesia, teatralização. Há previsão de início do Projeto “Arte de Fazer Rir”, com oficinas de teatro cômico.

A Concessionária Nova Dutra está reiniciando novo trabalho de meio ambiente nas escolas, realizado desde 2005 realizam estes trabalhos. A Secretaria de Educação iniciou em 1997 um programa de exposição anual com apresentações culturais, pedagógicas e esportivas de atividades desenvolvidas nas escolas (EXPO TPCE). Durante 2 dias as escolas visitam umas às outras para conhecer os trabalhos expostos/apresentados.

O município participa ou promove os seguintes espaços de discussão de políticas públicas:

- a. CEIVAP;
- b. Comitê do Médio Paraíba;
- c. Conselho Municipal de Meio Ambiente;
- d. Conselho Municipal de desenvolvimento agrário;

Unidades de Conservação:

Não existe UC no município, mas há intenção de transformar uma área onde há jacarés em Unidade de Conservação

XXXII - PIRAÍ - RJ

1. PERFIL DO MUNICÍPIO

O município tem vocação turística e dentre outras atividades promove Piraí Fest (Festival de Gastronomia e Cultura); Feira do Artesão e Festival de Música Popular.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS, PARCERIAS E INICIATIVAS SOCIOAMBIENTAIS

O município participa do Comitê do Médio Paraíba, que tem representação no CEIVAP, e do Comitê do rio Guandu, por conta da transposição do rio Paraíba do Sul, que ocorre no município.

Também participam do Conselho das Cidades e possuem Conselho de Educação, Saúde e Meio Ambiente ativos.

Há um Centro de Educação Ambiental (CEA) no Parque de Exposições da Mata do Amador. Nele são recebidos grupos escolares que podem, dentre outras atividades, percorrer uma trilha guiada.

Há programas de coleta seletiva em parceria com associação de catadores e implantação de PEVs.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:

Foram identificados o Parque do Caiçara, uma área com lago e a APA Guandu, gerenciada pelo Município de Rio Claro.

XXXIII – SEROPÉDICA - RJ

1. PERFIL DO MUNICÍPIO

Seropédica vive um intenso debate, com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRuralRJ) à frente, devido à instalação, já em andamento, de um Centro de Tratamento de Resíduos (aterro sanitário) em sua área.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS, PARCERIAS E INICIATIVAS SOCIOAMBIENTAIS

A Embrapa Solos desenvolve projeto de EA nas escolas municipais com duração prevista de dois anos. As escolas desenvolvem atividades de mapeamento do seu entorno e são estimuladas a planejarem e executarem projetos de melhoria da localidade. Há também a previsão de criação de

fóruns mirins para encaminhamento ao poder público das observações realizadas, visando uma possível ação de intervenção da administração municipal na resolução de conflitos encontrados.

Há também outros projetos desenvolvidos pela UFRuralRJ e de condicionantes à Licença de Instalação do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro.

Unidades de Conservação:

Foram identificadas a Floresta Nacional Mário Xavier, onde funciona um Centro de Triagem de Animais Silvestres (CeTAS) do Ibama e a APA do Rio Guandu.

FONTES DE PESQUISA ELETRÔNICA:

- AGE CAMP (Agência Metropolitana de Campinas) - www.agemcamp.sp.gov.br
- Cetesb – Qualar - Programa Qualidade do Ar - www.cetesb.sp.gov.br/ar/qualidade-do-ar
- Cidades@/IBGE - www.ibge.gov.br/cidadesat
- Cidades@/IBGE - www.ibge.gov.br/cidadesat
- Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul - www.comiteps.sp.gov.br
- Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) - www.cpfl.com.br
- Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) - www.agua.org.br
- Consórcio PCJ (Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá) - www2.agua.org.br
- Ecovila Clareando (habitação sustentável) - www.clareando.com.br
- Fundação Florestal do Estado de São Paulo - www.fflorestal.sp.gov.br
- IBGE/Cidades@ - www.ibge.gov.br/cidadesat
- Idhea (Instituto para o Desenvolvimento da Habitação Ecológica) – www.idhea.com.br
- Páginas oficiais das respectivas prefeituras municipais.
- Portal Taubaté - <http://www.taubate.com.br/>
- Portal Wikipédia – A enciclopédia livre - <http://pt.wikipedia.org>
- Prefeitura da Estância de Atibaia - <http://www.atibaia.sp.gov.br/portal/>
- Prefeitura de Aparecida – <http://www.aparecida.sp.gov.br>
- Prefeitura de Barra Mansa - <http://www.barramansa.rj.gov.br/>
- Prefeitura de Canas - www.canas.sp.gov.br
- Prefeitura de Guaratinguetá - www.guaratingueta.sp.gov.br
- Prefeitura de Itatiba - <http://www.itatiba.sp.gov.br/>
- Prefeitura de Lorena - www.lorena.sp.gov.br
- Prefeitura de Morungaba - <http://www.morungaba.sp.gov.br/>
- Prefeitura de Paulínia - <http://www.paulinia.sp.gov.br/>
- Prefeitura de Roseira – <http://www.roseira.sp.gov.br/index.php>
- Programa Município Verde Azul - www.ambiente.sp.gov.br/municípioverdeazul
- SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) - site.sabesp.com.br
- Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo/Município Verde Azul - www.ambiente.sp.gov.br/municípioverdeazul/
- Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - www.ambiente.sp.gov.br/apas
- GDK S.A. - www.gdksa.com

ANEXO 2

CARTA DE APRESENTAÇÃO AOS GESTORES PÚBLICOS

Programa de Educação Ambiental Gasoduto Campinas-Rio (PEA-GASCAR)

PETROBRAS/ TRANSPETRO/TAG

AOS GESTORES PÚBLICOS DOS MUNICÍPIOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO GASODUTO CAMPINAS-RIO:

O Programa de Educação Ambiental do Gasoduto Campinas-Rio (PEA-GASCAR), executado pela Katu Gente&Ambiente, foi encomendado pela Petrobras, Transpetro e TAG (Transportadora Associada de Gás), em atendimento a uma condicionante do Ibama em seu processo de licenciamento ambiental. O GASCAR tem 448 Km de extensão, com início em Paulínia (SP) e término em Japeri(RJ), percorrendo trinta e três municípios, vinte e cinco no Estado de São Paulo e oito no Rio de Janeiro. O PEA-GASCAR visa garantir a participação qualificada dos grupos sociais afetados, com a finalidade de assegurar a definição coletiva dos padrões de qualidade do ambiente em que se vive, e a atuação consciente e responsável na conservação e melhoria ambiental. Por meio da elaboração coletiva de projetos orientados para a sustentabilidade econômica e cultural, busca-se a transformação da realidade socioambiental local.

Com duração prevista para trinta meses, estão programadas as seguintes ações:

- 1. Contatos e reuniões com as Secretarias Municipais de Educação, Meio Ambiente e afins, nos municípios paulistas de: Aparecida; Arapeí; Areias; Atibaia; Bananal; Bragança Paulista; Cachoeira Paulista; Caçapava; Campinas; Canas; Guaratinguetá; Igaratá; Itatiba; Jaguariúna; Lorena; Morungaba; Nazaré Paulista; Paulínia; Pindamonhangaba; Piracaia; Roseira; São José do Barreiro; São José dos Campos; Silveiras e Taubaté, e nos municípios cariocas de Barra Mansa; Japeri; Paracambi; Pinheiral; Piraí; Resende, Seropédica e Volta Redonda:** Para a apresentação do Programa e eventuais ajustes conceituais/metodológicos, a escolha de datas e locais mais adequados para as ações previstas, a definição das instituições e representantes participantes.
- 2. Diagnóstico socioambiental:** Estão previstas campanhas de campo, em que toda a extensa área do projeto será percorrida, sendo realizadas pesquisas e agendados encontros com gestores públicos para o levantamento de instituições públicas ou da sociedade civil atuantes na região e seus respectivos projetos, os pontos notáveis e críticos em cada um desses municípios, suas potencialidades e problemas.
- 3. Reuniões com gestores públicos, técnicos, educadores, representantes e líderes comunitários:** utilizando-se a metodologia de “Grupo Focal” serão realizadas pelo menos 23 reuniões com esses representantes em alguns dos municípios envolvidos no Programa, com o objetivo de promover a participação qualificada de atores sociais locais no diagnóstico das principais questões socioambientais da região.
- 4. “Escola Itinerante”:** Serão oferecidos eventos públicos em que a participação comunitária será estimulada através de atividades lúdicas, informativas e culturais, dedicados ao público escolar (crianças, jovens, educadores), mas também a toda a comunidade, em especial aos segmentos sociais sob condições de maior vulnerabilidade;

5. **Capacitação de Sujeitos Prioritários:** Dedicada a representantes de três segmentos específicos (áreas urbanas, áreas rurais e Unidades de Conservação), será oferecida uma capacitação com o objetivo de fornecer elementos de análise crítica da realidade socioambiental, expor conceitos de Educação Ambiental e preparar para a elaboração e acompanhamento de projetos socioambientais. Serão formadas três turmas com até 40 representantes de cada segmento, para uma capacitação de 40 horas.
6. **Fórum de Acompanhamento:** Serão organizados e acompanhados Fóruns Regionais de Acompanhamento do Programa, com reuniões periódicas para o monitoramento das ações, registro de demandas/sugestões e manutenção de um fluxo contínuo de informações.
7. **Capacitação do Público Interno:** Serão contatados os profissionais vinculados às operações de rotina do gasoduto Campinas-Rio, para a apresentação do Programa, visando sua eventual participação nos espaços pertinentes (Escola Itinerante, Fóruns etc) e para um enfoque específico sobre as principais questões ambientais relacionadas ao empreendimento.
8. **Eventos de Integração e Publicização do PEA-GASCAR:** Eventos para onde irão convergir todas as demais ações previstas no Programa, visando sua integração e consolidação, além de uma maior visibilidade ao Programa como um todo.
9. **Produção de material didático/gráfico:** Serão produzidos apostilas e panfletos para a divulgação dos objetivos do Programa, orientados por um enfoque que considere a complexidade das questões ambientais, a sustentabilidade das relações e a autonomia das populações envolvidas na construção social de uma prática que amplie o exercício da cidadania, destacando os recursos e potencialidades locais.

As ações descritas não ocorrerão de forma linear em todos os municípios envolvidos. O grau de participação será resultante de variáveis como o grau de impacto causado pelo empreendimento, o adensamento populacional próximo à faixa de dutos, o perfil do município, a ocorrência de Unidades de Conservação ou outros pontos notáveis, a mobilização interna etc.

Itumbiara (GO), 25 de fevereiro de 2011.

Carlos Artur Felipe
Diretor Operacional
Katu Gente&Ambiente
(64) 3432-1234 - (64) 8145-0250

ANEXO 3

REGISTRO FOTOGRÁFICO



Secr Educação Jaguariúna



Reunião Secr Meio Ambiente - Jaguarúna



Acesso Tanquinho Velho AID GASCAR Jaguariúna



Escola Mun. Jaguariúna AID GASCAR



Reunião E.M. Oscarlina Turato Jaguariúna



Sede Pref. Mun. Campinas



Depto. Mun. Educação Piracaia



Reunião Depto. Educação Piracaia



Acesso Vila Pereira AID GASCAR Piracaia



Secr Educação Igaratá



Reunião Secr Educação Igaratá



Secr. Mun. Meio Ambiente S.J. Campos



Reunião Secr. Mun. Meio Ambiente S.J. Campos



Secretaria de planejamento e Meio Ambiente - Caçapava



Reunião Secretaria de planejamento e Meio Ambiente - Caçapava



Reunião Secretaria de Educação – Caçapava



Prefeitura Municipal – Canas – SP



Grupo Focal – Piracaia



Reunião Secretaria Meio Ambiente - Bananal



Reunião Secretaria Meio Ambiente - Arapeí



Reunião Secretaria Meio Ambiente São José do Barreiro



Reunião Secr. Mun. Obras Meio Ambiente - Areias



Silveiras – Artesanato Local.



Estação Ecológica de Bananal

ANEXO III





Fase 1 - Diagnóstico

De acordo com ênfases determinadas pelo IBAMA:


- Mobilização e participação popular
- Fortalecimento de espaços públicos
- Articulação de políticas públicas
- Esclarecimentos acerca de conservação
- Aprimoramento nas relações empreendimento – comunidade – poder público



Fase 1 - Diagnóstico

Alguns pontos comuns:

- Fortalecimento da política ambiental local
- Fortalecimento de conselhos e comitês
- Unidades de Conservação: Áreas protegidas e conflitos
- Aprimoramento na relação entre as comunidades e a Transpetro
- Mudanças de hábitos e comportamentos: resíduos, práticas sustentáveis, recursos hídricos...



Constatações:

1. POSSIBILIDADE DE AGRUPAMENTO DO GRANDE NÚMERO DE MUNICÍPIOS COMPONENTES DO PEA-GASCAR EM REGIÕES;



Constatações:

2. EXPECTATIVAS POR AÇÕES MAIS EFETIVAS, QUE CONTRIBUISSEM PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL



Constatações:

3. NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO E TROCA DE EXPERIÊNCIAS ENTRE MUNICÍPIOS DA MESMA REGIÃO E ENTRE REGIÕES, FAVORECENDO UMA GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA MAIS EFICAZ



Constatações:

4. DIFICULDADES NA MANUTENÇÃO DA SUSTENTABILIDADE, CONTINUIDADE E VIGOR DO PROGRAMA



Definição de Regiões

- Proximidade geográfica;
- Possibilidade de aglutinação de pessoal para as atividades do PEA;
- Temas e questões similares levantadas durante o diagnóstico suplementar;
- Proximidade quanto ao grau de participação e articulação institucional em espaços públicos como conselhos e comitês de bacia hidrográfica.

Região 1 - Complexo Cantareira



Atibaia
Bragança Paulista
Campinas
Igaratá
Itatiba
Jaguariúna
Morungaba
Nazaré Paulista
Paulínia
Piracatã

Região 2 - Bacia do Paraíba do Sul



Apatecida
Caçapava
Cachoeira Paulista
Canas
Guaratinguetá
Lorena
Pindamonhangaba
Roseira
São José dos Campos
Taubaté

Região 3 – Serra da Bocaina



Região 4 – Rio de Janeiro





FORUM DE APRESENTAÇÃO DAS ATIVIDADES INTEGRADAS - PEA-GASCAR

- 1 Fórum por região x 4 regiões
- Mobilização dos contatos para ampliação da divulgação do PEA-GASCAR
- Apresentação e Discussão das "Atividades Integradas"
- GTs por Segmentos (Urbano, Rural, UCs)
- Identificação de representantes pelos participantes dos GTs, que participarão da capacitação de sujeitos prioritários.
- Identificação de talentos locais para Aldeia Ambiental.



CAPACITAÇÃO DE MULTIPLICADORES MÓDULO 1

Fevereiro de 2012
Hotel Porto da Bocaína

- 1 Evento (integração entre regiões)
- 24 horas/aula (3 dias - Sexta, Sábado e Domingo)
- GTs por Segmentos e por Temas
- Detalhamento das principais questões e impactos, dentro dos temas identificados
- Recomendações para os Foruns Temáticos
- Envolvimento dos participantes na mobilização para os Foruns e Aldeias Ambientais



FORUNS TEMÁTICOS – FASE 1
TEMAS SUGERIDOS A PARTIR DO DIAGNÓSTICO
(SUEITOS À DISCUSSÃO, DETALHAMENTO E REARRANJO NAS CAPACITAÇÕES)

Objetivo da Fase 1

Promover uma discussão qualificada sobre a Gestão Ambiental Pública na região e sua relação com o empreendimento, notadamente quanto às contribuições do Programa de EA.



Temas*:

1. O GASODUTO CAMPINAS-RIO E SUA RELAÇÃO COM O ENTORNO – Mar/12
2. GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA: INSTRUMENTOS E DESAFIOS – Abr/12
3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL, ATITUDES E COMPORTAMENTOS – Jun/12
4. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – Ago/12

* A partir de diagnóstico.
A forma de abordagem e sugestões de componentes para as mesas-redondas serão identificadas no Módulo 1 da Capacitação.



**FORUMS TEMÁTICOS
FASE 1
(4 ciclos)**

- 4 Foruns x 4 regiões = 16 eventos
- Eventos de 4 h/a
- Mesmo local e data da "Aldeia Ambiental"
- Rodízio entre os municípios da mesma região (condicionado a estrutura e apoio)
- Palestra (especialista no tema)
- Mesa-Redonda formada por especialista no tema (comum) e atores sociais atuantes na região para discussão de questões específicas.
- Debate com mediação
- Formulários específicos de consulta / avaliação



**ALDEIA AMBIENTAL
FASE 1
(4 ciclos)**

- 4 Eventos x 4 regiões = 16 eventos
- Mesmo local e data dos "Foruns Temáticos"
- Tendas com jogos e oficinas para diferentes públicos (Ed. Infantil, Fundamental I, Fundamental II e Ensino Médio)
- Atividades na Praça Central realizadas por talentos locais e equipe Katu Gente&Ambiente
- Divulgação nas escolas e aberto ao público
- Construção coletiva de painéis
- Coleta de depoimentos



CAPACITAÇÃO DE MULTIPLICADORES MÓDULO 2 Setembro/2012

- 1 Evento (Integração)
- 24 horas/aula (3 dias)
- Discussão da compilação dos dados da Fase 1 de Foruns
- Capacitação para Elaboração de Projetos
- GTs por Segmento e Área Especifica (Recursos Hídricos, Gestão de Resíduos e Planejamento&Conservação)
- Mapeamento de necessidades e potencialidades para possíveis projetos a serem discutidos na Fase 2 de Foruns.



FORUNS TEMÁTICOS FASE 2 (4 ciclos) Out/Dez/2012
Fev/Abr 2013

Objetivo da Fase 2

Promover uma discussão qualificada sobre políticas e práticas na relação com o ambiente na região, visando a identificação de pontos críticos e potencialidades para a construção coletiva de projetos



Temas*:

1. RECURSOS HÍDRICOS – Out/12
2. GESTÃO DE RESÍDUOS – Dez/12
3. PLANEJAMENTO TERRITORIAL, URBANIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO – Fev/13
4. ELABORAÇÃO DE PROJETOS INTEGRADOS – Abr/13

* A partir de diagnóstico.
A forma de abordagem, sugestões de componentes para as mesas-redondas e questões de cada região serão identificadas no Módulo 2 da Capacitação.



FORUNS TEMÁTICOS
FASE 2
(4 ciclos)

- 4 Foruns x 4 regiões = 16 eventos
- Mesmo local e data da "Aldeia Ambiental"
- Divulgação em conjunto
- Rodízio entre os municípios da mesma região (condicionado a estrutura e apoio)
- Mesa-Redonda formada por especialista no tema (comum) e atores sociais atuantes na região para discussão de questões específicas.
- GTs para discussão de questões levantadas no mapeamento de necessidades e potencialidades
- Identificação de grupo relator
- Formulários específicos de consulta / avaliação



ALDEIA AMBIENTAL
FASE 2
(3 ciclos)

Out/Dez 2012
Fev/2013

- 3 Eventos x 4 regiões = 12 eventos
- Quando possível, no mesmo local e data dos "Foruns Temáticos" (3 primeiros ciclos)
- Rodízio entre os municípios da mesma região (condicionado a estrutura e apoio)
- Prioridade para municípios não participantes da Fase 1
- Mesmo conteúdo da Fase 1
- Ajustes discutidos durante o Módulo 2 da Capacitação



EVENTO DE PUBLICIZAÇÃO 1

Abr / 2012
Evento único para toda a região do PEA-GASCAR
Apresentação das ações do Programa
Apresentação de talentos locais identificados na Aldeia Ambiental

EVENTO DE PUBLICIZAÇÃO 2

Out/ 2012
Evento único para toda a região do PEA-GASCAR
Apresentação das ações do Programa
Apresentação de talentos locais identificados na Aldeia Ambiental

EVENTO DE PUBLICIZAÇÃO 3

Abr/ 2013
Evento único para toda a região do PEA-GASCAR
Apresentação dos resultados e Projetos
Participação de atores sociais de destaque
Pesquisa de opinião



Nunca duvide da capacidade de um pequeno grupo de dedicados cidadãos para mudar os rumos do planeta. Na verdade, eles são a única esperança de que isso aconteça.

Margareth Mead

peagascar@katu.srv.br
katugenteambiente.blogspot.com
(64) 3432-1234